

A INFORMAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS NA GESTÃO DE MEIOS POLICIAIS
EM REGIÕES TURÍSTICAS DO ALGARVE

BRUNO JOSÉ MARQUES FIGUEIREDO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM GESTÃO EMPRESARIAL

TRABALHO EFETUADO SOBRE A ORIENTAÇÃO DE:
PROFESSORA DOUTORA EUGÉNIA MAIA FERREIRA

UNIVERSIDADE DO ALGARVE
FACULDADE DE ECONOMIA

A INFORMAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS NA GESTÃO DE MEIOS POLICIAIS
EM REGIÕES TURÍSTICAS DO ALGARVE

BRUNO JOSÉ MARQUES FIGUEIREDO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM GESTÃO EMPRESARIAL

TRABALHO EFETUADO SOBRE A ORIENTAÇÃO DE:
PROFESSORA DOUTORA EUGÉNIA MAIA FERREIRA

A INFORMAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS NA GESTÃO DE MEIOS POLICIAIS
EM REGIÕES TURÍSTICAS DO ALGARVE

Declaração de Autoria e Copyright

Declaro ser o autor deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

Bruno José Marques Figueiredo

.....

Direitos de cópia ou Copyright

© Copyright: Bruno José Marques Figueiredo

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

DEDICATÓRIA

Cristina

In memoriam

AGRADECIMENTOS

A dissertação de Mestrado em Gestão Empresarial representa a consolidação dos conhecimentos adquiridos ao longo do ciclo de estudos académicos realizados na Faculdade de Economia da Universidade do Algarve.

Finalizado o presente trabalho de dissertação, felicito todos aqueles que, de uma forma direta e/ou indireta, contribuíram para a sua realização, representando inúmeras horas de trabalho, esforço e dedicação e que sem o seu contributo, o mesmo não teria sido de possível realização.

Expresso publicamente o meu reconhecimento pessoal a todos e um agradecimento muito especial a quem me esteve mais próximo durante este caminho.

A toda a minha família que, ao longo de todas as etapas de vida foram e serão sempre o meu alicerce para superar as dificuldades e renovam a esperança no amanhã. Serão sempre as pessoas mais importantes da minha vida.

À minha orientadora Professora Doutora Eugénia Maia Ferreira pelo desafio a que me propôs, a sua total disponibilidade, rigor e douta sabedoria que me inspirou e encorajou no árduo trabalho realizado.

Ao Exm^o Senhor Tenente General Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana Manuel Mateus Costa da Silva Couto, que por delegação no Exm^o Senhor Comandante do Comando de Doutrina e Formação da Guarda Nacional Republicana Major-General João Paulo Silva Esteves Pereira, autorizou a cedência dos dados que foram primordiais para que esta investigação se realizasse.

Ao Comandante do Destacamento Territorial de Tavira Capitão de Infantaria Edgar Palma, agradeço toda a compreensão e apoio para comigo durante este período em que o trabalho diário da profissão e o estudo exigiram um esforço acrescido e grande flexibilidade, mas nunca descorando os objetivos finais a que me propus. Considero todo o seu apoio um pilar fundamental neste trabalho.

Ao Adjunto do Comandante do Destacamento Territorial de Tavira Alferes de Infantaria João Marques, os contributos dados à temática da dissertação e à consolidação de ideias relevantes para a conclusão do trabalho.

A todos os meus colegas de profissão que trabalham direta ou indiretamente comigo, agradeço a considerável estima e amizade.

A todos os meus amigos e amigas, especialmente os mais chegados, com que partilhei os bons e maus momentos dos dias, o qual sou honrado por ter ao lado e que sabem que podem contar eternamente com a minha amizade.

A TODOS o meu profundo e mais sincero agradecimento.

RESUMO

O registo informático das ocorrências pelas entidades policiais é já hoje uma realidade, embora recente, assumidamente implantada e irreversível.

A força de segurança Guarda Nacional Republicana e a sua forte predominância territorial na região do Algarve conjugada com a sua inerente função policial, reúne um registo considerável de dados resultante da sua operacionalidade diária.

A relação da segurança interna com a escolha do destino turístico é um fator determinante para a afluência de visitantes e fixação de residentes, quer sejam eles permanentes ou temporários.

A enorme quantidade de *dados* registados revela às forças de segurança uma vasta informação caracterizadora da realidade das ocorrências em cenário territorial, porquanto o seu mero registo ou observação perfunctória não é suficiente para definir a sua raiz.

É imperativo que os dados sejam alvo de tratamento estatístico, utilizando técnicas que assim poderão revelar informações acerca de problemáticas criminais ou incidentes, que numa análise mais superficial, não seriam detetáveis.

A análise deste estudo pretende ir mais além do que estabelecer termos comparativos, balanços ou resultados temporais, focando numa perspetiva mais aguda da realidade de ação de policiamento territorial, procurando respostas para o que ocorre, onde ocorre e porque ocorre.

Através da técnica de *estatística multivariada* pretende-se analisar os dados oficiais da criminalidade/ocorrências participadas e registadas num período temporal e numa zona de ação territorial da Guarda Nacional Republicana numa região turística do Algarve.

Neste caso de estudo, os registos temporais dos dados utilizados são do ano de 2016 e da área de responsabilidade do Destacamento Territorial da Guarda Nacional Republicana de Tavira.

Uma vez aferida a relação entre os indicadores estatísticos e a realidade territorial fundamenta-se também a necessidade da gestão eficiente de meios, humanos e materiais, no combate à criminalidade e resposta às ocorrências, baseada em metodologia científica e na otimização de processos existentes pelo modelo de *evidence based policing*.

Aplicar técnicas estatísticas focadas à realidade territorial, apurar causas e resultados analisando sistematicamente as evidências para a obtenção de respostas mais eficientes na utilização e racionalização dos recursos é o grande objetivo deste estudo.

Visa, em geral, traçar um cenário que no futuro poderia contribuir para uma melhor afetação e racionalização de recursos humanos e materiais da instituição Guarda Nacional Republicana no combate à criminalidade assente num modelo científico de estatística multivariada conjugado com o modelo de Koper Curve, recurso a aplicação de “*crime mapping e compstat*”, procurando atingir assim uma *estratégia de gestão* mais eficiente.

Espera-se que da conclusão deste trabalho surjam contributos válidos para a Guarda Nacional Republicana e para os seus elementos que trabalham no meio operacional.

ABSTRACT

The computerized recording of occurrences by law enforcement agencies is already a reality, albeit a recent one, implicitly implanted and irreversible.

The Guarda Nacional Republicana security force and its strong territorial predominance in the Algarve region combined with its inherent police function, collects a considerable amount of data resulting from its daily operation.

The relationship of internal security with the choice of tourist destination is a determining factor for the influx of visitors and residents, whether permanent or temporary.

The enormous amount of recorded data reveals to the security forces vast information characterizing the reality of occurrences in a territorial setting, since its mere registration or perfunctory observation is not enough to define its root.

It is imperative that the data be subjected to statistical treatment, using techniques that may reveal information about criminal issues or incidents, which in a more superficial analysis would not be detectable.

The analysis of this study intends to go beyond establishing comparative terms, balance sheets or temporal results, focusing on a more acute perspective of the reality of territorial policing action, looking for answers to what occurs, where it occurs and why it occurs.

By means of the multivariate statistical technique, we intend to analyze the official data of the crime / occurrences that have been registered in a temporal period and in a zone of territorial action of the Guarda Nacional Republicana in a tourist region of the Algarve.

In this case study, the temporal records of the data used are for the year 2016 and the area of responsibility of the Territorial Detachment of the Guarda Nacional Republicana of Tavira.

Once the relationship between statistical indicators and territorial reality is assessed, it is also necessary to efficiently manage means, human and material, in the fight against crime and response to occurrences, based on a scientific methodology and on the optimization of existing processes model of *evidence based policing*.

Applying focused statistical techniques to the territorial reality, ascertaining causes and results by systematically analyzing the evidence to obtain more efficient answers in the use and rationalization of resources is the main objective of this study.

It also aims, in general, out a scenario that could contribute in the future for better allocation and rationalization of the human and material resources of the National Republican Guard institution in the fight against crime based on a scientific model of multivariate statistics in conjunction with the Koper Curve model, the application of crime mapping and compstat, thus seeking to achieve a management strategy.

It is hoped that from the conclusion of this work there will be valid contributions for the Guarda Nacional Republicana and its elements that work in the operational environment.

ÍNDICE GERAL

	página
DEDICATÓRIA.....	4
AGRADECIMENTOS.....	5
RESUMO	7
ABSTRACT.....	9
ÍNDICE GERAL.....	11
ÍNDICE DE FIGURAS	15
ÍNDICE DE TABELAS.....	17
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	18
LISTA DE ABREVIATURAS.....	21
Capítulo 1. INTRODUÇÃO.....	23
1.1 Definição do Tema.....	23
1.1.2 Relevância do Tema.....	24
1.1.3 Objetivos da Investigação.....	26
Capítulo 2. REVISÃO DA LITERATURA.....	27
2.1. A Informação e a análise de dados.....	27
2.1.2 O Sistema de Informação para a tomada de decisão estratégica.....	29
2.1.3 O Sistema de Informações numa Força de Segurança.....	30
2.1.4 O papel da segurança no turismo.....	32
2.1.5 A Segurança e a Economia do turismo.....	34
2.1.6 Análise SWOT.....	37
2.1.7 O Sistema Nacional de Segurança Interna.....	38
2.1.8 Desafios na gestão dos serviços públicos.....	40
2.1.9 Importância da gestão estratégica.....	41
2.2. A gestão estratégica nas empresas e organismos públicos.....	41
2.2.1 Gestão estratégica de recursos humanos.....	43

Capítulo 3. ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA INSTITUCIONAL

3.1 A Guarda Nacional Republicana.....	44
3.1.2 Breve caracterização	44
3.1.3 Âmbito Territorial.....	44
3.1.4 Estrutura orgânica da GNR.....	45
3.1.5 Recursos Humanos, Logísticos e Financeiros.....	46
3.1.6 Recursos Financeiros.....	47
3.1.7 Recursos Logísticos.....	47
3.1.8 Frota de Meios Marítimos.....	50
3.1.9 Efetivo Animal.....	51
3.2 Organização dos Comandos Territoriais.....	51
3.2.1 Sub-Unidades.....	54
3.2.2 O Posto Territorial	55
Capítulo 4. POLICIAMENTO.....	56
4.1 As Vertentes estratégicas de policiamento.....	56
4.1.2 Policiamento comunitário ou de proximidade.....	56
4.1.3 Policiamento orientado para os problemas (POP).....	58
4.1.4 Policiamento orientado pelas informações (ILP).....	59
4.1.5 Policiamento baseado em evidências- (EBP)	61
4.1.6 Gênese e definição.....	61
4.1.7 Método de Policiamento Baseado em Evidências (EBP).....	63
4.1.8 Proatividade.....	65
4.1.9. O Modelo Koper Curve	67
4.2 O Caso Matrix Demonstration Project - Aplicação Prática.....	68
4.2.1 Policiamento baseado em evidências – Aplicação à Patrulha.....	69

4.2.2 Policiamento baseado em evidências – Os desafios-.....	70
Capítulo 5. MAPEAMENTO DE CRIME E TEORIA HOTSPOT.....	72
5.1 Compstat.....	72
5.1.2 Crime Mapping	73
5.1.3 Informação do Mapeamento de crime.....	74
5.1.4 Teoria HotSpot	75
5.1.5 Métodos para definir HotSpots.....	76
5.1.6 Testes Estatísticos.....	76
Capítulo 6. CARACTERIZAÇÃO DA ZONA DE ESTUDO.....	77
6.1 A região do Algarve.....	77
6.1.2 A Guarda Nacional Republicana no Algarve.....	81
6.1.3 Estrutura organizativa da Unidade.....	84
6.1.4 Zona de Ação do Estudo.....	85
6.1.5 Concelhos e Freguesias da área de estudo.....	86
6.1.6 Dispositivo e meios do Destacamento Territorial e Tavira.....	88
Capítulo 7. METODOLOGIA.....	90
7.1 Hipóteses a testar.....	90
7.1.2 População e amostra.....	90
7.1.3 Organização dos dados.....	91
7.1.4 Método utilizado.....	92
Capítulo 8. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	98
8.1 Dados ZA Posto Territorial de Tavira.....	98
8.1.2 Dados ZA Posto Territorial Vila Real Santo António.....	108
8.1.3 Dados ZA Posto Territorial de Castro Marim.....	118

Capítulo 9. CONCLUSÕES, PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES.....	128
9.1 Viatura Institucionais.....	131
9.1.2 Recursos Humanos e Tecnológicos.....	132
BIBLIOGRAFIA	133
LEGISLAÇÃO.....	138
WEBGRAFIA.....	139

ÍNDICE DE FIGURAS

fig.	Pág.
1. Sistema de Informação.....	28
2. Sistemas de Informação para a Tomada de Decisão.....	30
3. Fatores de competitividade da industria turística.....	33
4. Capacidade de Alojamento em estabelecimentos hoteleiros.....	34
5. Crescimento das receitas turísticas em valor e %.....	34
6. Sistema Nacional de Forças	39
7. Estrutura Orgânica da GNR.....	45
8. Estrutura orgânica simplificada.....	46
9. Estrutura de um Comando Territorial da GNR.....	52
10. Estrutura de um Destacamento Territorial da GNR.....	54
11. Estrutura de um Posto Territorial.....	55
12. Modelo Intelligence Led Policing.....	59
13. Modelo Evidence Based Policing.....	62
14. COMPSTAT.....	73
15. Dashboard COMPSTAT.....	73
16. Crime Mapping.....	75
17. Caracterização geográfica do Algarve.....	77
18. Divisão Administrativa do Algarve.....	78
19. Distribuição da População no Algarve.....	81
20. Área de policiamento GNR no Algarve.....	82

fig.	Pág.
21. Áreas partilhadas pela GNR e PSP.....	83
23. Organograma do Destacamento Territorial de Tavira.....	84
24. Zona de Ação Territorial do Destacamento de Tavira.....	85
25. Cluster Quality – ZA Pter Tavira.....	93
26.Cluster Quality – ZA Pter Vila Real Stº António.....	96
27. Cluster Quality – ZA Pter Castro Marim.....	97

ÍNDICE DE TABELAS

tab.	Pág.
1. Análise SWOT.....	37
3. Efetivo do ano 2016.....	46
4. Execução de recursos financeiros QUAR/GNR 2016.....	47
5. Frota de meios marítimos.....	50
6. Metodologia SARA.....	58
7. Estrutura e Processo modelo Intelligence Led Policing (ILP).....	60
8. Freguesias do Algarve -1960 a 2016-.....	79
9. Recursos humanos do dispositivo GNR de Tavira.....	88
10. Freguesia x TwoStep Cluster ZA Pter Tavira.....	93
11. ANOVA, ZA Pter Tavira.....	93
12. Freguesia x Two Step Cluster Number CrossTabulation.....	94
13. Freguesia x Two Step Cluster ZA Pter VRSTA.....	95
14. ANOVA, ZA Pter VRSTA.....	95
15. Freguesia x TwoStep Cluster N. CrossTabulation Pter VRSTA.....	95
16. Freguesia x TwoStep Cluster ZA Pter Castro Marim.....	96
17. ANOVA ZA Pter Castro Marim.....	96
18. Freguesia x TwoStep Cluster Number CrossTabulation ZA Pter Castro Marim.....	97

INDICE DE GRÁFICOS

	pág.
Gráfico 1. Impacto económico da violência por percentagem do PIB.....	36
Gráfico 2. –Distribuição de veículos a nível nacional por tipologia.....	48
Gráfico 3. Aquisições e abates de viaturas.....	48
Gráfico 4. Relação distância percorrida versus inoperacionalidade das viaturas 2015 - 2016.....	49
Gráfico 5. Distribuição de veículos por quilómetros.....	49
Gráfico 6. Distribuição de veículos por idade.....	50
Gráfico 7. Efetivo animal 2009 a 2016.....	51
Gráfico 8. Distribuição da população na região do Algarve.....	80
Gráfico 9. Distribuição da população na área do Destacamento da GNR de Tavira.....	86
Gráfico 10. Incidentes por freguesias -Concelho de Tavira, ano 2016.....	98
Gráfico 11, Tipo de Incidente, ZA Pter Tavira, ano 2016.....	99
Gráfico 12, Hora ocorrência ZA Pter. Tavira, ano 2016.....	101
Gráfico 13, Hora ocorrência por freguesia, ano 2016.....	102
Gráfico 14. - Data ocorrência –Concelho Tavira, ano 2016.....	103
Gráfico 15. - Data ocorrência por freguesia –ZA Pter Tavira, ano 2016.....	103
Gráfico 16, Nacionalidade suspeito, ZA Pter de Tavira, ano 2016.....	104
Gráfico 17. Idade suspeito - ZA Pter Tavira, ano 2016.....	104

Gráfico 18, Sexo suspeito- ZA Pter Tavira, ano 2016.....	105
Gráfico 19, Etnia suspeito –ZA Pter Tavira, ano 2016.....	105
Gráfico 20, Idade vítima –ZA Pter Tavira, ano 2016.....	106
Gráfico 21, Sexo vítima –ZA Pter Tavira, ano.....	106
Gráfico 22. Nacionalidade vítima- ZA Pter Tavira.....	107
Gráfico 23 Situação vítima- ZA Pter Tavira, ano 2016.....	107
Gráfico 24. Ocorrências por freguesia, ZA Pter VRSTA, ano 2016.....	108
Gráfico 25. Tipo de incidente por freguesias, ZA Pter VRSTA, ano 2016.....	109
Gráfico 26. Hora ocorrência ZA Pter VRSTA, ano 2016.....	110
Gráfico 27. Hora ocorrência por freguesia, Pter.VRSTA, 2016.....	111
Gráfico 28. Data ocorrência, ZA Pter VRSTA, ano 2016.....	112
Gráfico 29. Data ocorrência por freguesia Pter VRSTA, ano 2016.....	113
Gráfico 30. Nacionalidade suspeito ZA Pter VRSTA, ano 2016.....	114
Gráfico 31. Idade suspeito, ZA Pter VRSTA, ano 2016.....	114
Gráfico 32. Sexo suspeito, ZA Pter VRSTA, ano 2016.....	115
Gráfico 33. Etnia suspeito, ZA Pter VRSTA, ano 2016.....	115
Gráfico 34. Idade vítima, Pter VRSTA, ano 2016.....	116
Gráfico 35. Sexo vítima, Pter VRSTA ano 2016.....	116
Gráfico 36. Nacionalidade vítima, Pter VRSTA, ano 2016.....	117
Gráfico 37. Situação vítima, Pter VRSTA ano 2016.....	117
Gráfico 38. Ocorrências por freguesia, ZA Pter Castro Marim, ano 2016.....	118

Gráfico 39. Tipo de incidente, Pter Castro Marim, ano 2016.....	119
Gráfico 40. Hora ocorrência, ZA Pter Castro Marim, ano 2016.....	120
Gráfico 41. Hora ocorrência por Freguesia, ZA Pter Castro Marim, ano 2016.....	121
Gráfico 42. Data ocorrência, ZA Pter Castro Marim, ano de 2016.....	122
Gráfico 43. Data ocorrência por Freguesia, ZA Pter Castro Marim, ano de 2016.....	123
Gráfico 44. Nacionalidade suspeito, ZA Pter Castro Marim, ano 2016.....	123
Gráfico 45. Idade suspeito, Za Pter Castro Marim, ano 2016.....	124
Gráfico 46- Sexo suspeito, ZA Pter Castro Marim, ano 2016.....	124
Gráfico 47. Etnia suspeito, ZA Pter Castro Marim, ano 2016.....	125
Gráfico 48. Idade vítima, ZA Pter Castro Marim, ano 2016.....	125
Gráfico 49. Sexo vítima, ZA Pter Castro Marim, ano 2016.....	126
Gráfico 50. Nacionalidade vítima, Pter Castro Marim, ano 2016.....	126
Gráfico 51. Situação vítima, ZA Pter Castro Marim, ano 2016.....	127

LISTA DE ABREVIATURAS

CAOP	Carta Administrativa Oficial de Portugal
CCCO	Centro de Comando e Controlo Operacional
CCPA	Centro de Cooperação Policial e Aduaneira
CMD	Comando
Cmdt	Comandante
COMPSTAT	Compare Statistics
CTer	Comando Territorial
DGT	Direção Geral do Território
Dter	Destacamento Territorial
EBM	Evidence Based Medicine
EBP	Evidence Based Policing
GDP	Gross Domestic Product
GNR	Guarda Nacional Republicana
ILP	Intelligence-Led Policing
INE	Instituto Nacional de Estatística
ITP	Instituto do Turismo de Portugal
LOGNR	Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
MBA	Medicina Baseada em Autoridade
MBE	Medicina Baseada em Evidências
MDP	Matrix Demonstration Project
NCP	Neighborhood and Community Policing
NEP	Norma de Execução Permanente
NYPD	New York Police Department
PAS	Pelotão de Apoio e Serviços
PERINTREP	Periodic Intelligence Report
PIB	Produto Interno Bruto
POP	Problem Oriented Policing
Pter	Posto Territorial
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RGSGNR	Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana
SARA	Scanning, Analysis, Response, Assessment
SEPNA	Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente
SIC	Secção de Investigação Criminal

SIG	Sistema de Informação Geográfica
SIIOP	Sistema Integrado de Informações Operacionais
SIS	Serviço de Informações de Segurança
SOITRP	Secção de Operações Informações Treino e Relações Publicas
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
SRHJ	Secção de Recursos Humanos e Justiça
SRLF	Secção de Recursos Logísticos e Financeiros
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
TIE	Transmissões Informática Eletrónica
UAF	Unidade de Ação Fiscal
UCC	Unidade de Controlo Costeiro
UI	Unidade de Intervenção
Un	Unidade
UNT	Unidade Nacional de Trânsito
USHE	Unidade de Representação e Honras de Estado
VRSTA	Vila Real de Santo António
ZA	Zona de Ação

Capítulo1. INTRODUÇÃO

1.1 Definição do Tema

A informação e a análise de dados na gestão de meios policiais em regiões turísticas do Algarve, pretende analisar os dados de ocorrências criminais e não criminais de um período temporal de um ano (2016) numa área de ação territorial da Guarda Nacional Republicana numa região do Algarve, aplicando técnicas de estatística multivariada recorrendo a software SPSS.

Como modelo de estudo, optou-se por aplicar essa análise à realidade territorial de uma zona de Ação da GNR no Algarve, o Destacamento Territorial de Tavira.

Sendo estes dados analisados através de técnica de estatística multivariada, parte-se para a sua interpretação.

Os outputs originados fornecem importantes informações das ocorrências registadas, tais como definições do tipo e frequência de incidente registado, hora, data, bem como a localidade onde estes ocorreram, variáveis acerca dos suspeitos e vítimas, que vão desde o sexo, nacionalidade e idade, até às variáveis de Zona Administrativa Territorial e Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana que registou a ocorrência.

Estes dados quando analisados, revelam uma predominância de ocorrências, agregadas por *clusters*, que requerem uma alocação considerável de recursos humanos e materiais da Guarda, que são utilizados na operacionalidade diária, servindo assim o garante da segurança da população.

As utilizações destes recursos requerem uma afectação de meios humanos e materiais em permanência diária (24 horas).

A sua eficiência, quer na resposta a ser dada, quer na utilização desses meios requer consumos de tempo e recursos financeiros consideráveis, maiores ainda se ampliarmos a análise ao nível nacional e levando o esforço orçamental do estado a níveis excessivos de dispêndio que se querem cada vez mais controlados e rigorosos.

O controlo/redução de custos e a máxima eficiência é uma imperatividade de qualquer organização, seja pública ou privada, sendo esta uma estratégia definida, à priori pelos decisores institucionais com vista ao sucesso organizacional.

A utilização do método *evidence based policing* como abordagem de políticas e decisões aplicadas a uma força de segurança, com vista a melhorar a capacidade da eficiência de resposta ou resolução de conflitos, tem demonstrado resultados muito satisfatórios em países onde o mesmo foi e continua a ser implantado.

Esta forma de atuação recorre à divulgação e aplicação de medidas preventivas junto da sociedade e a políticas ativas de tomada de decisão mais favorável e adequada a cada situação ocorrida com vista à redução das ocorrências criminais ou não criminais e maior eficiência dos recursos gastos, procurando alcançar assim uma estratégia de gestão.

1.1.2 Relevância do Tema

Portugal Continental define-se como um país facilmente divisível em regiões desde o norte ao sul, sendo bastante distintas entre si.

Estas diferenças apresentam cenários diferentes, quer no modelo económico, quer no social ou cultural.

Também ao nível da segurança interna, a tipicidade criminal varia substancialmente conforme a região, as problematizações sociais, os níveis educacionais, o investimento, a génese económica local, entre outras.

O Algarve é por excelência a região do país em que o turismo expressa a sua importância e qualidade, afirmando-se como um *ex libris* do veraneio, destino de férias e repouso para milhões de visitantes que anualmente afluem à região.

A economia do turismo tem uma presença muito forte na região, ocupando um lugar destacado entre as outras atividades.

Para Domingues (1990) o turismo corresponde ao conjunto de atividades realizadas pelos turistas em locais situados fora do seu ambiente de residência habitual, com fins de lazer, negócios ou outros motivos.

Esta permanência temporária num determinado local expõe o visitante a vulnerabilidades que ele próprio não percebe, pois, o ambiente é totalmente ou em grande parte desconhecido.

Van Tran e Bridges (2009) refere que a tendência do turista para reduzir a sua consciência de segurança enquanto está de férias, o entrar em comportamentos de risco ou frequentar ambientes estranhos, aumenta a vulnerabilidade e exposição a atividades criminosas.

Para as forças de segurança, entender esta relação entre o crime e turismo torna-se fundamental para o seu desempenho preventivo ou reativo.

Historicamente, a ênfase da Ação das forças de segurança está muito mais patente na repressão do que na prevenção e ainda muito alicerçada no modelo tradicional de policiamento, João (2009).

Sabemos então que o tipo de criminalidade varia consoante os factores regionais, sociais/culturais e económicos de cada região, logo sugere que o seu combate seja também distinto, adaptado às circunstâncias locais e fazendo uso do mais aprofundado conhecimento técnico e científico.

Rascão (2001) define que o conhecimento “é uma combinação de instintos, ideias, regras e procedimentos que guiam ações e as decisões”.

Só em anos recentes a Guarda Nacional Republicana adotou o Sistema Integrado de Informações Operacionais (SIIOP) que permite o registo informático de dados que, quando interpretados permitem, a descoberta de padrões de informação úteis.

Embora faça parte da estratégia da Guarda, a análise criminal e de ocorrências focada na realidade territorial, através de estatística multivariada, ainda não é realizada no nível de escalão de Destacamento e Posto, ficando-se pela contabilização do número de ocorrências criminais ou não criminais, identificação da tipicidade criminal, através de relatórios mensais PERINTREP, mapas de notação de crimes do Ministério da Justiça e balanços mensais e anuais, que são depois apresentados em *briefings* por cada Unidade Territorial e anualmente pelo Comando Geral da Guarda e Ministério da Administração Interna.

Também apenas na última década, as forças policiais começaram a mostrar frutos de uma investigação mais qualificada, investindo mais na investigação criminal e formação dos agentes com programas específicos de proximidade e policiamento orientado para os problemas (*intelligence led policing*) que desta forma adequam o seu trabalho à identificação da génese criminal.

O criminologista experimental Lawrence Sherman fundou o policiamento baseado em evidências em 1988 nos Estados Unidos da América que ele próprio define como sendo “um método para tomar decisões sobre "o que funciona "no policiamento e quais as práticas e estratégias policiais mais eficientes e rentáveis. (Sherman 1998).

Em contraste com base nas decisões sobre teoria, premissas, tradição ou convenção, uma abordagem baseada em evidências está continuamente a testar hipóteses com resultados empíricos da pesquisa e da análise estatística. (Sherman 1998). Este estudo pretende abordar uma análise científica baseada em estatística multivariada e o policiamento baseado em evidências tendo em vista a finalidade da redução da criminalidade e o aumento da eficiência dos recursos humanos e materiais.

Quer uma ou outra estão continuamente ligadas no nosso dia a dia, e são utilizadas em diversas áreas profissionais.

1.1.3 Objetivos da Investigação.

O aumento do efetivo policial, a alocação de meios logístico-financeiros causa grande consumo de recursos que poderão ser melhor orientados se se identificar as suas origens e causas.

É com base no conhecimento científico que se pretende abordar a origem do problema, dar resposta e resolução prontamente eficaz e com recursos adequados.

Agudizar a análise estatística à realidade territorial de uma zona de ação de policiamento pode fornecer indicadores de causas e auxiliar numa resposta mais clara e célere no combate ou erradicação do problema da eficiência.

Para Monet (1993) as forças e serviços de segurança, funcionam como instrumentos capazes de gerar uma perceção de ordem e segurança junto da população.

O modelo de policiamento baseado em evidências (*Evidence based policing*) defende a análise estatística de dados e a pesquisa empírica para elaborar novas estratégias de atuação e de gestão.

Para Sherman (1998), por vezes estas medidas implicam uma profunda mudança da visão organizacional, processos instituídos e cultura policial.

O registo da criminalidade pelas entidades policiais, pode e deve ser alvo de tratamento estatístico, utilizando técnicas diversas. Este tratamento, quando aprofundado, o que neste caso pretende ir até ao nível de escalão de comando de Posto Territorial, pode revelar informações muito úteis da realidade ocorrida e desta forma contribuir para o apoio à decisão estratégica do Comando e órgãos de policia criminal.

Através de técnicas de estatística multivariada irá analisar-se os dados oficiais de ocorrências participadas e registadas num período temporal de um ano (2016) na zona de ação do Destacamento Territorial da Guarda Nacional Republicana no Algarve.

Espera-se que os resultados obtidos desta análise permitam a identificação de zonas com predominância de ocorrências, *clusters*, tipo de crimes ou incidentes, datas e horas das ocorrências, caracterização de suspeitos e vítimas, entre outras variáveis.

Desta forma será possível, ao nível da estrutura de Comando de Destacamento e Posto, identificar, fundamentar hotspots e vulnerabilidades numa zona de Ação em que a atividade principal é o turismo, reproduzindo uma imagem, mais detalhada possível, do que acontece na área em que se inseriu o estudo, não se ficando apenas pela análise em briefing mensal, anual e balanços, relatórios PERINTREP e mapas de notação de crimes.

Fica assim também em aberto, a possibilidade da criação de uma estratégia de “*crime mapping*”, método este já usado em outros países com resultados muito eficientes na segurança da comunidade.

Uma vez aferida a relação entre os indicadores estatísticos e a realidade territorial fundamenta-se também a necessidade de contribuir para uma gestão eficiente de meios da instituição.

Pretende-se com este estudo, analisar e testar um modelo de policiamento (*based evidence policing*) que se revela vantajoso na medida em que recorre à análise estatística que permite identificar as zonas propensas a ocorrências e uma forma mais eficiente de resposta com os meios disponíveis.

Capítulo 2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A Informação e a Análise de dados.

Rascão (2001) define a informação como sendo o resultado da adição de dados de um padrão específico de relações que estabelecem o seu formato.

Na sua cabal finalidade, a informação representa uma modificação no conhecimento de quem a recebe, atuando no indivíduo como contributo na tomada de decisões.

Para as organizações, a informação é um recurso a usar na definição e implementação de estratégia.

A informação externa acerca do meio envolvente é essencial para qualquer organização com a finalidade de atuar em sintonia com as necessidades do público alvo.

A análise requer um processo ou método de estudo sobre um tópico complexo, decompondo-o, a fim de se obter uma melhor compreensão.

Para o entendimento dos sistemas de informação é importante compreender a diferença entre Dados, Informação e Conhecimento.

Na Análise Estratégica de Sistemas de Informação para a tomada de decisão, Rascão (2001) define que os dados são factos, eventos, imagens ou sons que podem ser pertinentes ou úteis para o desempenho de uma tarefa, mas que por si só não conduzem a uma compreensão de determinado facto ou situação (ex: 2500 é um dado),

A Informação é um dado cuja forma e conteúdo são apropriados para uma utilização particular, ou seja, informação é um dado útil que permite tomar decisões (ex. €10 é o preço do livro).

O conhecimento é uma combinação de instintos, ideias, regras e procedimentos que guiam as ações e as decisões.

Na sua generalidade e grande amplitude, pode-se definir a informação como um conjunto organizado de dados, cujo objetivo é constituir uma mensagem sobre um determinado evento que permite resolver problemas e tomar decisões.

É, em regra, baseada na racionalidade percebida pela mente humana, e interpretada por forma a tomar decisões.

Carol Cashmore e Richard Lyall (1991) define a aplicabilidade da informação às organizações como sendo um recurso vital que permite habilitar estas a alcançarem os seus objetivos pelo uso eficiente dos recursos disponíveis, nos quais se incluem pessoas, materiais, equipamentos, tecnologia, dinheiro, além da própria informação.

Ainda para Rascão (2001) sem informação as organizações não podem contactar aqueles que procuram servir, logo uma organização precisa de informação consoante a sua vocação e o meio onde atua.

A sua importância é tal que ao nível da gestão, a sobrevivência de uma empresa depende da qualidade e quantidade da informação que é tida pelos decisores, baseando-se nestas para tomar o rumo da instituição e alcançar objetivos.

A tomada de uma decisão pretende agir sempre com pressuposto na melhor informação adquirida.

Sendo uma vantagem ter o poder de uma informação válida e certa, hoje é reconhecida como um capital importante, o que Hiroyuki Itami (1991) citado em Carol Cashmore e Richard Lyall (1991), pensa que as reais vantagens competitivas não vêm dos capitais visíveis, mas do capital invisível que pode ser coletivamente descrito como informação ou fluxo de informação.

A diferença entre estes três conceitos (dados, informação e conhecimento) pode ser visualizada na seguinte figura:

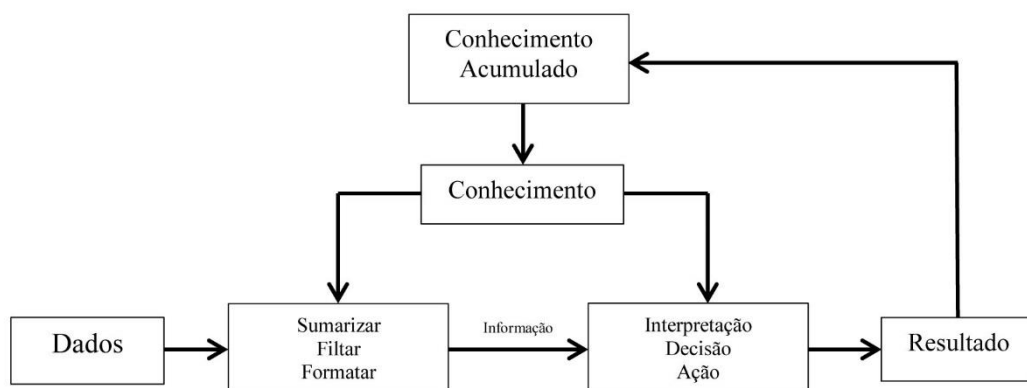


Figura 1: Sistema de Informação, Fonte: Rascão (2001) Adaptado de Alter, Steven, -, Wesley, 1992, pág. 82.

Trata-se, sobretudo da conversão de dados em informação.

Para uma dada situação, as pessoas atuam baseadas na sua informação e no seu conhecimento acumulado para a tomada de decisão.

Rascão (2001) também define o conhecimento como a capacidade de uma pessoa relacionar estruturas complexas de informação para um novo contexto, ora essa relação, irá definir novas situações ou resultados que quando aplicados, trazem consigo experiências acumuladas por métodos comprovados. É isso que dá ao conhecimento o seu poder reconhecido por uma comunidade, seja ela científica ou leiga.

Neste trabalho, a análise de dados infere sobretudo sobre uma população/amostra usando um método de análise estatística.

Pode-se utilizar a uma estatística básica que pode ser descritiva, de variáveis aleatórias ou de inferência estatística ou utilizar uma estatística multivariada como a análise de variância, regressão linear, análise discriminante, análise fatorial, análise de clusters, entre outras.

Importa definir que a análise estatística incide sobre uma característica que, sendo comum a um conjunto de objetos, varia em quantidade ou em qualidade.

A população é um conjunto de dados que expressam a característica em causa para todos os objetos sobre os quais a análise incide enquanto que a amostra corresponde a um subconjunto de dados que pertencem à população.

2.1.2 O Sistema de Informação para a tomada de decisão estratégica.

Neumann (1994) define sistemas de informação para a tomada de decisão estratégica como “os sistemas de informação cuja primeira função é suportar a estratégia competitiva de uma organização e os seus planos para ganhar e manter vantagens competitivas, ou reduzir as desvantagens competitivas relativamente aos seus concorrentes”.

A estratégia, nome originário grego” estrtêgia” define-se como a arte de liderar ou comandar um grupo de tropas.

Sun Tzu, general chinês que também a definiu como o planeamento que leva à vitória no campo de batalha assume no primeiro dos seus quatro princípios de estratégia que a escolha do local de batalha deve ser conhecido do líder ou então ter a maior e melhor informação possível sobre o local.

Esta afirmação revela bem a importância fulcral de um sistema de informação para uma organização que se quer vencedora no seu campo de atuação.

Se esta citação for aplicada a uma atividade empresarial cuja estrutura pressupõe o objetivo final do lucro, a excelência da empresa e os seus produtos, não deixa também de ter a sua aplicabilidade a qualquer outra organização pública ou privada.

Os sistemas de informação, em qualquer organização tem a fulcral função de auxiliar na tomada de decisão estratégica a fim de cumprir o melhor funcionamento possível da organização visando a excelência do serviço prestado.

Na figura abaixo pode-se observar o modelo base de um Sistema de Informação para a tomada de decisão estratégica empresarial, adaptado de Rascão (2001).

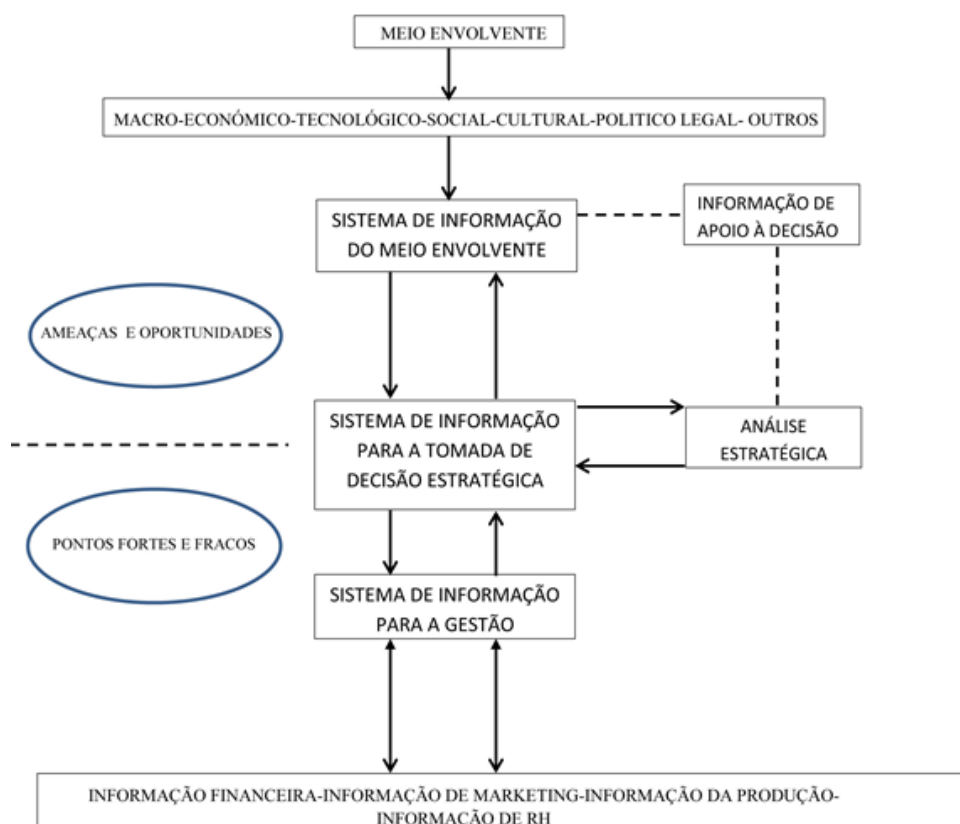


Figura 2. Sistemas de Informação para a tomada de decisão estratégica empresarial, Fonte: Análise Estratégica - Sistemas de Informação para a tomada de decisão- Rascão 2001 –pag. 183.

2.1.3 O Sistema de Informações numa Força de Segurança.

A informação constitui um dos bens mais preciosos de uma organização, pelo que a sua qualidade, fiabilidade e segurança são fundamentais para o processo de tomada de decisão.

Este motivo possui importância tal que a Guarda Nacional Republicana tem vindo a privilegiar a utilização das novas tecnologias no apoio gradual à atividade operacional e nas ações de controlo e de supervisão.

A Guarda Nacional Republicana possui um sistema próprio denominado Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais – SIIOP.

A Norma de Execução Permanente (NEP/GNR 2.20 de 15 de fevereiro, p. 1), define o sistema SIIOP baseado num repositório único, de informações, centralizado e alargado ao dispositivo que permite à Guarda o suporte à decisão/ação, baseado em informação alargada e em tempo real” e a uniformização de procedimentos em toda a hierarquia da GNR.

É um sistema desenvolvido com a capacidade de preservar e cruzar a informação, disponibilizando o sistema a toda a hierarquia da GNR, com diferentes graus de perfil de acesso, garantindo também a interoperacionalidade entre sistemas.

Assim, a GNR ao nível da plataforma do Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais possui diversos módulos e painéis digitais, consoante a especificidade, que serve de apoio à decisão de índole estratégica.

O Sistema Integrado de Informações Operacionais Principal (SIIOP-P) onde se inserem os diversos registos da atividade diária operacional e administrativa, por exemplo de uma Subunidade ou Posto Territorial.

O Sistema Integrado de Informações Operacionais de Sala de Situação (SIIOP-2S) onde é registado o planeamento do efetivo em escala diária ou em atividade normal.

O Sistema Integrado de Informações Operacionais de Ocorrências (SIIOP-O) onde são registadas as ocorrências decorrentes da atividade operacional diária (descontinuado no ano de 2018 e migrado para SIIOP-P).

O Sistema Integrado de Informações Operacionais de Trânsito (SIIOP –T), dedicado à atividade operacional da especialidade de Trânsito e que regista a sinistralidade, fiscalização e vias interditas.

O Sistema Integrado de Informações Operacionais do Ambiente (SIIOP-A) especialmente afeto ao Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente onde se registam as ocorrências e infrações relacionadas com a agressão ao meio ambiente.

O Sistema Integrado de Informações Operacionais Documental (SIIOP-D) para o registo, envio e receção de correspondência eletrónica entre as diversas secções/escalões de comando ou a nível individual.

O Sistema Integrado de Informações Operacionais de Georreferenciação (SIIOP-G) que define o mapeamento de zonas de ação territorial da Guarda, referenciação geográfica do Comando, Unidades, Sub-Unidades e Postos, informação referenciada de ocorrências e hotspots (em construção no ano de 2016).

O Sistema Integrado de Gestão de Recursos Internos (SIGRI) com os módulos de pessoal, vencimentos, formação, finança e orçamento, assistência na doença. OO O O GNRMobile que coloca computadores portáteis ao dispor das patrulhas e permite o acesso a diversas plataformas a partir do terreno, tendo como exemplo de maior sucesso implantado, o Sistema de Contraordenações de Trânsito que permite elaborar autos de contraordenação eletrónicos com rapidez e mobilidade.

O site da GNR na internet que que tem a função de estabelecer a divulgação e o contato entre a instituição e a sociedade, abordando temas como a missão, história, áreas de atuação, cooperação internacional, imprensa, entre outros.

2.1.4 O papel da Segurança no turismo.

Os anos 60 do século XX, registaram o arranque do turismo a nível mundial e é a partir de 1970 que este fenómeno começa a despertar interesse em Portugal com os primeiros grandes investimentos no país. As unidades hoteleiras começam a prosperar significativamente a partir de 1980 crescendo em número e qualidade significativa até aos dias de hoje. Cunha (2006) refere que as relações de força de domínio económico e político alteraram em anos recentes, fazendo emergir novas áreas de expansão económica que introduziram fatores de mudança com reflexos profundos no turismo.

Na atualidade, o país com maior estabilidade política, económica e maturidade social beneficiam de um fluxo favorável de turistas provenientes dos mais diversos lugares do globo, enriquecendo a economia e todos os sectores agregados à indústria do lazer.

O fator da competitividade turística vai mais além do que a oferta e qualidades oferecidas, mas também a outras dimensões que Ritchie e Crouch (2003) identificam como parte integrante do universo competitivo, devido à natureza multidimensional sob qual o sector turístico se desenvolve.

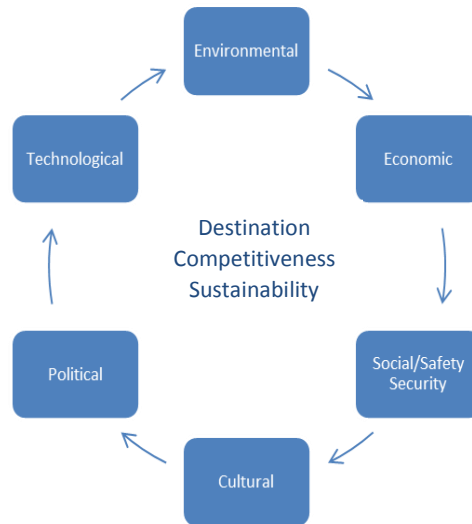


Figura 3. Fatores de competitividade da indústria turística, Fonte: adaptado de Ritchie e Crouch (2003).

Constata-se que o conjunto de dimensões que vão desde o ambiente, economia, passando pela segurança, cultura, política e tecnologia contribuem para que o destino se torne apetecível e afluente de um mercado turístico exponencial.

Reunidos os fatores de competitividade, existem condições favoráveis à prosperidade econômica do país, envolvendo os diversos stakeholders e favorecendo o país em geral. Na expressão que já alcançou de se ter transformado numa das atividades econômicas mais dinâmicas e mais generalizadas no mundo, Cunha (2006) atribui ao turismo três finalidades essenciais que lhe concedem um importante lugar na economia:

- 1ª Finalidade social porque o turismo permite garantir às populações condições essenciais para a melhoria da qualidade de vida;
- 2º Finalidade econômica porque contribui para a solução de problemas econômicos e é fator de dinamização econômica global;
- 3º Finalidade territorial porque contribui para compensar ou atenuar os desequilíbrios regionais.

A primeira e a segunda finalidade exprimem em boa parte as expectativas que o mercado turístico manifesta nas populações: uma dinamização econômica e consequente melhoria da qualidade de vida. A terceira finalidade, além do fator econômico dinamizador subjacente, requer a gestão de práticas de gestão territorial e políticas de atração de investimentos para onde ele é mais deficitário. Fica também bastante claro que a estabilidade política, social e a segurança, são pilares importantes para que estas finalidades possam cumprir as funções a que se propõem.

Havendo estas premissas, torna-se mais fácil reunir condições para que o investimento seja atrativo, desenvolva a economia de um país, melhore infraestruturas, qualidade de vida da população e desenvolvimento.

Na última década, em Portugal e apesar da crise económica de 2008, a capacidade de alojamento em estabelecimentos hoteleiros aumentou significativamente em quantidade e qualidade dos serviços e infraestruturas. O clima de paz social e segurança contribuiu de forma significativa para a atração de investimento.

O crescimento das receitas tem vindo a acompanhar a tendência de crescimento, com uma taxa de variação média anual de 6,3%.

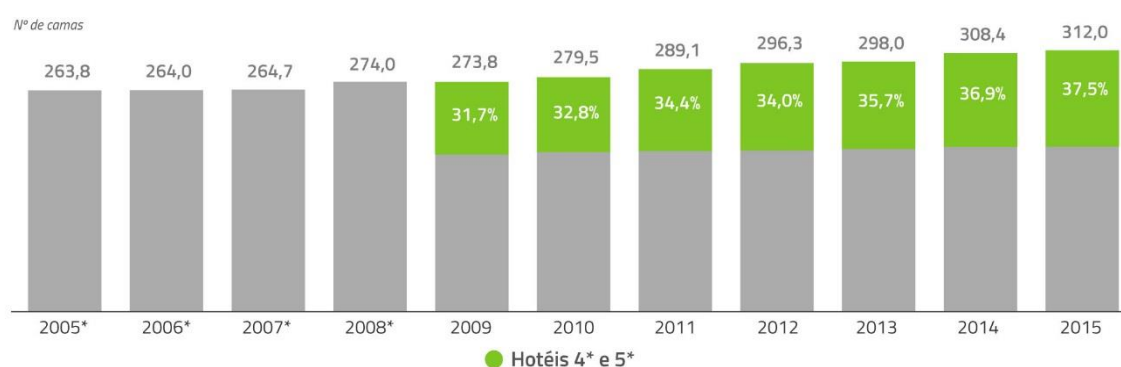
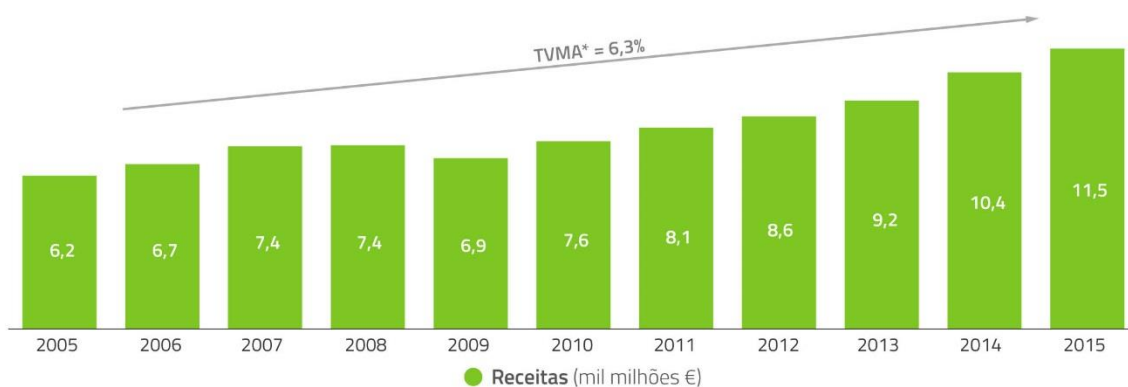


Figura 4. Capacidade de alojamento em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros alojamentos (em milhares) Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas (INE) – Estratégia Turismo 2027.



Fonte: Banco de Portugal

* Taxa de variação média anual.

Figura 5. Crescimento das receitas turísticas em valor e % do PIB, Fonte: INE – Estratégia Turismo 2027 / Banco de Portugal.

2.1.5 A Segurança e a Economia do turismo.

O medo gerado pela violência condiciona a vida social, traduzindo-se na mobilidade das pessoas, alterando roteiros cotidianos, influenciando as viagens e o turismo. Com esta

alteração, o contexto económico tenda a sofrer oscilações que, normalmente são negativas para a economia, apresentando fracos desempenhos por falta da afluência, antes alta, do público turista.

O contexto, em que a segurança pública está fortemente incluída, constitui elemento indissociável da rede de ofertas e serviços da indústria turística que a representa na imagem segura ou insegura do destino.

Em boa verdade, nenhum destino turístico deseja que a sua “*classificação de segurança*” coloque em risco a afluência de público e receitas e, muito menos ainda, um país que não reúna condições de paz social, índices de criminalidade e insegurança elevados.

Como é de uma indústria que se trata, os seus imperativos como sendo, o nível de satisfação do cliente, a capacidade de resposta e satisfação dos serviços oferecidos e a segurança do destino terão que ser bem definidos e percecionados pelos clientes.

A segurança tornou-se, marcadamente a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos da América, uma questão prioritária não só ao nível dos países e populações, mas também no turismo global.

Para Tarlow (2014) a natureza política (atos de terrorismo) fez com que muitos indivíduos temessem as viagens. A violência afeta diretamente a imagem de uma nação para o mundo e para seus próprios cidadãos.

Quando se sentem ameaçadas, poucas pessoas viajam para lugares onde se sentem inseguros.

A relação entre turismo e crime é dependente, pois esta indústria só trará benefícios se o país for seguro, em clima de paz social e política.

O impacto que a violência tem no produto interno bruto é imenso, podendo verificar-se pela figura abaixo que o impacto económico da violência aumenta quanto mais conflitos houverem, logo o torna menos apetecível para viajantes e turistas, o que se traduz em menos receita e maior custo de PIB para combater a violência.

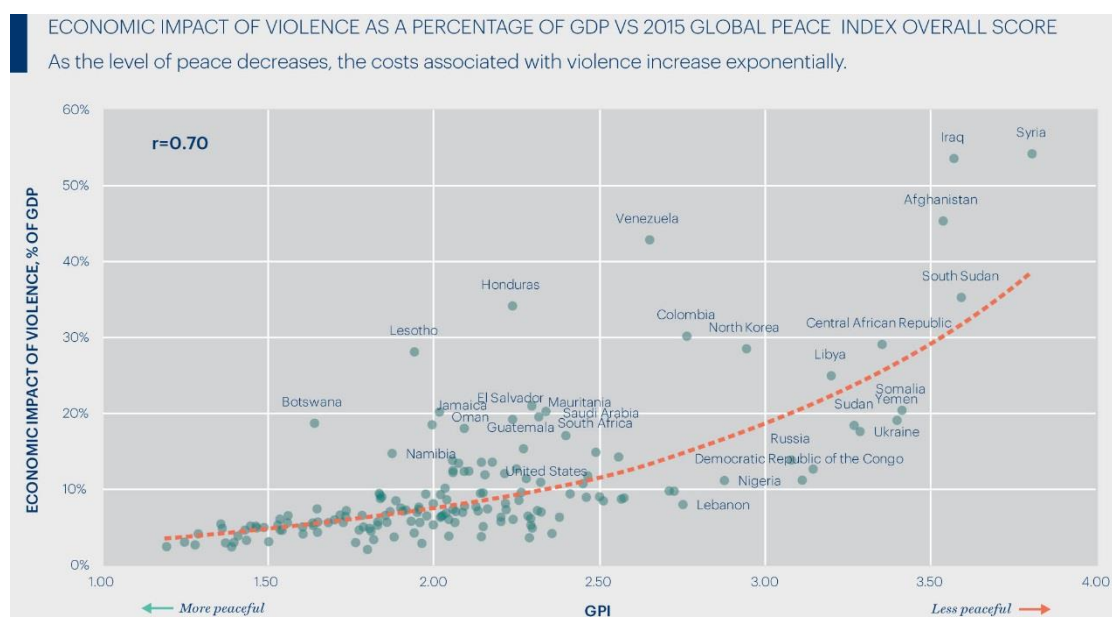


Gráfico 1. Impacto económico da violência por percentagem do PIB, Fonte: visionofhumanity.org

O Instituto do Turismo de Portugal cuja atividade é exercida sob a tutela do Ministério da Economia e da Inovação é a autoridade turística nacional responsável por promover, valorizar e sustentabilizar a atividade turística em Portugal.

Num estudo apresentado pelo ITP- O sector do turismo no Algarve, em que é feita uma análise SWOT à região do Algarve e a perceção da segurança é tida como um ponto forte, posicionando-se em 6º lugar de “força” regional.

Análise SWOT

Pontos fortes	Pontos fracos
↑ Acessibilidade aérea (rotas)	↓ Acessibilidade ferroviária
↑ Clima	↓ Sazonalidade
↑ Qualidade das praias	↓ Equipamentos para Reuniões e Congressos
↑ Qualidade dos campos de golfe	↓ Equipamentos desportivos
↑ Qualidade do alojamento	↓ Gestão de espaços públicos (higiene, limpeza)
↑ <u>Percepção de segurança</u>	↓ Qualidade da paisagem edificada
↑ Paisagem natural	↓ Qualidade ambiental (água, ar, ruído, congestionamento)
↑ Capacidade de comunicação (domínio de idiomas)	↓ Oferta de serviços de saúde
↑ Qualidade da gastronomia e vinhos	↓ Oferta de outros serviços públicos (transportes, estradas, água, ...)
↑ Situação geográfica	↓ Práticas de marketing (de relação, marketing intelligence, ...)
↑ Tipicidade	↓ Coordenação entre sector público e privado
↑ Acessibilidade rodoviária	↓ Cooperação entre empresas
↑ Relação com os operadores internacionais	↓ Concentração de produtos
↑ Postos de informação turística	↓ Oferta de entretenimento e animação nocturna
↑ Desempenho na Irlanda, nos Países Baixos e no Reino Unido	↓ Oferta adequada a idosos
↑ Sinais de recuperação da actividade turística a partir de 2004	↓ Oferta adequada a crianças e deficientes
↑ Crescimento dos voos de baixo custo	↓ Qualidade dos estabelecimentos de restauração
↑ Hospitalidade	↓ Gestão de Reservas e de Parques Naturais
	↓ Práticas de certificação (qualidade, ambiental)
	↓ Inovação tecnológica nas empresas turísticas
	↓ Notoriedade do alojamento (falta de cadeias internacionais)
	↓ Oferta de actividades culturais (museus, galerias, ...)
	↓ Oferta de atracções históricas
	↓ Gestão de festivais e eventos
	↓ Oferta de equipamentos para Turismo de saúde e bem-estar (<i>wellness</i>)
	↓ Sinalética
	↓ Desempenho na Alemanha, na Bélgica e na Itália
	↓ Redução da quota de mercado face aos concorrentes espanhóis, entre 1999 e 2004
	↓ Visitalgarve.pt sem versão em alemão

Tabela 1. Análise SWOT, Fonte: Turismo de Portugal, o sector do turismo no Algarve.

2.1.6. Quando analisado o destino turístico Algarve em oportunidades e ameaças, o clima de insegurança noutros destinos é, para nós, preponderante nas oportunidades e o terrorismo internacional nas ameaças.

Entre os pontos fortes da região destaca-se a percepção de segurança em níveis muito satisfatórios, contribuindo para o clima de paz e tranquilidade que habitualmente é sentido no país.

Análise SWOT

Oportunidades	Ameaças
↑ Liberalização do transporte aéreo (<i>low cost airlines</i>)	↓ <u>Terrorismo internacional</u>
↑ Avanços significativos nos multimédia	↓ Emergência de novos destinos
↑ Reconhecimento político da importância económica do turismo	↓ Relevância do preço na tomada de decisão
↑ Importância da Internet como canal de comercialização/comunicação	↓ Subida do preço do petróleo
↑ Maior preocupação com a saúde e bem-estar	↓ Incerteza na conjuntura económica europeia
↑ <u>Clima de insegurança noutros destinos</u>	↓ Alteração da distribuição dos fundos comunitários
↑ Fragmentação do tempo livre	↓ Epidemias (SARS, gripe das aves)
↑ Maior consciência ambiental	
↑ Avanços tecnológicos nos transportes	
↑ Inovações na gestão ambiental	
↑ Maior valorização de componentes culturais e naturais	
↑ Certificação ambiental	
↑ Mais operadores especializados (<i>Special Interest Tour Packages</i>)	
↑ Maior sofisticação e experiência dos turistas	
↑ Procura de experiências	
↑ Introdução de inovações tecnológicas na cadeia de distribuição (GDS, CRS)	

Tabela 2. Análise SWOT, Fonte: Turismo de Portugal, o sector do turismo no Algarve.

2.1.7 O Sistema Nacional de Segurança Interna.

A Lei 53/2008 de 29 de Agosto define a segurança interna como sendo a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática (Capítulo I, Princípios gerais, artº 1º definições e fins da segurança interna). Esta atividade de segurança interna exerce-se nos termos da Constituição e da lei, designadamente da lei penal e processual penal, do lei quadro da política criminal, das leis sobre política criminal e das leis orgânicas das forças e dos serviços de segurança.

Em especial, estas medidas destinam-se, a proteger a vida e a integridade das pessoas, a paz pública e a ordem democrática, designadamente contra o terrorismo, a criminalidade violenta ou altamente organizada, a sabotagem e a espionagem, a prevenir e reagir a acidentes graves ou catástrofes, a defender o ambiente e a preservar a saúde pública. Em Portugal existem diferentes organismos que exercem funções de segurança interna, estando eles definidos em Leis Orgânicas das Forças e Serviços de Segurança que exercem funções de Segurança Interna tais como:

As Forças de Segurança Guarda Nacional Republicana (Lei orgânica da Guarda Nacional Republicana -Lei n.º 63/2007 de 6 de Novembro), a Polícia de Segurança Pública (Lei orgânica n.º 53/2007 de 31 de Agosto, aprova a orgânica da Policia de Segurança Publica), a Policia Marítima (Decreto-Lei n.º 43/2002, de 2 de Março e Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de Março).

As Forças Militares que constituem o reduto à defesa nacional (Lei Orgânica n.º 1-A/2009 de 7 de Julho que prova a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas) mas a quem cabe também cooperar com as forças e serviços de segurança tendo em vista o cumprimento conjugado das respetivas missões no combate a agressões ou ameaças transnacionais, colaborar em missões de proteção civil, em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações.

Os Serviços de Segurança Polícia Judiciária (Lei n.º 37/2008 de 6 de Agosto que a prova a orgânica da Polícia Judiciária), Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (Decreto-Lei n.º 252/2000 de 16 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 290-A/2001, de 17 de Novembro), o SIS - Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa(Lei n.º 30/84 de 5 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/95 de 21 de Fevereiro; Lei n.º 15/96, de 30 de Abril; Lei n.º 75-A/97, de 22 de Julho e pela Lei Orgânica n.º 4/2004 de 6 de Novembro).

Sistema Nacional de Forças de Segurança



Figura 6. Sistema Nacional de Forças, Fonte: Relatório de atividades GNR 2016.

Além dos referidos, o Sistema de Segurança Interna Português confere autoridade ao Instituto Nacional de Aviação Civil (Decreto-Lei n.º 145/2007 de 27 de abril) atuando na missão de regular e fiscalizar o sector da aviação civil, promovendo a segurança aérea, regulamentando, supervisionando, inspecionando e fiscalizando as organizações, as atividades, os equipamentos e as instalações do sector.

Também o Sistema Nacional de Facilitação e Segurança da Aviação Civil (Decreto-Lei n.º 322/98 de 28 de outubro) determina os programas de segurança aeroportuários, estabelece em cada infraestrutura aeroportuária a aplicação das normas, recomendações e procedimentos de segurança estabelecidos e esquematizados, em planos de contingência e diversas situações de segurança.

2.1.8 Desafios na gestão dos serviços públicos.

A procura de modelos de prática de gestão privada a importar para a Administração Pública, experimentadas com sucesso noutros contextos organizativos, tendencialmente nos últimos anos, fomentaram uma abordagem de gestão empresarial baseada na racionalidade e preocupada com a eficiência e com os resultados.

O conceito de “governance” corporativo vai hoje muito além da sua génese, tradicionalmente privada, não sendo de todo incompatível com a gestão pública.

Para Bovaird (2003) “...os conceitos associados à nova gestão pública e à governação, não são incompatíveis entre si. No entanto, nem todas as práticas da nova gestão pública fazem parte da governação e vice-versa. [...] estão em causa conceções distintas, mas interligadas. Uma não é percussora da outra, nem superior à outra devem coexistir e trabalhar em conjunto, através dos mecanismos adequados, a fim de que as decisões políticas e de gestão tenham em vista, também, o aumento da qualidade de vida dos cidadãos”.

Os cidadãos esperam do Estado a resolução de problemas concretos, principalmente naquilo que a inerência lhe compete, a segurança interna e externa, a educação, a saúde, a justiça e a paz social.

Quem gere um serviço público vê-se constantemente pressionado pela necessidade de gerir adequadamente diferentes tipos de recursos, imensas vezes de resposta difícil devido às dificuldades estruturais e à escala que hoje as instituições públicas possuem. A exigência de eficácia e eficiência nos resultados tornou-se um imperativo exigido pelos cidadãos e pela própria administração, sob pena de a não adoção de tais preceitos passarem a constituir a ameaça da administração de um país e conseqüente desmoronamento.

Na modernidade atual tornou-se necessário “gerir” os serviços públicos e não só, como do antecedente, “administrar”.

2.1.9 Importância da gestão estratégica.

A gestão estratégica tornou-se um dos principais desafios das organizações.

O mundo global está cada vez mais imprevisível, o que reforça a necessidade de definir estratégias continuadas para a própria sobrevivência da organização, dos seus colaboradores e clientes.

Fernandes (2011) refere que a estratégia tornou-se um processo global que visa a eficácia, integrando o planeamento estratégico (mais preocupado com a eficácia) e outros sistemas de gestão, responsabilizando ao mesmo tempo todos os gestores de linha pelo desenvolvimento e implementação estratégica; ela é um processo contínuo de decisão que determina a performance da organização, tendo em conta as oportunidades e ameaças com que esta se confronta no seu próprio ambiente mas também as forças e fraquezas da própria organização.

2.2 A gestão estratégica nas empresas e organismos públicos.

Gestão pela qualidade.

Fernandes (2011) também refere que quer nas empresas privadas ou publicas de produção ou de serviços, a gestão pela qualidade é uma estratégia para gerir a organização, orientando-a para resultados e para a satisfação dos beneficiários

Assim este conceito de gestão pela qualidade inclui a importância das aprendizagens, a equidade, a eficácia e a eficiência.

Isto também diz respeito ao empenho da organização para garantir que os seus produtos satisfaçam as exigências de qualidade dos consumidores ou beneficiários dos serviços, cumprindo todos os regulamentos existentes.

A qualidade da empresa ou organismo não se cinge à produção de bens e serviços ou da transmissão de conhecimentos e valores, mas sim, depende grandemente da qualidade de gestão e liderança.

As Organizações implantam Sistemas de Garantia da Qualidade ou adotam sistemas de Gestão TQM (Total Quality Management).

Em Varela (2004) o Modelo de Excelência em Gestão Pública foi concebido a partir da premissa de que é preciso ser excelente sem deixar de ser público.

Esse modelo deve estar alicerçado em fundamentos próprios da natureza publicadas organizações e em fundamentos próprios da gestão de excelência contemporânea.

Juntos, esses fundamentos definem o que se entende hoje por excelência em gestão pública em que organismos e instituições militares não são alheios.

Este autor enumera também alguns princípios a saber:

a) Legalidade: estrita obediência à lei; nenhum resultado poderá ser considerado bom, nenhuma gestão poderá ser reconhecida como de excelência à revelia da lei;

b) Moralidade: pautar a gestão das empresas públicas por um código moral. Não se trata de ética (no sentido de princípios individuais, de foro íntimo), mas de princípios morais de aceitação pública;

c) Impessoalidade: não fazer aceção de pessoas;

(o tratamento diferenciado restringe-se apenas aos casos previstos em lei.)

e) A cortesia, a rapidez no atendimento, a confiabilidade e o conforto são requisitos de um serviço público de qualidade e devem ser agregados a todos os utentes indistintamente;

Em se tratando da empresa pública, todos os seus clientes são preferenciais, são pessoas muito importantes;

d) Relações Públicas: ser transparente, dar publicidade aos dados e factos. Essa é uma forma e eficaz de indução do controle social;

e) Eficiência: fazer o que precisa ser feito com o máximo de qualidade ao menor custo possível. Não se trata de redução de custo a qualquer custo, mas de buscar a melhor relação entre qualidade do serviço e qualidade do gasto.

2.2.1 Gestão estratégica de recursos humanos.

Teixeira (2017) diz-nos que a cultura de uma organização é um conjunto único de características que permite distingui-la de outra.

Corresponde às personalidades dos indivíduos que a integram e transmite a forma como as pessoas de uma organização se comportam, estabelecendo um sistema de valores que se exprime por meio ritos, rituais, mitos lendas e ações. Pode definir-se com um conjunto de valores, crenças e hábitos partilhados pelos membros de uma organização que interagem com a sua estrutura formal produzindo normas de comportamento.

Isto é ainda mais evidente numa organização militar, em que os seus códigos de conduta rígidos e pragmáticos realçam a natureza da organização.

Aqui os recursos têm a capacidade de gerar ainda mais valor organizacional, dada a sua génese tradicional, cultural e militar.

A gestão dos recursos humanos e a sua estratégia tende a ser ainda mais valiosa e até mais cuidadosa na sua aplicação quando estão enraizadas culturas éticas e do bem servir comum.

A gestão de recursos humanos poderá ser entendida como uma abordagem que procura promover o reforço da competitividade e eficiência na organização, através do desenvolvimento estratégico recorrendo a técnicas culturais e estruturais no envolvimento das pessoas (Storey, 1995).

Para Azevedo (2017) a análise do ponto de vista estratégico é fundamental ao melhor desenvolvimento das organizações. Desta forma, terá a organização de se questionar sobre para onde quer ir, o porquê de seguir o caminho planeado e como atingir os objetivos pretendidos.

As identificações destas questões, bem como a certeza das suas respostas, tornam-se fundamentais e, quando aliadas à gestão de recursos humanos poderão conduzir aos resultados pretendidos pela gestão de topo da organização (Ribeiro et al., 2013).

É fundamental a definição da estratégia a seguir por determinada organização bem como uma gestão de recursos humanos adequada e concordante com a mesma estratégia, no que concerne à adoção de práticas e de metodologias que permitam atingir o máximo potencial dos seus recursos humanos, permitindo que a estratégia e a gestão dos recursos humanos façam parte da mesma envolvimento.

CAPITULO 3. ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA INSTITUCIONAL

3.1 A Guarda Nacional Republicana.

3.1.2 Breve caracterização.

A lei nº 63/2007, de 6 de novembro aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana que a define, logo no Título I, Capítulo I e artigo 1º como sendo uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa.

Esta instituição depende do membro do Governo responsável pela área da Administração Interna em tempo de paz e pode ser colocada na dependência operacional do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, através do seu Comandante-Geral, nos casos e termos previstos nas Leis de Defesa Nacional (Lei nº 31-A/2009) e Lei Orgânica

de Bases da Organização das Forças Armadas (Lei Orgânica n.º 1-A/2009) quando em regime de estado de sítio e do estado de emergência.

O artigo nº3 da Lei 63/2007 enumera as diversas atribuições desta força entre as quais o garante das condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos.

Defende o pleno funcionamento de todas as instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de direito, garante a ordem e a tranquilidade públicas, a segurança e a proteção das pessoas e dos bens.

Previne a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança.

Previne a prática dos atos contrários à lei em prol da segurança do país e das suas populações. Além das missões de âmbito policial, exerce atribuições de proteção, socorro, funções honoríficas e militares.

3.1.3 Âmbito Territorial.

O âmbito territorial da Guarda Nacional Republicana é prosseguido em todo o território nacional, regiões autónomas e mar territorial. As áreas territoriais são partilhadas, na responsabilidade do policiamento, com a Polícia de Segurança Pública (PSP), tendo esta a jurisdição dos grandes centros urbanos (5% do território nacional).

A área sob responsabilidade da Guarda é atualmente de cerca de 95% do território nacional (86.597.4 Km²), na qual residem cerca de 53,8% da população portuguesa (5.756.027 habitantes).

3.1.4 Estrutura orgânica da GNR.

O Comando-Geral da GNR está sediado em Lisboa, no largo do Carmo e concentra toda a estrutura de comando da Guarda.

O Comandante Geral é um Tenente-General e é o responsável pelo cumprimento das missões gerais da Guarda, bem como de outras que lhe sejam cometidas por lei.

Além das competências próprias dos cargos de direção superior de 1.º grau, compete ao Comandante-Geral exercer o comando completo sobre todas as forças e elementos da Guarda.

É composta por três grandes estruturas, a de comando, as unidades e o estabelecimento de ensino.

Estrutura Orgânica da GNR



Figura 7. Estrutura Orgânica GNR, Fonte – Relatório de atividades GNR 2016.

A estrutura das unidades está subdividida em comando geral, unidades territoriais que são os Comandos Territoriais, Unidades Especializadas de Controlo Costeiro (UCC), de Ação Fiscal (UAF) e de Trânsito (UNT). A representação é constituída pela Unidade de Representação e Honras de Estado (USHE) e a de Intervenção e Reserva pela Unidade de Intervenção (UI).

Para o estudo em apresentado simplifica-se a estrutura conforme a figura abaixo:



Figura 8. Estrutura Orgânica simplificada, Fonte: autoria própria.

3.1.5 Recursos Humanos, Logísticos e Financeiros.

No relatório de atividades da Guarda do ano de 2016 o efetivo da instituição contava com um total de 24. 799 elementos, sendo parte deste 1.890 civis.

RECURSOS HUMANOS	RH PLAN. MP2016	PONT.	PONT. PLANEADA	EFETIVOS MÉDIOS	N.º TOTAL DIAS DE AUSÊNCIA	REF. DIAS ÚTEIS DE TRABALHO (UERHE)	POND. DIAS TOTAIS TRABALHO EXECUT.	PONT. EXEC.	DESVIO
	1	2	3	4	5	6	7	8 = $\frac{8 \times [6 \times (2 \times 4)]}{7}$	9 = 1 - 4
	11	20	220	9	12	269	2.419	20	2
	117	16	1.872	113	502	269	30.370	16	4
CARREIRA ESPECIAL	669	12	8.028	697	7.939	269	187.326	12	-28
	2.627	8	21.016	2.635	31.991	269	708.183	8	-8
	19.485	6	116.910	19.154	306.879	269	5.147.829	6	331
TOTAL PESSOAL MILITAR	22.909		148.046	22.608	347.323		6.076.126	62	301
TÉCNICO SUPERIOR	58	12	696	18	432	235	4.230	12	40
	60	12	720	12	32	235	2.820	12	48
CARREIRA ESPECIAL	1	12	12	1	0	235	235	12	0
	11	12	132	10	0	235	2.350	12	1
	318	6	1.908	308	4.558	235	72.380	6	10
CARREIRAS NÃO REVISTAS	13	12	156	6	263	235	1.410	12	7
	5	12	60	5	59	235	1.175	12	0
ASSISTENTE TÉCNICO	150	5	750	73	1.881	235	17.155	5	77
	350	5	1.750	290	8.896	235	68.150	5	60
ASSISTENTE OPERACIONAL	144	5	720	0	0	92	15.408	0	144
	780	5	3.900	0	0	63	83.460	0	780
TOTAL PESSOAL CIVIL	1.890		10.804	723	16.121		268.773	88	1.167
TOTAL	24.799		158.850	23.331	363.444	0	6.344.899	150	1.468

Tabela 3. Efetivo do ano 2016, Fonte: Relatório anual de atividade 2016.

3.1.6 Recursos Financeiros.

Os recursos financeiros da Guarda Nacional Republicana exigem, pela sua dimensão, complexidade e uso dos dinheiros públicos provindos do orçamento do Estado, um rigor criterioso na sua aplicabilidade.

Um valor consideravelmente maioritário é despendido em despesas com pessoal como vencimentos, ajudas de custo, deslocações internas e externas, sistema de saúde, etc.

Como figura no exemplo do quadro abaixo, no ano de 2015 a grande fatia do orçamento anual é despendida com despesas com pessoal, seguido da aquisição de bens e serviços e investimento.

ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO PARA 2015	OE PROPOSTO GNR	OE CORRIGIDO GNR	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL				TOTAL
			1.º T	2.º T	3.º T	4.º T	
01 DESPESAS COM PESSOAL	735.547.610	831.250.790	191.366.884	232.302.439	204.999.817	197.991.472	826.660.612
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	75.995.138	54.801.601	7.003.297	12.770.950	13.065.125	19.047.570	51.886.941
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	596.888	571.137	87.979	277.230	46.558	153.598	565.365
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.372.376	208.607	0	30.425	145.374	32.373	208.172
07 INVESTIMENTO	33.290.885	15.460.399	147.577	168.935	1.160.631	7.629.417	9.106.559
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.516.635	2.409.211	137.300	491.559	268.778	1.405.956	2.303.593
TOTAL	856.319.532	904.701.745	198.743.036	246.041.537	219.686.283	226.260.386	890.731.243

Tabela 4. –Execução de recursos financeiros do Quadro de Avaliação e Responsabilização da Guarda 2016 (QUAR)- Fonte Relatório de atividades GNR 2016.

3.1.7 Recursos Logísticos.

Os recursos logísticos são um imperativo a uma instituição com funções de força de segurança e como tal os seus meios disponíveis são constituídos por inúmeras viaturas operacionais e de serviço, essenciais ao cumprimento da missão.

O quadro abaixo estabelece o numero comparativo de viaturas existentes em todo o dispositivo no ano de 2015 e 2016.

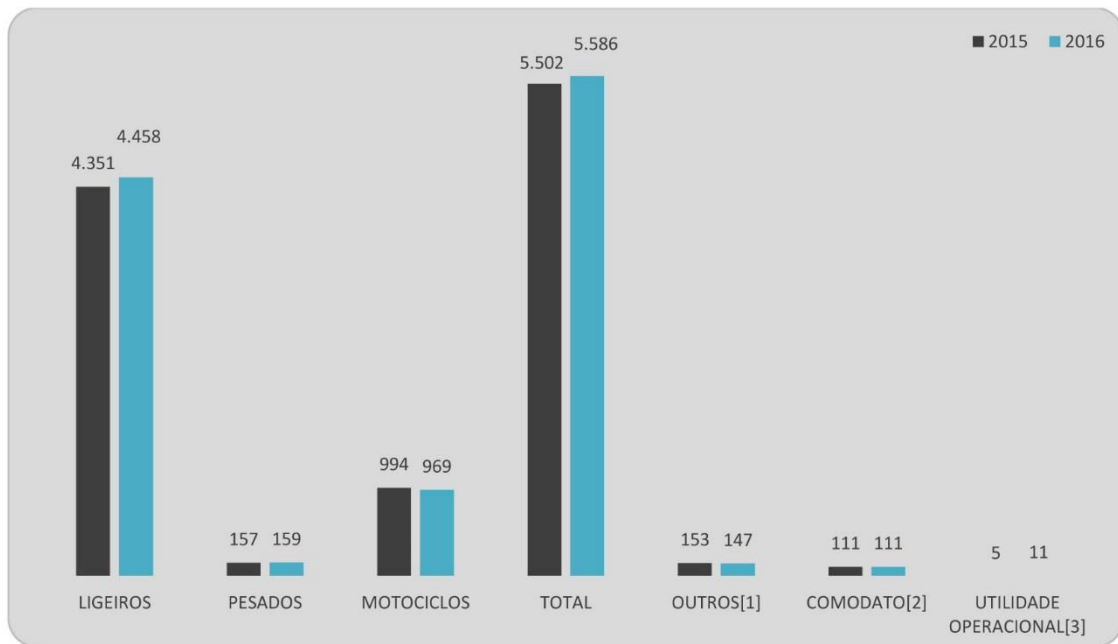


Gráfico 2. –Distribuição de veículos a nível nacional, por tipologia - Fonte: relatório de atividades GNR – 2016.

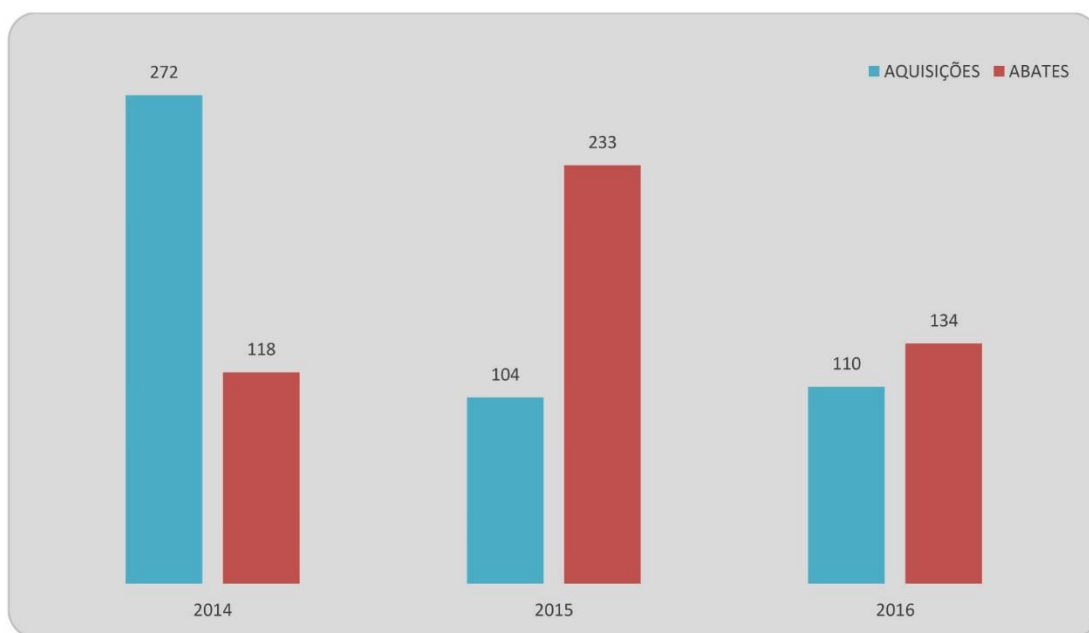


Gráfico 3. Aquisições e abates de viaturas, Fonte: relatório de atividades GNR- 2016.

A média diária percorrida pelos veículos da GNR foi 236471 kms e cada viatura operacional percorreu 19286 km por ano.

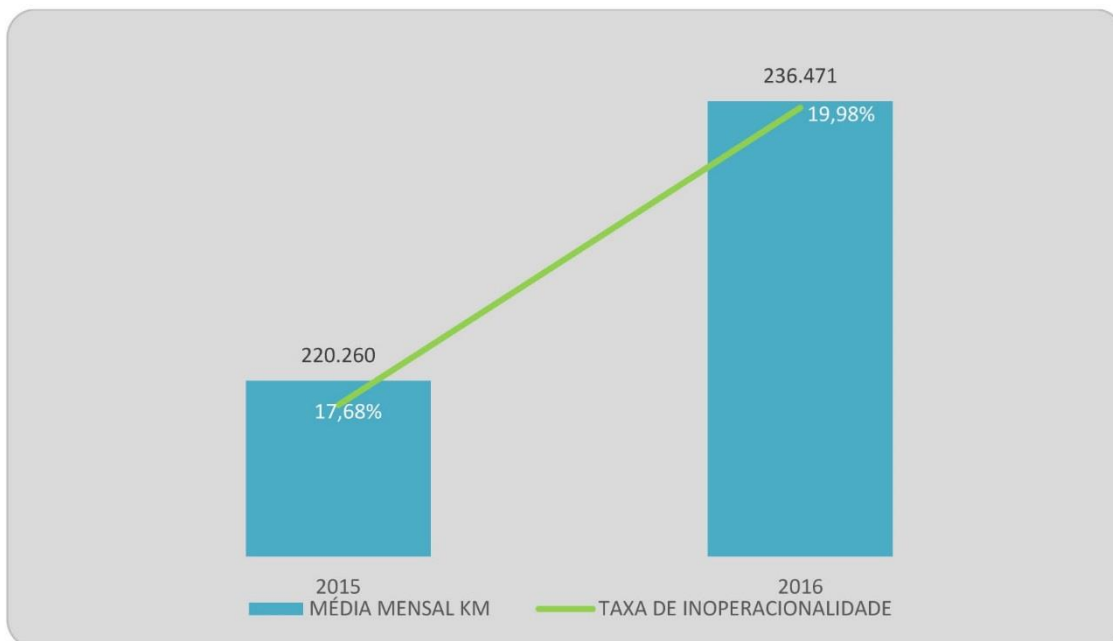


Gráfico 4. Relação distância percorrida versus inoperacionalidade das viaturas 2015-2016, Fonte: relatório de atividades GNR 2016.

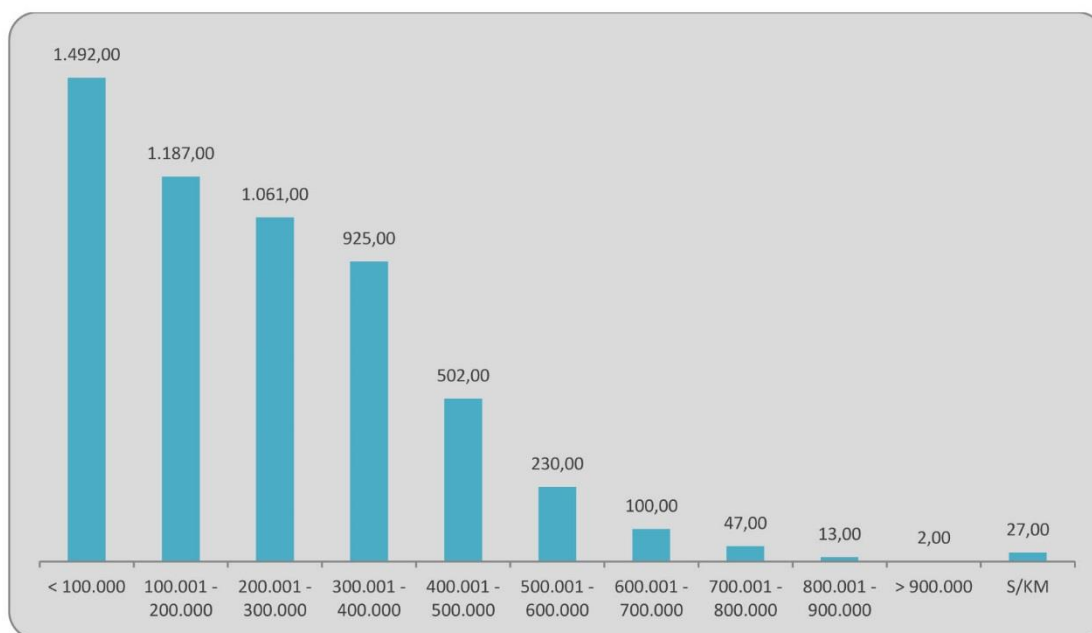


Gráfico 5. Distribuição de veículos por quilómetros, Fonte: relatório de atividades GNR 2016.

A antiguidade do parque automóvel, é uma realidade evidente e a grande maioria dos veículos tem mais de 10 anos de idade. Estes acusam um grande desgaste diário e reflete-se na dificuldade do serviço a desempenhar.

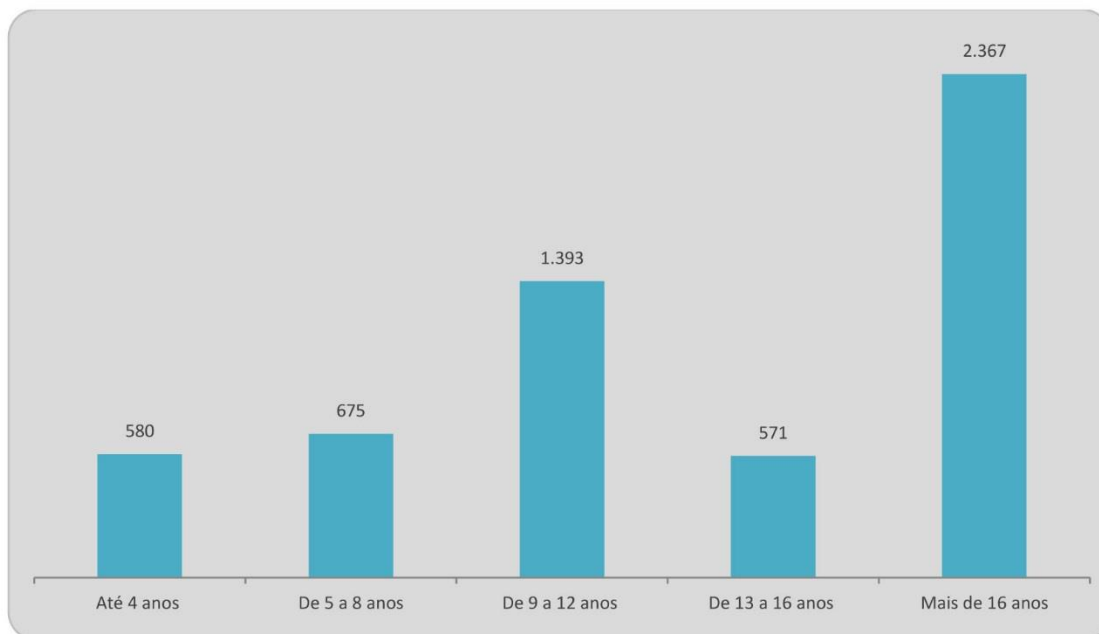


Gráfico 6 - Distribuição de Veículos por idade, Fonte: relatório de atividades GNR 2016.

3.1.8 Frota de meios marítimos.

UNIDADES	IDADE DOS MEIOS MARÍTIMOS (MÉDIA)	TIPOLOGIA DOS MEIOS		
		FIBRA	SEMIRRÍGIDOS	TOTAL
UCC	12	44	20	64
UI	10		4	4
CTER	10	3	15	18
TOTAL	11	47	39	86

Tabela 5. – Frota meios marítimos, Fonte: relatório de atividades GNR 2016.

3.1.9. Efetivo animal

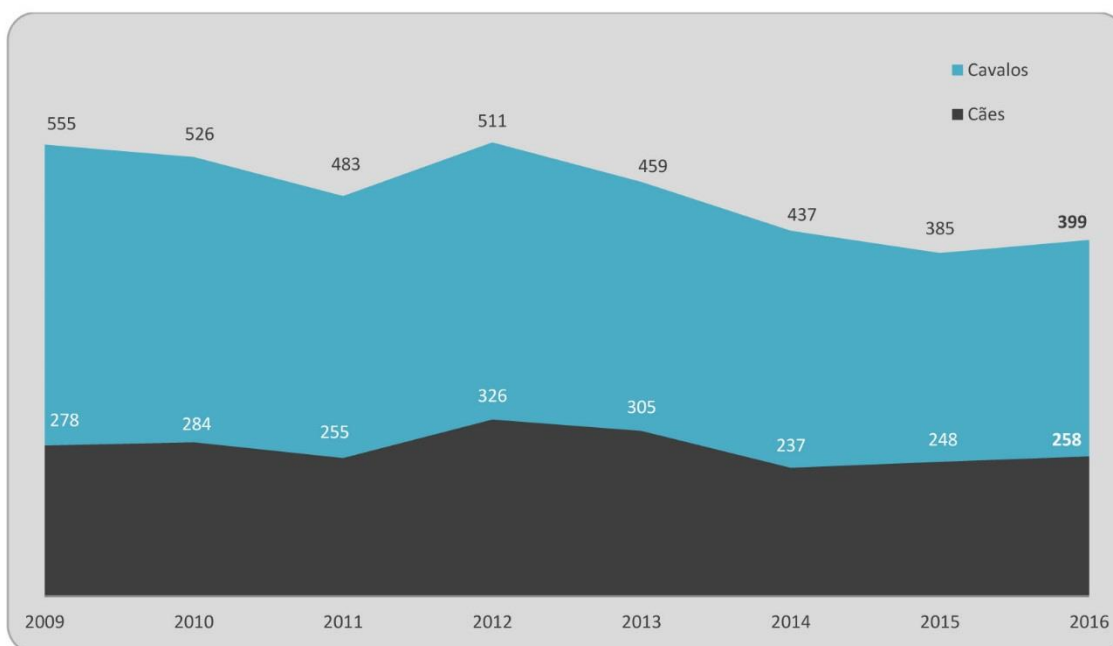


Gráfico 7. - Efetivo animal 2009 a 2016, Fonte: relatório de atividades GNR 2016.

Cerca de 73% do efetivo de cavalos encontra-se na USHE e 46% de cães na UI.

Em 2015, fruto de decisão do Comando da Guarda, foi promovido um reajustamento do efetivo de solípedes, ponderando para o efeito as suas necessidades operacionais, traduzindo-se numa redução efetiva de 69 animais.

Devido à ponderação dos custos com a sua manutenção, a GNR pretende fixar um quadro de referência de 400 solípedes.

3.2 Organização dos Comandos Territoriais.

Os comandos territoriais articulam-se em Comando, Serviços e Subunidades operacionais.

O Comandante da Unidade é o administrador por excelência e o principal responsável nesse âmbito, competindo-lhe conceber as atividades e prever, atribuir e organizar os meios que são postos em ação coordenada. (art. 53 n° 2 RGSGNR)

É comandado por um militar com a patente de coronel e coadjuvado por um 2º comandante com a patente de Tenente – Coronel.

Os comandos territoriais estão sediados nas capitais de distrito distribuídos por 18 comandos, que corresponde aos distritos administrativos em Portugal e 2 nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

Estrutura de um Comando Territorial da GNR

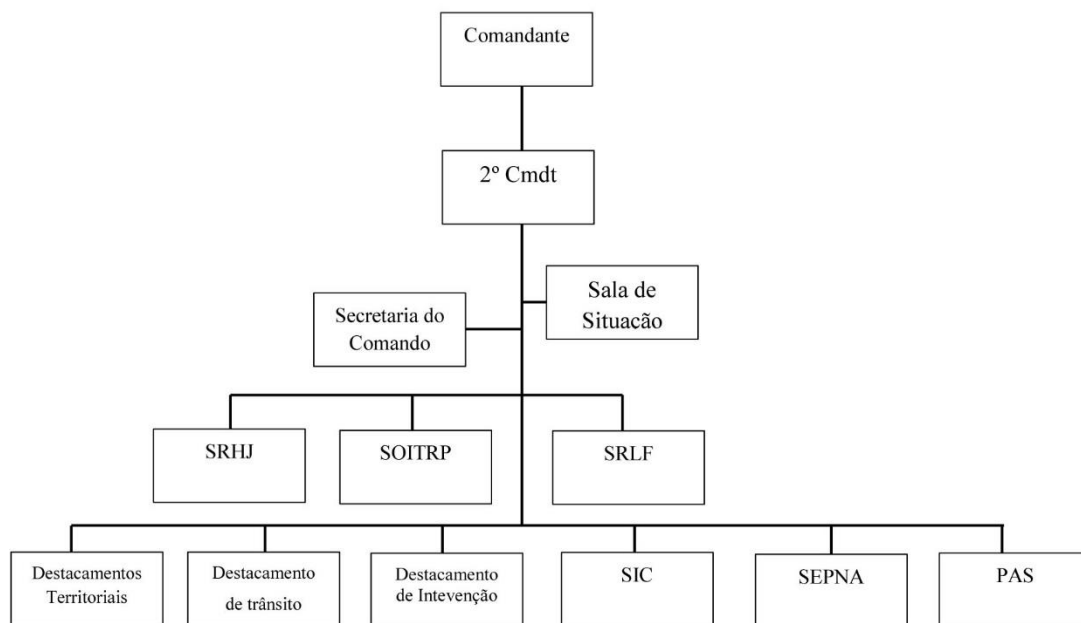


Figura 9. Estrutura do Comando Territorial GNR, Fonte: (adaptado) Ordem à Guarda n.º 5-1ª série, 15 de março de 2010.

A alínea a. do ponto 2., da Norma de Execução Permanente (NEP) da GNR N.º 3.01.03, de 26 de fevereiro de 2016, do Comado Operacional, define as Salas de Situação como órgãos de apoio ao comando e controlo operacional, encarregues de garantir a “monitorização, coordenação e apoio à atividade operacional”, e assegurar a “mobilização de recursos para fazer face a incidentes críticos de segurança ou situações de emergência na sua área de responsabilidade”. É ainda da sua incumbência a validação

da informação a remeter ao escalão superior, e ainda a permanente ligação com o Centro de Comando e Controlo Operacional (CCCO), sediado em Lisboa.

É efetivamente um elo de ligação de informação entre o cenário operacional e o comando geral.

A secretaria do comando (artº 12 e 56 RGSGNR) é um órgão de estado maior da unidade e que têm os deveres de elaboração, tratamento, organização e expedição de correspondência administrativa em vigor, além dos demais deveres específicos expressos em regulamento.

A Secção de Recursos Humanos e Justiça (SRHJ) (art. 60 e 61 RGSGNR) e a Secção de Recursos Logísticos (art. 65 RGSGNR) e financeiros (artº 72 RGSNR) (SRLF) (artº 24 e 65 do RGSGNR) na dependência de autoridade técnica das Direções, encarregues da gestão da Guarda, (artº 23 RSGNR) exerce a gestão da unidade, ao nível dos recursos humanos, logísticos e financeiros.

A Secção de Operações, Informações, Treino e Relações Publicas (SOITRP (art. 109 RGSGNR) tem como função a coordenação das operações da Guarda, o treino do efetivo, como forma a desenvolver, de forma prática, aptidões profissionais relativas a determinada área do saber e as relações publicas que visam o processo de comunicação que auxilia a promover a circulação e compreensão da informação produzida pela Guarda, ao nível interno e ou externo.

As relações públicas assumem a importante missão de assegurar uma ligação estável entre a instituição e o meio que a rodeia, com o objetivo de confirmar uma relação permanente entre todos os intervenientes, de forma a aumentar a credibilidade e notoriedade da sua imagem. (artº 109 nº 2 RGSGNR).

Os destacamentos territoriais constituem o escalão operacional e articulam-se em subdestacamento e postos territoriais.

Os destacamentos de trânsito têm a competência da fiscalização, ordenamento e disciplina da circulação rodoviária. Podem no entanto e por motivos de ordem geográfico –operacional, articularem-se em subdestacamentos e postos de trânsito.

O destacamento de intervenção está vocacionado para a missão de segurança, de manutenção e restabelecimento de ordem publica.

A secção de investigação criminal (SIC) (artº 191 RGSGNR) compete o funcionamento das atividades da Guarda em matéria de investigação criminal, nas vertentes operativa, criminalística e de análise de informação criminal.

O serviço de proteção da natureza e ambiente (SEPNA) (artº 190 GRSGNR) tem a seu cargo o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes a conservação e proteção da natureza e do meio ambiente, dos recursos hídricos, dos solos e da riqueza cinegética, piscícola, florestal ou outra, previstas na legislação ambiental, bem como investigar e reprimir os respetivos ilícitos.

Ao Pelotão de apoio e serviços é designada a função da manutenção, reparação de infraestruturas da unidade, bem como o zelo direto de todas as necessidades logísticas necessárias. Inclui, oficinas auto, lavandaria, obras e messes.

3.2.1 Subunidades.

O destacamento territorial é uma subunidade operacional, comandado por um militar de patente de capitão ou major e articula-se em subdestacamentos territoriais, comandado por um militar de patente de alferes ou tenente e os postos territoriais comandados por um militar de patente de sargento.

O comando dos destacamentos e das suas subunidades é exercido por um comandante, coadjuvado por um adjunto, com a patente de Alferes ou Tenente.

Em regra, estão localizados em sede de concelho.

Estrutura de um Destacamento Territorial da GNR

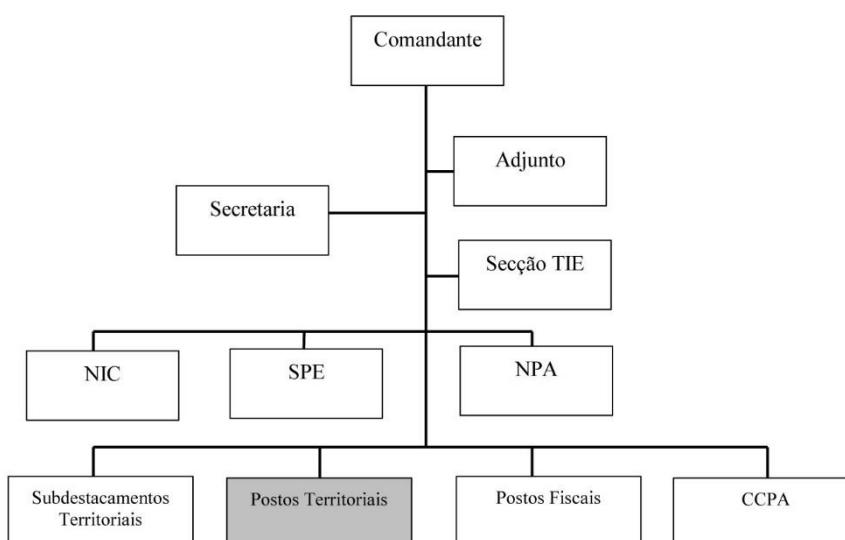


Figura 10. Estrutura de um Destacamento Territorial GNR, Fonte: (adaptado) de Ordem à Guarda nº 5-1ª série, 15 de março de 2010.

Em estrutura idêntica à anterior, mas à escala da sua área operacional, o destacamento é constituído por um comandante e coadjuvado por um adjunto.

Possui a secretaria que processa todo o expediente relacionado com a atividade operacional, humana, logística e a secção de transmissões, informática e eletrónica, que embora conste no organograma do Destacamento, este órgão está, em regra, situado na estrutura do Comando da Unidade Territorial.

Diretamente do Comandante do Destacamento estão subordinados o Núcleo de Investigação Criminal, o Serviço de Programas Especiais que incluem a vertente Escola Segura, Residência Segura e Idosos em Segurança. Do enquadramento da Lei Orgânica 63/2007 de 06 de novembro, o nr. 3 do artigo 39 define que o Subdestacamento territorial é comandado por um oficial subalterno (alferes ou tenente).

Ao contrário do comando de posto que é exercido por um militar com a patente de sargento, ao comandante de Subdestacamento são atribuídas com funções de Autoridade de Polícia e de Autoridade de Polícia Criminal por força da aplicação da alínea a) do nº1 do artigo 11 e alínea a) do nº1 do art. 12 da LOGNR.

3.2.2 O Posto Territorial.

Os postos territoriais são a célula mais pequena da Guarda interagindo pela segurança e cumprimento das leis junto das populações, mantendo a ordem e vigilância do território. É nesta unidade que é feito o serviço policial desempenhado por patrulhas.

O Posto Territorial é a unidade que representa a Guarda mais próxima do cidadão que está amplamente disperso no território, e é fundamentalmente um escalão de responsabilidade operacional cuja missão é garantir o cumprimento da missão geral da Guarda.

Estrutura de um Posto Territorial da GNR

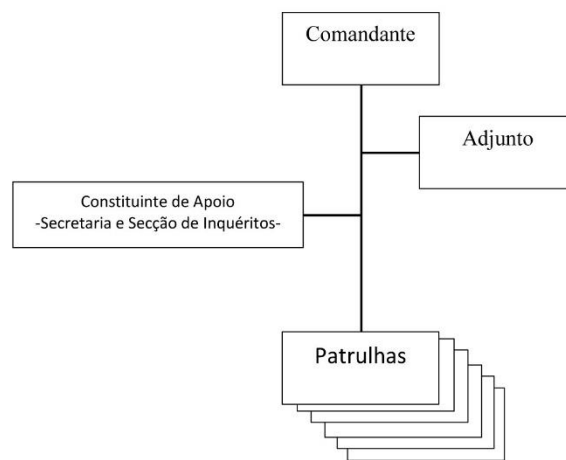


Figura 11. Exemplo: Posto Territorial de Tavira: Fonte: O modelo de polícia dos Postos da Guarda (adaptado) -2010.

A sua orgânica é simplificada pela componente mais prática e operacional que possui, tendo, no entanto, um adjunto do comandante, uma constituinte de apoio para tratamento de expediente e inquéritos. Atualmente o serviço de patrulhamento é organizado em turnos de 6 ou 8 horas, com incidência em zonas que são reportadas pelos vários níveis de escalão de Comando e sua estratégia e também fonte de recolha de informação por parte dos agentes de autoridade ou informações dos cidadãos.

Capítulo 4. POLICIAMENTO

4.1. As vertentes estratégicas de policiamento.

Existem atualmente três vertentes estratégicas de policiamento utilizadas nas forças de segurança portuguesas, sendo elas:

O Policiamento comunitário ou de proximidade (*NCP – Neighbourhood and Community Policing*) sendo este o tipo mais comum de atuação, em uso no modelo de patrulhamento dos postos da GNR- inclui patrulhamento auto e apeado.

O Policiamento orientado pelos problemas (*POP- Problem Oriented Policing*) em que se define um modelo específico de prevenção e redução da criminalidade em grupos específicos como por exemplo o programa de apoio a idosos, escola segura, programa residência segura, operações em épocas festivas de Natal, Páscoa etc...)

O Policiamento orientado pelas informações (*ILP – Intelligence Led Policing*) que consiste em análise de dados passados com vista a elaborar novas estratégias de atuação. Requer meios tecnológicos avançados e recursos humanos qualificados.

Das três vertentes estratégicas enumeradas, esta última é a que se apresenta mais completa, quer pelos melhores resultados obtidos, quer pela abordagem tanto preventiva como repressiva.

4.1.2 Policiamento comunitário ou de proximidade.

O conceito teórico de policiamento de proximidade, tem a sua génese na filosofia anglo-saxónica do “community policing” e tem vindo a ser adotado, de uma forma geral, nos países ocidentais pelas diversas instituições policiais.

Este conceito procura de alguma forma ser antagónico ao policiamento tradicional de cariz reativo.

Tem origem nos Estados Unidos da América (1970/1980) e segundo Skogan (1993) obedece aos seguintes princípios:

1-Descentralização organizacional e reorientação de atividades de patrulhamento a fim de facilitar dupla comunicação entre polícia e público.

2-Desenvolvimento de uma ação policial largamente concentrada e orientada para a solução dos problemas, muitas vezes ajudadas com carácter “não policial”, importa referir as situações que levam as pessoas a recorrer à polícia, identificar causas e encaminhar os assuntos da melhor maneira possível para as instâncias adequadas.

3-Obriga os agentes de autoridade a estarem atentos às expectativas e solicitações dos cidadãos, isto é, para ser eficaz a polícia necessita de encontrar receptividade nos cidadãos quer ao tratar das necessidades da comunidade quer ao falar das capacidades de resposta da polícia.

4-Implica ajudar os aglomerados populacionais a resolverem eles próprios os problemas da delinquência, graças a organizações de proximidade e a programas de prevenção de crime.

O policiamento de proximidade é um modelo que tem como objetivo final o aumento de sentimento de segurança por parte da população. Esse sentimento é, em grande parte, transmitido pela visibilidade das forças em patrulhamento, a interação visa incutir a inserção das polícias na vida das comunidades. Outro dos grandes objetivos do policiamento de proximidade é a repressão da pequena criminalidade, que conseqüentemente, consegue-se evitar que esta se propague originando criminalidade grave e violenta.

No entanto, para Bonnet (1993) a problemática da policia de proximidade pode ser esboçada nas seguintes linhas:

O fator do crescimento demográfico se ter feito sentir essencialmente em zonas suburbanas, degradadas e altamente carenciadas, desenvolveu condições propícias para grande crescimento da criminalidade e daí a multiplicação de apelos e exigências locais à policia. Este aumento muito diversificado obrigou a escolher entre uma estratégia de intervenção de luta contra a criminalidade e uma estratégia de adesão (tarefas de assistência e de prestação de serviços). Para Alves (2008) estudos demonstram que a criminalidade real se tem mantido praticamente estável ou com pequenas alterações, enquanto se multiplicam as infrações ligadas ao desenvolvimento social como furtos, roubos e pequena delinquência ligada ao tráfico e consumo de estupefacientes.

Alves (2008) reconhece que também existe a dificuldade em obter legitimidade através da sua força e autoridade do estado devido às práticas de proximidade com a população, além da crescente insatisfação dos polícias com a insegurança na patrulha de certas áreas e tomada de consciência de aumento do risco da profissão, sentimento de impotência na repressão da pequena delinquência, sobrecarga de trabalho e o descrédito da justiça.

4.1.3 Policiamento orientado para os problemas (problem oriented policing).

O trabalho de Herman Goldstein foca-se principalmente no desafio de tentar desenvolver uma forma de policiamento que seja eficaz, mas também comprometida em manter e ampliar os valores democráticos.

Goldstein, fundou em 1979 o policiamento orientado para o problema e define-o como sendo uma abordagem de policiamento em que as diversas ocorrências, sejam elas criminais ou atos de desordem que a polícia deve lidar estejam sujeitos a um exame rigoroso pressupostos em análises de crime e a experiência acumulada de pessoal no campo operacional.

Esta corrente de pensamento surge sobretudo como alternativa às crescentes críticas ao modelo tradicional de policiamento (comunitário ou de proximidade), que consumia a maioria dos recursos humanos na gestão interna e nas atividades de patrulhamento apeado ignorando os objetivos estratégicos da polícia e as expectativas da comunidade.

Para Goldstein (1995), a polícia não pode ser somente chamada a resolver apenas os assuntos pontuais, devendo agregar a relação entre os incidentes e correlacionando-os.

A polícia deve-se concentrar também em “fins” em vez de “meios” como objetivo da resolução do seu trabalho e satisfação social coletiva.

Goldenstein H. (1990) reconhece que é claramente difícil identificar os problemas de modo a erradicar os delitos. Por isso propõe o processo SARA para identificar e auxiliar a análise dos problemas que se define em quatro etapas no seu processo sendo o *Scanning problem identification, Analysis in depht evaluation, Response designing and implementing strategy and Assessment for evaluate the intended effect.*

Em quadro:

S	<i>canning problem identification</i>	Identificação do problema
A	<i>nalysis in depht evaluation</i>	Análise em profundidade
R	<i>esponse designing and implementing strategy</i>	Resposta e implementação de estratégia
A	<i>ssessment for evaluate the intended effect.</i>	Avaliação para analisar o efeito pretendido

Tabela 6. Metodologia SARA, Fonte: autoria própria.

Este sistema foi inicialmente implementado na polícia de Newport News, Vancouver, Canadá com resultados muito positivos na redução da criminalidade.

Depois desta experiência bem-sucedida, este modelo de policiamento está implantado em diversas forças de segurança incluindo as portuguesas.

Neste seguimento surgem os diversos programas de policiamento orientado para os problemas como o programa Escola Segura que atua na prevenção e segurança da comunidade escolar, o programa Idosos em Segurança que mantêm a a segurança ativa no grupo etário vulnerável da população, o programa Residência Segura que mantêm uma

vigilância e patrulhamento específico no segmento residencial e do edificado, Comércio Seguro, entre outros. Vários autores reconhecem que estes modelos, em parte, sobrepõem-se ao modelo de policiamento comunitário, o que pode conflitar o carácter do seu propósito. Ainda assim, a sua aplicabilidade tem tido o sucesso suficiente para continuar a estar implantado.

4.1.4 Policiamento orientado pelas informações (ILP – Intelligence led policing).

A partir dos anos 1990, o policiamento orientado pela inteligência, (o policiamento entrou no léxico do policiamento moderno) especialmente no Reino Unido e, mais recentemente, na Austrália.

Para Maguire (2000), o policiamento liderado por inteligência representa uma abordagem recente e é uma das mais prevalentes das atuais "mudanças em filosofia de controle do crime e prática policial".

Para o seu modelo de funcionamento que Pawson e Tilley (1997) desenharam, importa que o mecanismo seja claro a fim abordar a prevenção e fazer reduzir o crime.

A figura abaixo representa um modelo para a redução do crime através de um processo liderado por inteligência.

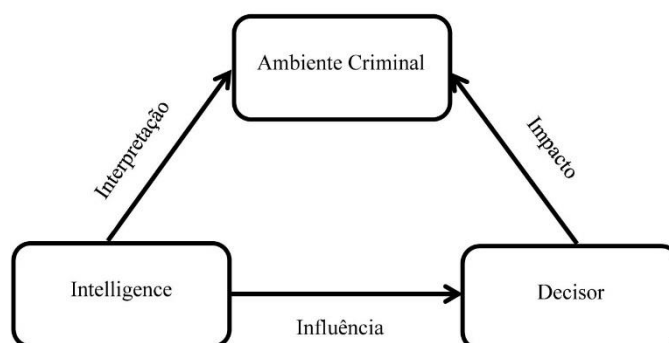


Figura 12. Modelo ILP, Fonte: Adaptado de Pawson e Tilley (1997).

Neste modelo, devemos assumir que o ambiente criminal é uma característica permanente do ambiente operacional das polícias.

Embora dinâmica, a realidade diz-nos que sempre haverá um ambiente criminal que a polícia precisa entender para que as operações subsequentes sejam eficazes.

Para ser verdadeiramente liderado por inteligência, a primeira etapa do modelo é ser capaz de interpretar o meio ambiente do criminoso.

Depende de variadas fontes de informação tanto dentro como fora do serviço policial.

A segunda etapa requer que a “intelligence” seja capaz de identificar e influenciar o decisor. Entendam-se os decisores como os intervenientes policiais que estejam investidos de autoridade de comando para tomadas de decisão tática e operacional bem como influenciar o pensamento em relação aos tipos de estratégias que são implementadas.

Por último, o modelo requer que os decisores tenham entusiasmo e habilidades para explorar formas de reduzir o crime e ter um impacto positivo no ambiente criminal.

O modelo, possui assim três estruturas e três processos:

Estruturas	Processos
O ambiente criminal	Interpretação
Intelligence	Influência
Decisor	Impacto

Tabela 7. Estruturas e processos modelo ILP-Fonte: autoria própria.

Quando foi fundado na Grã-Bretanha a Kent Constabulary desenvolveu o conceito em resposta aos aumentos acentuados nas infrações relacionadas com a propriedade (por exemplo, roubo e roubo de automóveis) no momento em que os orçamentos da polícia estavam a ser reduzidos.

As forças de segurança acreditavam que um número relativamente pequeno de pessoas era responsável por uma percentagem comparativamente grande de crimes.

Acreditavam que as policiais teriam o melhor efeito sobre o crime, concentrando-se nas infrações mais prevalentes ocorridas nas suas jurisdições. O Kent Policing Model, como foi originalmente chamado, enfatizou as respostas às chamadas de serviço, priorizando chamadas e referindo chamadas menos significativas para serviços gerais de não-polícia para outras agências. Assim, estava disponível mais

tempo dedicado para criar unidades de inteligência e para se concentrarem, inicialmente, em delitos relacionados à propriedade em cada uma das nove áreas de serviço da jurisdição. O resultado foi uma queda de 24% no crime ao longo de 3 anos.

O policiamento liderado por inteligência centra-se nas principais atividades criminosas. Uma vez que os problemas de crime são identificados e quantificados através de avaliações de inteligência, os criminosos-chave podem ser alvo de investigação, captura/detenção e levados a interrogatório judicial.

Goldstein (1990) diz-nos que o policiamento liderado por inteligência pode ser estreitamente associado com o policiamento orientado para os problemas na medida em que são ambos táticos e que podem suportar um paradigma policial mais amplo de polícia comunitária.

Algumas unidades de inteligência usam uma solução metodologia, SARA como estratégia prioritária.

O policiamento orientado para os problemas e a metodologia SARA fornecem um caso de foco orientado para a gestão e para a segmentação dirigida pela inteligência, onde o "caso" pode ser um indivíduo, crime organizado grupo ou localização de elevado crime.

O Bureau of Justice Assistance esclarece ainda que a palavra "inteligência" significa coisas diferentes para pessoas diferentes e que é um erro comum considerar a

"inteligência" como sinônimo de "informação". A informação não é inteligência se não for clarificada a distinção entre informações coletadas e inteligência produzida. Sublinha ainda que, sem análise, não há inteligência. A inteligência não é o que é coletado; é o que é produzido depois de os dados coletados serem avaliados e analisados.

4.1.5 Policiamento baseado em evidências (EBP-Evidence Based Policing).

4.1.6 Gênese e definição.

Importa *a priori* clarificar o conceito de baseado em evidências.

A origem pioneira na aplicação do método é primeiramente usado na Medicina Baseada em Evidências (MBE) que é definida como “o processo sistemático de descobrir, avaliar e usar achados de investigações como base para decisões clínicas” Vasconcellos et al. (2005).

Nasceu em meados dos anos 80 na Universidade de McMaster (Canadá) no berço da Epidemiologia Clínica anglo saxônica baseada no estudo pioneiro de Archie Cochrane,

pesquisador britânico autor do livro *Effectiveness and Efficiency: Random Reflections on Health Services* (1972).

A MBE instala-se assim como mediadora essencial no processo de “tomada de decisões clínicas” que atende às premissas da ética dos objetos, o que é tacitamente admitido como a melhor maneira de praticar a medicina.

A partir da medicina baseada em evidências, muitas vertentes do saber adotaram esta prática, não apenas a partir da metodologia científica, mas na sabedoria em utilizar as evidências como norte da decisão individualizada, tendo em vista as melhores práticas e gestão de recursos.

O médico, ao tomar uma decisão em relação ao problema de saúde de um paciente, sabe que precisa basear-se na melhor evidência científica existente ao contrário da medicina baseada em autoridade (MBA), que se traduz na autoridade de um “expert” não se presumindo de autoridade incapaz de erro, mesmo não-intencional, porque não existe verdade soberana.

Assim, Sherman (1998) define o policiamento baseado em evidências como sendo o uso da melhor pesquisa disponível sobre os resultados do trabalho policial para implementar diretrizes e avaliar unidades policiais com a finalidade de conseguir melhores práticas e resultados.

Em análise, o policiamento baseado em evidências é uma abordagem para formular políticas e tomadas de decisões táticas para departamentos policiais.

Modelo Evidence Based Policing

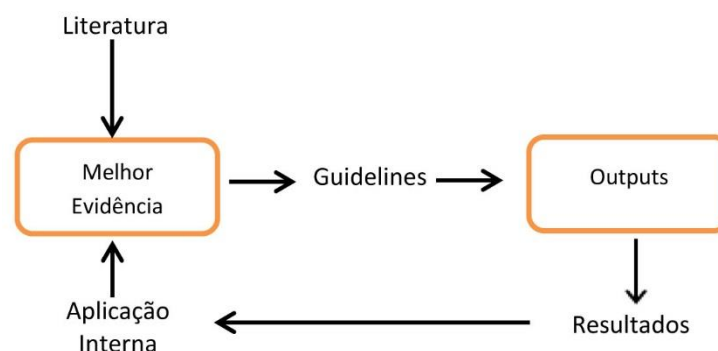


Figura 13. Modelo EBP, Fonte: Adaptado W.Sherman, *Ideas in American Policing*, 1998.

Os defensores do policiamento baseado em evidências exaltam o valor da análise estatística e pesquisa empírica.

O EBP não descarta os mecanismos mais tradicionais de tomada de decisões policiais, mas procura aumentar a consciencialização e aumentar a aplicação de testes científicos, alvejar e rastrear os recursos policiais, especialmente em períodos de cortes orçamentais e maior escrutínio público.

4.1.7 Método de Policiamento Baseado em Evidências.

O policiamento baseado em evidências de Sherman define que os agentes de autoridade, supervisores e comando não devem estar apenas armados com o equipamento certo, conhecimento da lei, procedimentos adequados e defensiva proteção, mas também com conhecimento sobre quais táticas e estratégias que funcionam melhor para combater o crime.

Desta forma, poderão tomar boas decisões enquanto patrulham ou realizam investigações.

No passado, o treino policial concentrou-se principalmente em procedimentos, lei, habilidades físicas e uso de equipamento.

Raramente foram treinados pela polícia assuntos sobre "o que funciona" em controle e prevenção do crime.

O policiamento baseado em evidências também centraliza o papel da análise da criminalidade no policiamento cotidiano.

Entendendo como o crime se agrupa geograficamente e temporariamente, bem como que fatores ambientais e situacionais podem atrair oportunidades para a prática de crime, a polícia pode tornar-se mais eficaz para enfrentar o crime, a desordem e os problemas de trânsito específicos que enfrentam.

É neste sentido que as entidades policiais precisam de aproveitar o conhecimento sobre o que funciona para melhorar os seus esforços no controlo da criminalidade, relações comunitárias e gestão interna, bem como gerar conhecimento e análise dentro das suas esquadras ou quartéis, a fim de melhorar a sua capacidade de prevenir e reduzir a criminalidade.

O policiamento baseado em evidências opera de acordo com os mesmos princípios que a medicina baseada em evidências.

A profissão médica conduz pesquisas extensas para testar medicamentos e procedimentos para garantir que eles são eficazes no tratamento do paciente e que os medicamentos e os procedimentos prejudicam os pacientes (ou, pelo menos, sabemos o que será prejudicado e pesará esse dano contra os benefícios dessa medicação).

O mesmo se torna verdadeiro no policiamento.

Para Sherman (1998) os agentes de autoridade devem usar táticas e estratégias que se mostraram eficazes na redução, prevenção, controle e detecção crime, causando o menor prejuízo possível para as pessoas.

Muitas táticas de patrulha já foram avaliadas através de análise confiável e rigorosa. Algumas táticas e práticas organizacionais funcionam melhor do que outras na prevenção do crime, melhorando a eficácia dos agentes de autoridade, ou melhorando a satisfação da comunidade com a polícia.

Há uma série de generalizações da pesquisa que as polícias podem aplicar em muitas configurações diferentes para melhorar sua eficácia geral.

A polícia, como muitas organizações como a educação, medicina, serviços sociais e resposta de emergências, nem sempre pode usar informações sobre as táticas mais eficazes ao fazer decisões. Às vezes, o conhecimento da pesquisa não é traduzido ou divulgado em prática policial diária. Em alguns casos, a informação pode não estar disponível sobre se uma tática particular da polícia é eficaz, ou se uma tática útil também pode ter garantia e consequências.

Por exemplo, estudos mostram que muitas estratégias de investigação tradicionais que a polícia usou durante anos não foram testados quanto à sua eficácia na redução do crime ou na melhoria das taxas de liquidação.

Existem também culturas e sistemas organizacionais que reforçam abordagens e estilos de polícias que são menos efetivos, mas estão enraizados no trabalho da polícia.

Sherman (1998) propõe a teoria baseada em estudo que tentam explicar quais as táticas que funcionam para reduzir e prevenir o crime e quais as intervenções e as abordagens policiais funcionam na redução, prevenção e detecção de crimes.

Segundo o Bureau of Justice Assistance dos Estados Unidos da América, em 2012, havia aproximadamente 120 médias para estudos de pesquisa de alta qualidade que avaliam as táticas da polícia em relação à sua eficácia em redução de crime.

Alguns mostram táticas que podem ser eficazes, enquanto outras mostram táticas que não funcionam ou até causam conflitos na polícia.

A utilização de uma ferramenta chamada “*Matrix*” que é uma aplicação on-line gratuita disponível em <https://cebcp.org/evidence-based-policing/the-matrix/> desenvolvida pelo Department of Criminology, Law and Society da Universidade de George Mason nos Estados Unidos da América, permite que os agentes de autoridade generalizem certas práticas de prevenção da criminalidade e princípios que a aplicação da lei pode seguir para ser mais eficaz no seu trabalho diário.

De acordo com o trabalho apresentado pelo “*Matrix*”, sabemos que agentes de autoridade, investigadores e cadeia de comando, podem ser mais bem-sucedidos na redução, prevenção e controle da criminalidade quando as suas táticas tendam a ser:

PRÓ-ATIVAS, em vez de reativas;

FOCALIZADAS, em vez de generalizadas;

ORIENTADAS AO LUGAR, em vez de se concentrarem apenas em pessoas e detenções reativas.

4.1.8 Proatividade.

Ser proactivo significa tomar certas ações enquanto se responde a uma chamada de serviço, que irá reduzir problemas semelhantes com essa vítima, infrator ou situação no futuro. Pretende-se com isso, realizar atividades específicas entre chamadas de serviço que podem ser reduzidas no futuro.

O que um agente de autoridade faz durante e entre chamadas de ocorrências de serviço pode ajudar a reduzir as chamadas para o serviço no longo prazo.

Embora muitas vezes se acredite que os agentes de autoridade não têm tempo entre as chamadas para ocorrências, vários estudos mostraram que na realidade americana, mesmo nas cidades mais criminosas, o agente de autoridade pode ter de 40 a 80% de tempo "baixo" ou "não comprometido".

O volume de chamadas elevadas pode ser controlado e reduzido por atividades mais proactivas entre chamadas de serviço.

Ser mais proactivo significa antecipar o crime, desordem e outros problemas antes que aconteçam e atuando como um guardião para evitar esses problemas.

Para fazer isso, os agentes de autoridade devem utilizar uma abordagem sistemática e analítica para determinar quais os locais e pessoas que são mais problemáticas em relação ao crime e à desordem.

A análise do crime é aqui a chave.

Sem análise, os agentes de autoridade só poderão limitar-se a adivinhar onde é que o crime poderá ocorrer amanhã ou quais as pessoas ou grupos provavelmente responsáveis.

Ser pró-ativo significa determinar qual é o problema subjacente que causa chamadas repetidas para o serviço e quais os indivíduos que continuam a causar problemas repetitivos.

Por exemplo, os conflitos físicos são altamente prováveis de acontecer nas noites de sexta-feira nas imediações de bares e clubes noturnos.

Uma abordagem reativa seria responder a uma chamada de agressões, indo ao local, fazer um relatório ou deter os intervenientes.

Uma abordagem mais proactiva pode ser antecipar os horários de encerramento do bar, e especialmente em certas horas.

A presença dos agentes de autoridade pode impedir que as agressões ocorram em primeiro lugar.

Muitas outras abordagens policiais enfatizam estratégias pró-ativas, incluindo o policiamento comunitário, policiamento orientado para os problemas, policiamento preditivo e policiamento liderado por inteligência.

O que significa para um agente de autoridade "personalizado e focado"?

Os agentes de autoridade estão mais focados quando adaptam a sua resposta ao problema específico em questão envolvendo outros recursos e ferramentas (às vezes não policial ou ajuda comunitária) para abordar causas subjacentes de problemas.

Abordagens mais focadas envolvem não só priorizar quais os lugares e horários que têm mais problemas, mas tentando entender o que está a criar o problema.

Em primeiro lugar desenvolver uma estratégia personalizada e focada com base no problema específico.

Voltando ao exemplo das agressões no bar, uma abordagem mais focada não só, priorizaria a causa dos problemas, mas também tentam entender o que está causando o problema.

Quando o bar fecha, as pessoas tendem a reunir-se, por exemplo, num estacionamento atrás do bar, que não é facilmente visível da rua onde os carros de patrulha percorrem o serviço, ou pode ser que no estacionamento ocorram discussões, que começam geralmente devido à grande quantidade de álcool já ingerida por parte de alguns frequentadores, o que pode levar a que ocorram lutas entre intervenientes.

O desenvolvimento de uma estratégia personalizada com base no problema específico em questão pode reduzir as chamadas a ocorrência e detenções futuras.

Como é que os agentes de autoridade podem ser “focados em lugares”?

Em regra, o crime concentra-se em locais muito específicos (blocos de ruas, interseções, caminhos de passeios individuais, parques, lugares pouco iluminados etc...).

Mesmo dentro dos bairros com alta criminalidade, pode haver áreas que têm pouco ou nenhum crime.

Compreender como é que o meio ambiente atrai e cria oportunidades para o crime é uma habilidade importante que as autoridades devem ter.

Ser "focado num lugar" significa que os agentes de autoridade identificam esses problemas locais, usando a análise de crime e endereços onde ocorrem através de sistemas de "COMPSTAT" a fim de averiguar os "hot spots" de crime e chamadas para as ocorrências.

Alguns estudos sugerem que paragens com intervalos de tempo de 15-30 minutos em zonas "Hot Spot" pode fazer reduzir o crime com mais eficiência do que a patrulha aleatória em toda uma área de responsabilidade.

Além disso, ao ser focado e proactivo, analisando as "pistas" ambientais e situacionais que atraem ou permitem o crime num determinado local, podem fornecer informações sobre como resolver o problema.

Os agentes de autoridade mais focados com os lugares de policiamento são mais propensos a ter um efeito positivo na redução do crime reduzindo as suas chamadas para ocorrências de serviço a longo prazo.

4.1.9 O Modelo Koper Curve

Christopher Koper, professor associado da Universidade George Mason e Senior Fellow no Centro de Políticas de Crime Baseado em Evidências baseia-se na premissa de que a maioria dos incidentes criminosos ocorrem em uma pequena percentagem de áreas em uma determinada jurisdição.

Alguns estudos indicam que até 50% do crime ocorre em menos de 5% dos blocos ou segmentos de rua.

Koper afirma que colocar agentes de autoridade em pontos fixos ou dizer aos patrulheiros para patrulhar "hot-spots" é dispendioso e ineficaz. Em vez disso, a teoria recomenda

patrulhas proactivas, aleatórias e intermitentes desses "hot-spots" durante 10 a 20 minutos pelo menos a cada duas horas.

Com este modelo, a pesquisa de Koper descobriu que as taxas de criminalidade podem ser substancialmente reduzidas. A pesquisa de Koper mostrou que a probabilidade de atividade criminosa num espaço temporal de 30 minutos de patrulha era de 15%.

Quando incorporado o patrulhamento intermitente e focado em “hot-spots” com paragens de 10 a 16 minutos, a probabilidade de atividade criminal caiu para 4%.

Um facto, é que a alta visibilidade em pontos críticos do crime (HotSpot) é o alicerce de um modelo policial baseado em evidências e em dados, que reduz eficazmente os delitos.

O Princípio da Patrulha Koper Curve afirma que os agentes de autoridade só precisam ficar nos “hot-spots” por curtos períodos de tempo para ter um efeito.

A ideia é visitar “hot-spots” inesperadamente para abreviar períodos de tempo, cerca de 10-20 minutos por paragem.

Do ponto de vista dos recursos, o princípio Koper Curve tem outras vantagens.

Por um lado, faz melhor uso do tempo de agentes de autoridade em patrulha, em segundo lugar, ele cria confiança e credibilidade, próxima dentro da comunidade, através de maior presença e visibilidade.

Os princípios de Koper Curve aplicado ao modelo de patrulhamento é um exemplo poderoso de trabalho policial baseado em evidências.

No entanto, muitos departamentos policiais enfrentam restrições na implementação do modelo Koper Curve devido à falta de processos e sistemas para coletar, rastrear e analisar os dados pertinentes. Sem dados que podem ser facilmente inseridos, armazenados, acessados e interpretados, há pouca responsabilidade pelo policiamento local e é difícil gerenciar ou medir resultados.

4.2 O Caso “Matrix Demonstration Project” (Aplicação Prática).

O centro Matrix Demonstration Project (MDP), apoiado pelo Bureau of Justice Assistance no Centro de Políticas de Crime Baseado em Evidências da Universidade George Mason no estado de Virginia nos Estados Unidos da América, colabora com várias agências policiais e organizações internacionais para desenvolver ferramentas gratuitas que entidades policiais, analistas e pesquisadores podem usar para implementar policiamento baseado em evidências e traduzir e institucionalizar resultados da pesquisa na prática diária.

Como parte do projeto, a equipa da MDP também oferece seminários on-line e simpósios gratuitos para divulgar esta informação à comunidade da aplicação da lei.

Este centro possui vasto conhecimento e estudo sobre as questões de policiamento baseado em evidências e apresenta módulos de aprendizagem, como por exemplo:

O que é o "policimento baseado em evidências" e porque é importante para o policimento.

O que sabemos, a partir de pesquisas rigorosas, de táticas policiais eficazes para controlar crime.

Para saber o que esta pesquisa significa "na rua" e onde obter mais idéias sobre implementando tais estratégias.

Antecipar os desafios que se poderá enfrentar na aplicação de estratégias de policimento baseadas em evidências em patrulha diária.

4.2.1 Policiamento baseado em evidências (Aplicação à Patrulha).

Quais são os procedimentos que os agentes de autoridade devem ter, enquanto respondem às chamadas de ocorrências, para serem eficazes e baseando-se em evidências?

O que os agentes de autoridade fazem entre chamadas para as ocorrências e a chegada ao local é o "ouro" do policimento.

O que os agentes de autoridade podem fazer ao responder às chamadas de ocorrências que usam esses princípios efetivos de prevenção do crime?

Os agentes de autoridade devem responder às chamadas de serviço com um olho no futuro, ou seja, de forma proactiva.

Por exemplo:

-Esse crime dá-lhe pistas sobre se um crime semelhante ocorrerá no futuro?

-Essa ocorrência pode dar uma pista sobre os problemas mais profundos nesse local?

-Essa vítima ou testemunha dá-lhe mais informações sobre o crime nessa área, além de apenas informações sobre o crime em questão?

A pesquisa também mostrou que, por exemplo, os assaltos, são mais prováveis de serem resolvidos e o suspeito detido quando certos "fatores de solvabilidade" (identificação de infrator, evidências, possíveis testemunhas) são associadas a um caso.

Garantir que esses fatores de solvabilidade sejam recolhidos depende de quão bem o agente de autoridade responde primeiro a uma chamada de ocorrência e reúne evidências de casos.

Por exemplo, obtendo declarações num conflito de violência doméstica podem ajudar os agentes de autoridade a definir casos semelhantes no futuro.

Além disso, a maneira como os agentes de autoridade respondem e interagem com os infratores e vítimas podem ser fatores importantes para determinar se o suspeito irá novamente atuar ou se uma pessoa será novamente vitimizada. Por exemplo, a pesquisa diz que quando as pessoas sentem que foram maltratadas por agentes de autoridade, elas podem ser menos propensas a cumprir com a aplicação da lei no futuro. O agente de autoridade, sendo respeitoso e profissional, mesmo quando detém um indivíduo, pode potencialmente melhorar a legitimidade da polícia aos olhos dos cidadãos, o que é um ativo importante para a imagem da autoridade.

O que é que os agentes de autoridade podem fazer entre os intervalos de chamadas para ocorrências para reduzir o crime a longo prazo?

Os agentes de autoridade devem descobrir onde estão os "hot spots" e patrulhá-los em intermitência baseando-se no modelo Koper Curve, quando não existem chamadas para ocorrências.

4.2.2 Policiamento Baseado em evidências (Os desafios).

Embora as estratégias pró-ativas, baseadas em locais e adaptadas / focadas possam ser muito efetivas na redução, prevenção e controle de criminalidade, essas abordagens são novas no policiamento e também vão de encontro ao policiamento tradicional.

O policiamento tradicional, embora com giros definidos, ainda se concentra em alguma aleatoriedade dentro de uma área de responsabilidade e resposta rápida às ocorrências.

Este tipo de policiamento tradicional e reativo pode levar ao tédio, stresse, falta de motivação, e falta de desafio profissional entre os agentes de autoridade.

A realização de abordagens policiais tradicionais pode levar os agentes de autoridade a serem ineficazes na prevenção, detecção e redução de crime na sua área de responsabilidade.

Vários aspetos do policiamento, desafiam uma solução baseada em proatividade e evidências sendo eles:

O sistema 112 engloba uma abordagem reativa, somente de resposta para o policiamento, devendo enfatizar mais na resposta de abordagens preventivas que podem reduzir as chamadas para o serviço.

Na formação nas academias e escolas de polícia deve-se dar o enfoque numa abordagem proactiva e baseada em procedimentos para o policiamento, segundo os modelos acima descritos.

Os agentes de autoridade devem sair das suas viaturas pois ajuda a promover a patrulha pró-ativa a pé, interações com a comunidade e também melhora a visibilidade em locais de difícil acesso.

A cadeia de comando deve reforçar e também recompensar a aderência aos procedimentos deste modelo, caso contrário poderá este tipo de policiamento colocar entraves à resolução de problemas.

Os agentes de autoridade podem encontrar supervisores na estrutura de comando que desencorajam a pro-atividade ou inovação, devendo por isso o Comando ser o seu grande impulsionador e motivador.

As recompensas não podem ser dadas só quando os agentes de autoridade reduzem as oportunidades de crime ou efetuam um bom serviço, devendo ser estudadas formas equilibradas de recompensar os agentes de autoridade pelo trabalho desenvolvido.

A análise do crime pode não estar prontamente disponível para dar aos agentes de autoridade uma informação mais precisa, compreensão de pontos críticos de crime, reincidentes, localização de alto risco ou tendências.

Podem também existir argumentos de que os agentes de autoridade estão muito ocupados para serem proactivos. No entanto, estudos levam-nos a concluir que entre 40 a 80% do tempo de um agente de autoridade não é gasto respondendo a chamadas de serviço.

Relembrar sempre que o tempo entre chamadas de serviço é o "ouro" no policiamento.

O que um agente de autoridade faz durante este tempo é o que importa em termos do seu impacto sobre o crime. Os pesquisadores e analistas criminais necessitam de difundir a experiência envolvendo abordagens baseadas em evidências, resolução de problemas e abordagens pró-ativas incorporada de pesquisa e análise.

Capítulo 5 -MAPEAMENTO DE CRIME E TEORIA HOTSPOT.

5.1 COMPSTAT.

COMPSTAT é um sistema de gestão de monitorização e desempenho que é usado para redução de crime e alcançar outros objetivos em departamento policiais.

No início da década de 1990, o crime era uma preocupação central para os residentes de Nova York e a questão do crime desempenhou um papel proeminente na administração da cidade por parte dos órgãos políticos.

O New York Police Department reuniu estatísticas para análise de criminalidade atempada.

De forma mais ampla, o departamento não teve problemas sistémicos no foco na prevenção do crime. Ao reorientar o NYPD para se concentrar em prevenção do crime, o então Comissário Bill Bratton e a sua equipa de comando criou e implementou uma nova performance baseada em dados sistema de medição a que chamou Compstat.

Bill Bratton descreveu o a versão mais antiga do Compstat como um sistema para rastrear estatísticas de crime e a polícia responde a essas estatísticas.

A implementação do Compstat representou uma importante mudança para o Departamento. Por meio de um processo evolutivo, no entanto, algumas entidades comerciais criaram pacotes *turnkey*¹, incluindo sistemas informáticos, software, dispositivos móveis e outros implementos coletivamente reunidos sob o título de CompStat.

O CompStat é uma abordagem dinâmica multi-coordenada para reduzir o crime, melhorar a qualidade de vida e gerenciar pessoal e recursos.

O CompStat emprega Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e foi expandido para mapear o crime e identificar problemas.

Em Nova York, nos departamentos em que está em uso adotam-se reuniões semanais de comando para discutir os problemas. Ali planeiam-se estratégias e táticas para resolver problemas, reduzir o crime e melhorar a qualidade de vida na área designada.

O sistema também está em uso em outras grandes cidades, incluindo Los Angeles, Washington DC, São Francisco, Filadélfia ou Austin, no Texas.

¹ pronto a operar por qualquer utilizador

No Canadá, o sistema CompStat é também usado pelo Departamento de Polícia de Vancouver.



Figura 14. Apresentação Compstat 2.0 no NYPD em fevereiro de 2016, Fonte NYPD.

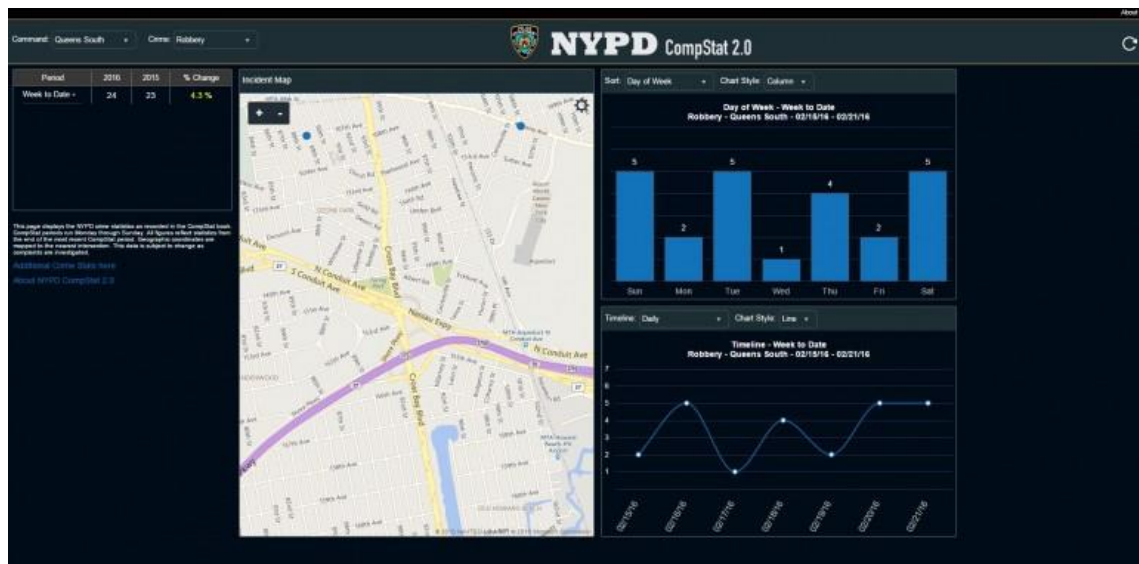


Figura 15. Dashboard CompStat 2.0, fevereiro 2016, Fonte: NYPD.

5.1.2 CRIME MAPPING.

O CrimeMapping é uma aplicação informática desenvolvida para ajudar as forças de segurança a fornecer ao público informações valiosas sobre atividades de crime recentes

em cada localidade. O objetivo foi ajudar os departamentos policiais a reduzir o crime através de uma cidadania melhor informada.

Criar mais autossuficiência entre os membros da comunidade é um grande benefício para os esforços de policiamento orientados para a comunidade em todos os lugares e é comprovadamente eficaz no combate à criminalidade.

O CrimeMapping utiliza um mecanismo de mapeamento avançado, o que ajuda a fornecer um alto nível de funcionalidade e flexibilidade para os departamentos policiais que aderem ao sistema.

Os dados do crime são extraídos regularmente do sistema de registo de cada departamento para que a informação esteja a mais atualizada possível.

Os dados são sempre verificados quanto à precisão e todas as informações de localização são generalizadas por bloco, a fim de garantir que a privacidade seja protegida.

5.1.3 Informação do Mapeamento do Crime.

O site, <https://www.crimemapping.com> é usado para fornecer informações sobre crimes em áreas gerais ou específicas e não deve ser usado para análise detalhada da criminalidade. Nem todos os crimes estão representados, e por uma variedade de razões, nem todos os crimes podem ser representados num mapa.

A informação que aparece no site é apenas para fins informativos e não para uso comercial.

Os crimes no mapa mostram as informações primeiro relatadas ao departamento de polícia. O tipo de crime e os detalhes sobre um incidente podem mudar com base em informações das investigações de acompanhamento.

Pode-se escolher vários tipos de crime: Violações, roubo, agressão, armas, furto de veículo, homicídios etc...

Pode-se ver um ou todos os tipos num período de tempo específico, até 180 dias e o mapa é atualizado diariamente pelas autoridades.

Permite procurar crimes perto de um endereço como "25 E 1st St, Des Moines, IA ou perto de uma interseção como "E 1st St e Court Ave, Des Moines, IA".

Os pontos no mapa representam locais aproximados e não são exatos.

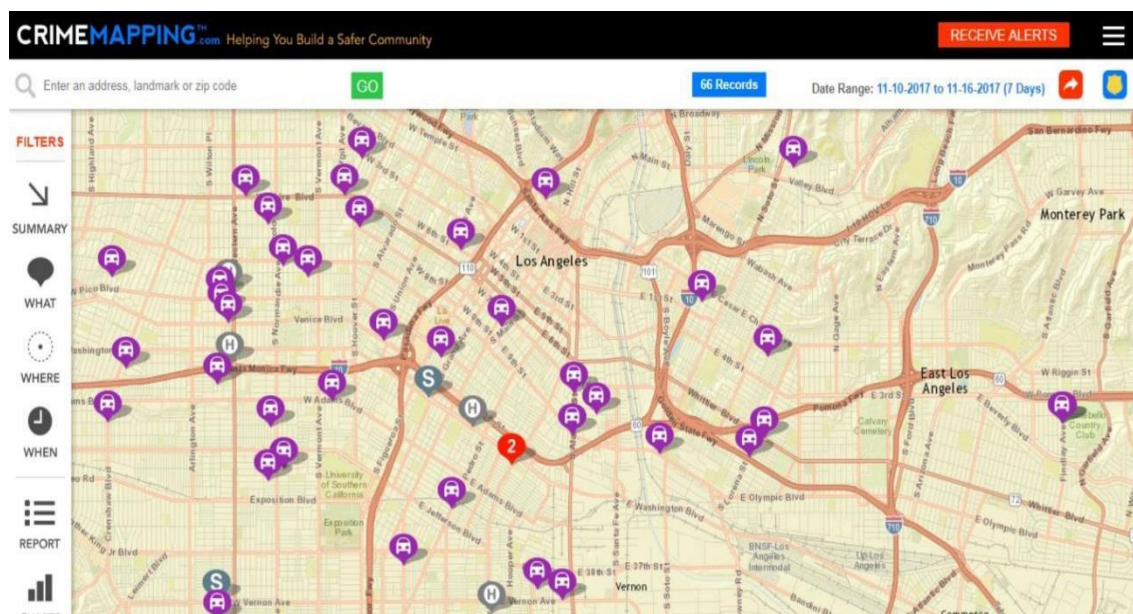


Figura 16. Crime mapping de furto de viaturas e crimes sexuais na cidade de Los Angeles, Fonte: LA Police Department, Los Angeles, 2017, EUA.

5.1.4 Teoria Hot Spot.

A teoria hotspot analisa áreas de crime concentrado conhecidas como “pontos quentes”. Os investigadores e analistas de crime procuram concentrações individuais ou eventos que possam indicar uma série de crimes e também verificar pequenas áreas que têm uma grande quantidade de crime ou desordem.

Além da localização, o crime e a desordem pública tendem a se concentrar em determinados horários do dia ou semana.

Embora não exista uma definição comum do termo “hot-spot” de crime, Weisburd *et.al* (2003) considera que um hotspot é uma área que tem um número maior que a média de eventos criminosos ou desordem, ou uma área onde as pessoas têm uma média superior à média de risco de vitimização.

5.1.5 Métodos para definir HotSpots.

Os analistas podem criar uma variedade de mapas visualizando diferentes aspectos de um determinado local.

Os mapas de densidade², por exemplo, mostram onde ocorrem crimes sem dividir um mapa em regiões ou blocos.

Existem áreas com altas concentrações de criminalidade.

Os analistas podem usar sistemas de informação geográfica (SIG) para combinar mapas de ruas, dados sobre crime e desordem pública e dados sobre outros recursos como escolas, estabelecimentos comerciais ou outras infraestruturas.

Os mapas multidimensionais resultantes produzem uma exibição visual de hotspots.

Embora as áreas de alto nível de criminalidade muitas vezes possam ser definidas como pontos críticos com base em experiências passadas dos agentes das forças de segurança ou das características dessas áreas, o SIG permite que as forças de segurança localizem com precisão “pontos quentes” para confirmar áreas problemáticas, identifiquem a natureza específica da atividade que ocorre dentro do “ponto quente” e, em seguida, desenvolver estratégias de resposta.

2 O módulo Mapa de Densidade usa a Estimativa de Densidade Kernel para criar um matricial de densidade a partir de uma camada de pontos vetoriais. A densidade calculada é baseada no número de pontos numa localização, com um conjunto largo de pontos agrupados resultando em valores altos.

5.1.6 Testes estatísticos.

Os analistas podem usar o software estatístico para determinar se uma área com um alto número de crimes é um “ponto quente” ou se o agrupamento desses crimes é uma ocorrência aleatória.

CrimeStat e GeoDa são dois programas de software para análise de HotSpots.

CrimeStat é um programa estatístico espacial usado para analisar a localização de incidentes criminosos e identificar pontos críticos e GeoDa mais vocacionado para análise de dados espaciais.

Capítulo 6. CARATERIZAÇÃO DA ZONA DE ESTUDO

6.1 A região do Algarve.

O Algarve situa-se em Portugal Continental, sendo a região mais a sul do país tendo como capital de distrito a cidade de Faro.

Com uma área total de 4997 Kms², ocupando 5,4 % do território de Portugal Continental, possui uma população de 451 005 habitantes (Censos de 2011) e constitui a região turística mais importante de Portugal e significativamente uma das mais importantes da Europa.

	Algarve	Portugal	Algarve / Portugal (%)	
km ²				km ²
Área	4 997	92 225	5,4	Área
km				km
Perímetro total	582	3 904	14,9	Total perimeter
Perímetro da linha de costa	318	2 585	12,3	Coastline perimeter
Perímetro da fronteira terrestre internacional	48	1 319	3,6	International land border perimeter
Perímetro da fronteira terrestre inter-regional	216	//	//	Interregional land border perimeter
m				m
Altitude máxima	902	2 351	38,4	Maximum altitude
km				km
Comprimento máximo: Norte-Sul	63	1 345	4,7	Maximum length: North-South
Comprimento máximo: Este-Oeste	143	2 258	6,3	Maximum length: East-West
	Algarve	Portugal	Algarve / Portugal (%)	

Figura 17. Caraterização geográfica do Algarve, Fonte: INE, I.P, Censos 2011; Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia – Direção-Geral do Território, a partir da Série Cartográfica Nacional à escala 1: 50 000 e Carta Administrativa Oficial de Portugal -CAOP 2013.

O perímetro da linha de costa é medido em 318 quilómetros, com um comprimento máximo Norte –Sul de 63 quilómetros e comprimento Este-Oeste de 143 quilómetros. Dividido administrativamente por 16 concelhos e 67 freguesias, a região subdivide-se pela zona ocidental do Barlavento constituído pelos concelhos de Vila do Bispo, Aljezur, Monchique, Lagos, Portimão, Lagoa, Silves e Albufeira e a zona oriental do Sotavento constituído pelos concelhos de Loulé, Faro, São Brás de Alportel, Olhão, Tavira, Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António.



Figura 18. Divisão administrativa do Algarve, Fonte: Direção Geral do Território – CAOP 2016.

A Assembleia da República, como organismo com competência legal para alterar e fixar limites administrativos tem vindo a proceder a alterações significativas no estado de delimitação e demarcação das circunscções administrativas do país com base na Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP).

A Direção-Geral do Território (DGT) é responsável pela execução e manutenção da CAOP, de acordo com a alínea l) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 30/2012, de 13 de março.

Algarve	1960	2016
Freguesias	55	67
Albufeira	2	4
Alcoutim	4	4
Aljezur	2	4
Castro Marim	2	4
Faro	4	4
Lagoa	3	4
Lagos	5	4
Loulé	8	9
Monchique	2	3
Olhão	4	4
Portimão	2	3
São Brás de Alportel	0	1
Silves	6	6
Tavira	6	6
Vila do Bispo	4	4
Vila Real de Sto António	1	3

Tabela 8. Freguesias do Algarve de 1960 a 2016, Fonte: Pordata (adaptado).

A evolução do número de freguesias existentes é significativa desde o ano de 1960 a 2016, tendo por um lado sofrido um aumento quantitativo no país e região do Algarve e por outro levado ao processo de agregação de freguesias.

A zona de estudo incide sobre as freguesias demarcadas a cinzento Alcoutim, Castro Marim, Tavira e Vila Real de Stº António.

No litoral, o modelo produtivo da região baseia-se no sector do turismo, pesca e serviços tendo o barrocal e serra uma predominância agrícola com base na auto-subsistência e diminuta expressão comercial e industrial. Depois de um crescimento de mais de 16% entre 1991 e 2001, o Algarve voltou a ser a Região do País com o maior crescimento populacional. A população residente passou de 395.218 para 451.005 habitantes (censos 2011) um crescimento de 55.787 residentes, o que corresponde a um aumento de 14,1%, destacando-se claramente quer das regiões com os segundo e terceiro maiores crescimentos, a região autónoma da Madeira (9,3%) e Lisboa (6,0%), quer do crescimento verificado para o total do País (2,0%).

A distribuição da população pelo território regional tem vindo, no entanto, a registar (em termos de peso relativo) uma concentração cada vez mais acentuada no litoral em contraponto com uma dinâmica menos significativa do barrocal e da serra.

Em 1981 a população residente no litoral era de 64,7%, 21,3% no barrocal e 14% na serra, em 2011 a população residente no litoral atinge os 73,2% do total, enquanto no barrocal desce a sua importância relativa para 19,5% e na serra apenas 7,3%.

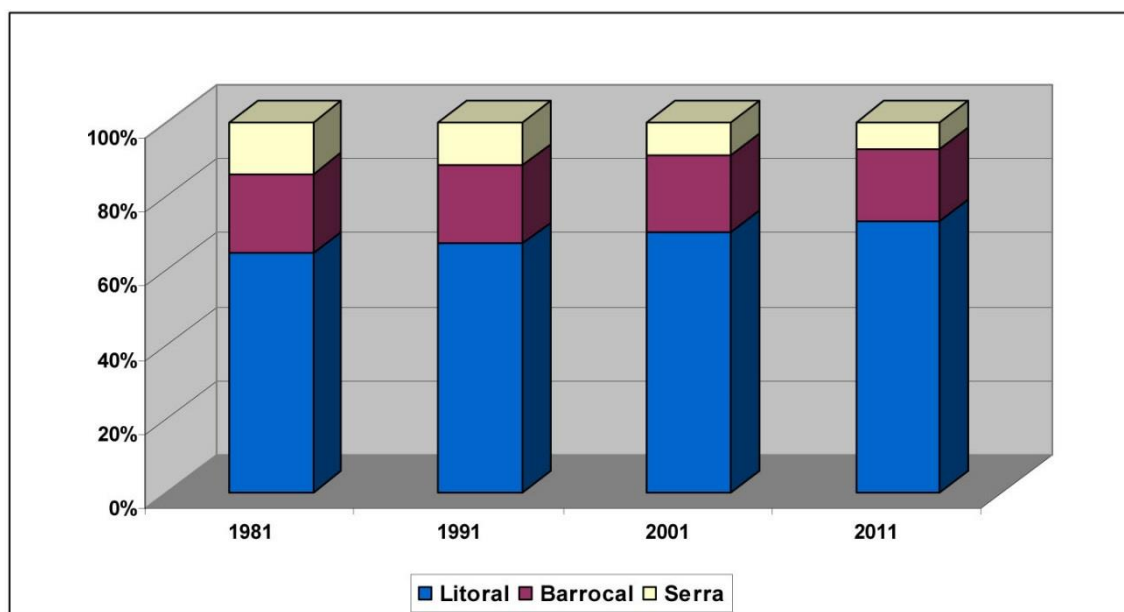


Gráfico 8. Distribuição da população na região do Algarve, Fonte INE (2011).

Na realidade, enquanto cerca de 27% da população algarvia vive em 80% do território regional, caracterizado por fracas densidades populacionais, desertificação humana e envelhecimento da população, economia rural pouco virada para o mercado e níveis de riqueza muito abaixo da média regional, com padrões de serviços e equipamentos

coletivos desfavoráveis em termos relativos, a faixa dos 2 Km contados a partir da linha de costa (9% do território regional), acolhe 48,5% da população.

O litoral é o elemento mais marcante da região, conjugando uma elevada sensibilidade ecológica com a implantação da maioria dos aglomerados urbanos de grande dimensão, a que corresponde também a concentração das atividades económicas motoras do desenvolvimento regional, conforme figura 19.



Figura 19. Distribuição da População no Algarve, Fonte: CCDR Algarve e INE, Censos 2011 (Resultados Provisórios).

6.1.2 A Guarda Nacional Republicana no Algarve.

O Distrito de Faro possui uma área 4997 kms² com uma população residente de 441 699 habitantes em 2016 distribuída por 16 Concelhos – Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo, e Vila Real de Santo António.

Uma imensa territorialidade de policiamento está atribuída à Guarda Nacional Republicana do Comando Territorial de Faro num total de 4732 km² e uma população de 315 984 habitantes, o que corresponde a 94,7 % do distrito e a 71,6 % dos habitantes, respetivamente. A restante área de policiamento está atribuída à policia de segurança Pública (PSP) do comando distrital de Faro que partilha áreas de responsabilidade em algumas freguesias do distrito.

Área de policiamento partilhada GNR e PSP

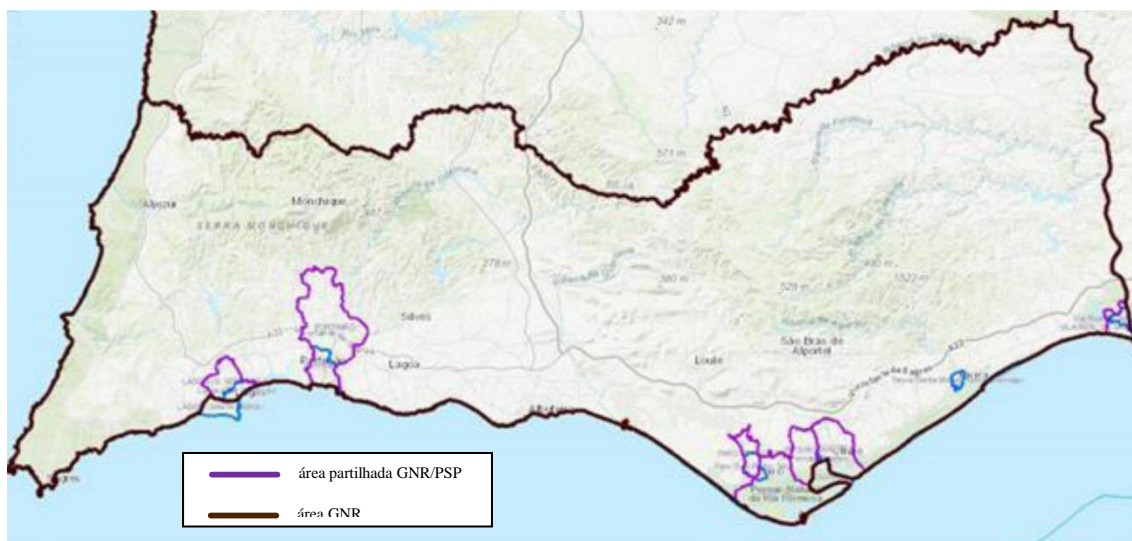


Figura 21. Áreas partilhadas pela GNR e PSP –Fonte: SIIOP G – GNR.

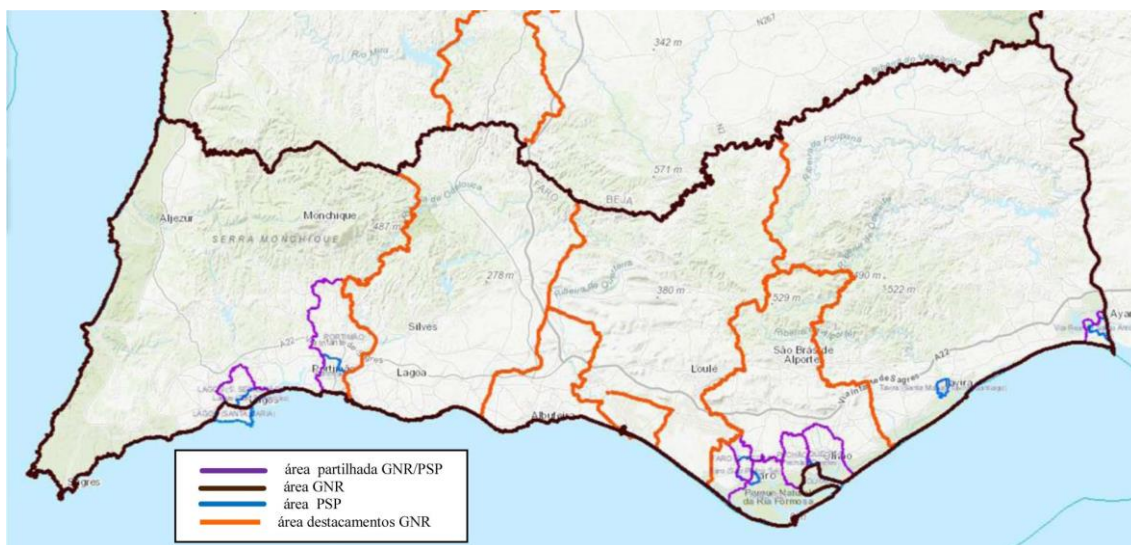


Figura 22. Zonas de Ação dos Destacamentos Territoriais do Comando da Guarda Nacional Republicana de Faro Fonte: SIIOP G – GNR.

6.1.3 Estrutura organizativa da Unidade.

O destacamento territorial de Tavira é comandado por um militar de patente de capitão, coadjuvado por um adjunto com a patente de Alferes.

Tem sob a sua dependência direta os núcleos de programas especiais, proteção e ambiente e investigação criminal.

Os postos territoriais na sua dependência são o Posto Territorial de Alcoutim, Posto Territorial de Castro Marim, Posto Territorial de Martim Longo, Posto Territorial de Tavira, Posto Territorial de Vila Real de Santo António e o Centro de Cooperação Policial e Aduaneiro situado no parque da fronteira, - A22- Km 131- Castro Marim.

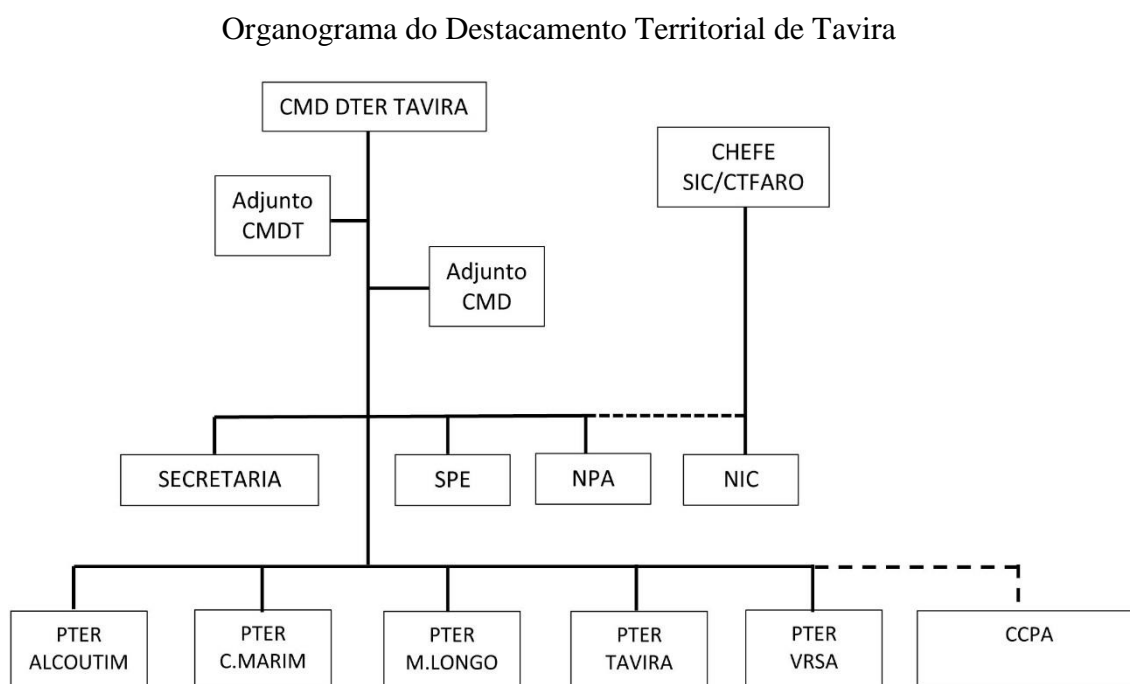


Figura 23. Organograma do Destacamento Territorial de Tavira, Fonte: Destacamento Territorial de Tavira-2017.

O Centro de Cooperação Policial de Aduaneiro (CCPA) atualmente possui coordenação própria comandado por um oficial subalterno e coadjuvado por um militar de patente de sargento.

Os militares dos postos territoriais asseguram o serviço diário em turnos de patrulhamento diário de 8 horas em veículos motorizados ou 6 horas, quando apeados.

Com uma área de 1.544,42 km² e 42220 residentes permanentes que se distribuem da seguinte forma:

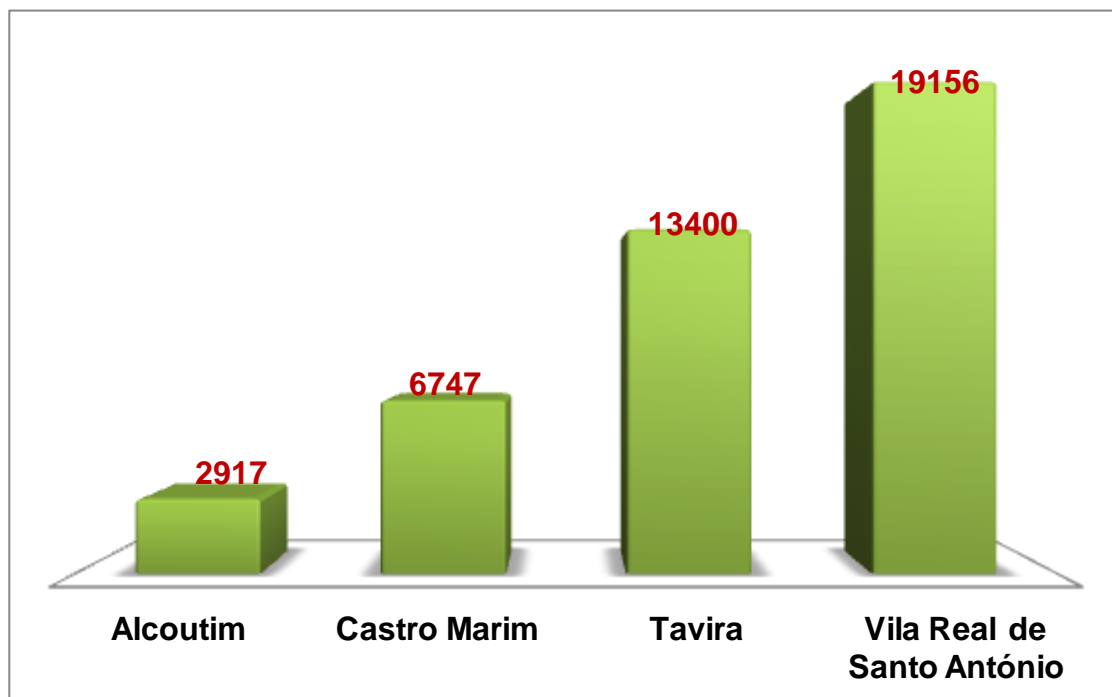


Gráfico 9. Distribuição da população na área do Destacamento da GNR de Tavira, Fonte: Destacamento GNR Tavira- 2017.

Em época de veraneio, à população residente acresce a população sazonal que aumenta em numero muito significativo.

6.1.5 Concelhos e Freguesias da área de estudo.

Os respetivos concelhos estão divididos em freguesias da seguinte forma:

Concelho de Tavira com 6 freguesias sendo elas Cachopo, Conceição e Cabanas de Tavira (união de Conceição e Cabanas de Tavira), Luz de Tavira e Santo Estêvão (união de Luz de Tavira e Santo Estêvão), Santa Catarina da Fonte do Bispo, Santa Luzia e Tavira (União de Santa Maria e Santiago).

Concelho de Castro Marim com 4 freguesias, Altura, Azinhal, Castro Marim e Odeleite.

Concelho de Alcoutim com 4 Freguesias, Alcoutim e Pereiro, Giões, Martim Longo e Vaqueiros.

Concelho de Vila Real de Santo António com 4 Freguesias, Vila Nova de Cacela, Monte Gordo, e Vila Real de Santo António.

O concelho de Tavira e respetivas freguesias são maioritariamente policiadas pela GNR, excetua-se a freguesia de União de Freguesias de Santa Maria e Santiago, policiada também pela PSP.

Geograficamente o relevo é plano no litoral e muito acidentado na região da serra onde qual alguns picos ultrapassam os 500 metros de altitude.

O concelho de Tavira possui sub-regiões bem demarcadas sendo o litoral, o barrocal e a serra, sendo que no litoral abundam praias de excelência com grande afluência turística como a Praia do Lacém, Praia de Cabanas de Tavira, Praia da Ilha de Tavira, Praia da Terra Estreita, Praia do Barril e Praia do Homem Nu, todas elas incluídas no Parque Natural da Ria Formosa.

A atividade económica predominante é o turismo.

O concelho de Castro Marim e respetivas freguesias são exclusivamente policiadas pela GNR.

A sua geografia é plana na vila sede de concelho e Alta e acidentada na zona serrana nas freguesias de Azinhal e Odeleite.

Castro Marim tem como principal atividade económica o turismo, logo depois, a extração de sal (salicultura).

Possui 3 praias de excelência com grande afluência turística: Praia Verde (Castro Marim), Praia do Cabeço – Retur e Praia de Alagoa.

O Concelho de Alcoutim é o concelho mais a norte da sub-região, limitado a norte por Mértola e a leste por Espanha e as suas 4 freguesias são exclusivamente policiadas pela GNR.

A geografia é acidentada com altitude picos de altitude máxima de 400m e mínima de 25m e possui uma praia fluvial, 3 unidades hoteleiras sem classificação.

É um concelho com fraca atratividade turística e com atividade económica deficitária, sobrevivendo essencialmente dos serviços e agricultura.

6.1.6 Dispositivo e meios do Destacamento Territorial de Tavira.

Recursos humanos do dispositivo GNR de Tavira

	OFICIAIS	SARGENTOS	GUARDAS	CIVIS	TOTAL
CMD (CMD, NIC, NPE, NPA, CCPA)	1	3	23	3	30
PTER ALCOUTIM	-	1	13	-	14
PTER CMARIM	-	1	16	-	17
PTER MLONGO	-	1	8	-	9
PTER TAVIRA	-	1	27	-	28
PTER VRSA	-	2	26	-	28
TOTAL	1	9	113	3	126

Tabela 9. Recursos Humanos GNR Tavira, ano 2017, Fonte: Destacamento GNR Tavira-2017.

A sede do Destacamento Territorial da GNR de Tavira está situada na zona norte periférica à cidade na União de freguesias de Santa Maria e Santiago.

O efetivo é constituído por um oficial comandante, 3 sargentos, 23 guardas e 3 civis.

Policia uma área de 1.544,45 Km² para uma população de 42.220 habitantes e uma densidade populacional de 27 hab/km².

O Posto Territorial de Tavira está sediado no edifício do comando do destacamento, é comandado por um militar de patente de sargento e conta com um efetivo operacional de 27 militares da classe de guardas.

Policia uma área de 409,41 km² constituída pelas freguesias de Conceição e Cabanas de Tavira (união de Conceição e Cabanas de Tavira), Luz de Tavira e Santo Estêvão (União de Luz de Tavira e Santo Estêvão), Santa Catarina da Fonte do Bispo e Santa Maria.

Residem nestas freguesias um total de 12684 habitantes com uma densidade de 31 hab/km².

O Posto Territorial de Alcoutim está sediado no centro da vila de Alcoutim, é comandado por um militar de patente de sargento e conta com um efetivo operacional de 13 militares da classe de Guardas.

Policia uma área de 575,36 km² constituída pelas freguesias de Alcoutim, Giões e Pereiro.

Residem nestas freguesias 2 917 habitantes com uma densidade 5 hab/km².

O Posto Territorial de Martim Longo está sedado na vila de Martim Longo é comandado por um militar com a patente de sargento e conta com um efetivo operacional de 8 militares da classe de Guardas.

Policia uma área de 475,6 km² constituída pelas freguesias de Cachopo, Vaqueiros e Martim Longo com 2440 habitantes com uma densidade de 5hab/km².

O Posto Territorial de Vila Real de Santo António está sedado no centro da cidade, é comandado por um militar com a patente de sargento e conta com um efetivo operacional de 27 militares da classe de Guardas.

Policia uma área de 61,25 km² constituída pelas freguesias de Vila Nova de Cacela, Monte Gordo e Vila Real de Santo António para uma população 11900 habitantes com uma densidade 194 hab/km².

Capítulo 7. METODOLOGIA

Foi requerida autorização para a cedência e utilização de dados ao Exmº Senhor Tenente General Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana que delegou no Exmº Comandante do Comando de Doutrina e Formação, Major –General João Paulo Silva Esteves Pereira, o deferimento por seu despacho de 25 de novembro de 2016.

A metodologia usada para este trabalho teve a sua origem na recolha de dados, (1315 observações) no sistema SIIOP-O, das ocorrências registadas no Destacamento Territorial de Tavira no ano de 2016.

Foi construída uma base de dados em formato Excel e tratada em SPSS pelo método de Two Step Cluster Analysis.

7.1 Hipóteses a testar.

Quais a ocorrências que existiram na área do Destacamento Territorial de Tavira no ano de 2016?

Qual ou quais as freguesias onde ocorrem os incidentes?

Onde e qual a predominância dos incidente?

O que ocorreu, em que data e a que hora?

Se existe relação entre as variáveis?

Qual a tipologia de crime ou ocorrência?

Qual a nacionalidade, idade, sexo, etnia e situação hospitalar das vitimas e suspeitos?

Quais os indicadores de vitimização?

De que forma poderá ser acionada uma gestão eficiente dos meios perante o resultado da análise?

Quais as estratégias e métodos mais eficientes para a redução de criminalidade e aumentos da eficácia de recursos?

Que propostas e recomendações?

7.1.2 População e amostra.

Os dados recolhidos correspondem ao registo das ocorrências do Destacamento Territorial de Tavira, na sua área de jurisdição e sob os Postos Territoriais sob sua dependência direta, sendo eles o Posto Territorial de Tavira (536 ocorrências), Posto Territorial de Vila Real de Santo António (533 ocorrências), Posto Territorial de Castro Marim (246 ocorrências).

Não foram considerados no estudo os dados do Posto Territorial de Alcoutim de Martim Longo pelo motivo a amostra obtida ser de baixo número quantitativo.

A área de policiamento destes postos territoriais abrange três concelhos de regiões administrativas, Tavira, Vila Real de Santo António e Castro Marim.

Ao concelho de Tavira correspondem as freguesias de Cachopo, Santa Catarina da Fonte do Bispo, Santa Luzia, União das Freguesias de Conceição e Cabanas de Tavira, União das Freguesias de Luz de Tavira e Santo Estevão e União das Freguesias de Tavira Santa Maria e Santiago.

Ao Concelho de Vila Real de Santo António as freguesias de Monte Gordo, Vila Nova de Cacela e Vila Real de Santo António.

Ao Concelho de Castro Marim as freguesias de Altura, Azinhal, Castro Marim e Odeleite.

7.1.3 Organização dos dados.

Os dados recolhidos são compostos pelas seguintes variáveis:

Número de Identificação da Ocorrência, Data da Ocorrência, Hora da Ocorrência, Data de Registo, Código da Unidade, Unidade, Sub-Unidade, Posto Territorial, Código da Freguesia, Distrito, Concelho, Freguesia, Latitude, Longitude, Numero Único de Identificação de Processo Crime, Tipo de Incidente, Descrição do Incidente, Detenção do Suspeito, Sexo do Suspeito, Etnia do Suspeito, Nacionalidade do Suspeito Idade do Suspeito, Cadastro do Suspeito, situação de empregabilidade, função do emprego desempenhado, Meio de Coação utilizado, Idade da Vítima, Sexo da Vítima, Nacionalidade da Vítima e Situação Hospitalar da Vítima num total de 30 variáveis.

Das variáveis acima descritas foram dispensadas as que não se tornavam pertinentes para objetivo do estudo sendo consideradas e analisadas as seguintes: Hora da Ocorrência, Data da Ocorrência, Tipo de Incidente, Freguesia, Nacionalidade do Suspeito, Idade do Suspeito, Sexo do Suspeito, Etnia do Suspeito, Idade da Vítima, Sexo da Vítima, Nacionalidade da Vítima e Situação Hospitalar da Vítima num total de 12 variáveis.

Os dados recolhidos foram listados em documento Excel e posteriormente analisados em Software SPSS.

7.1.4 Método Utilizado.

Foi utilizado a aplicação do método da análise de Clusters (Two Step Cluster Analysis) que consiste no procedimento de estatística multivariada para organizar um conjunto de entidades para o qual é conhecida informação detalhada, em grupos relativamente homogêneos.

No método “Two Step Cluster Analysis” foi definida como variável categórica a “Freguesia” e como variáveis contínuas a “Hora da Ocorrência” e a “Data da Ocorrência”, originado assim uma variável “Two Step Cluster”.

Com esta nova variável utilizou-se o método “CrossTabs” que fornece um relatório cruzado e mostra a relação entre duas ou mais variáveis da pesquisa.

Com a variável “Two Step Cluster” foi cruzada a variável “Freguesia”, “Tipo de Incidente”, “Data da Ocorrência” e “Hora da Ocorrência”.

Por último foi utilizado o método de estatística descritiva para as variáveis “Nacionalidade do Suspeito”, “Idade do Suspeito”, “Sexo do Suspeito”, “Etnia do Suspeito”, “Idade da Vítima”, “Sexo da Vítima”, “Nacionalidade da Vítima” e “Situação Hospitalar da Vítima”.

Foram efetuados os seguintes testes da qualidade de Clusters e ANOVA.

Dados Posto Territorial de Tavira.

Case Processing Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Freguesia * TwoStep Cluster Number	536	100,0%	0	0,0%	536	100,0%

Tabela 10. Freguesia X TwoStep Cluster ZA Pter Tavira, ano 2016, Fonte: SPSS.

ANOVA

TipdelIncidente

	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Between Groups	11084,843	5	2216,969	1,277	,272
Within Groups	916818,672	528	1736,399		
Total	927903,515	533			

Tabela 11. ANOVA, ZA Pter Tavira, ano 2016, Fonte: SPSS

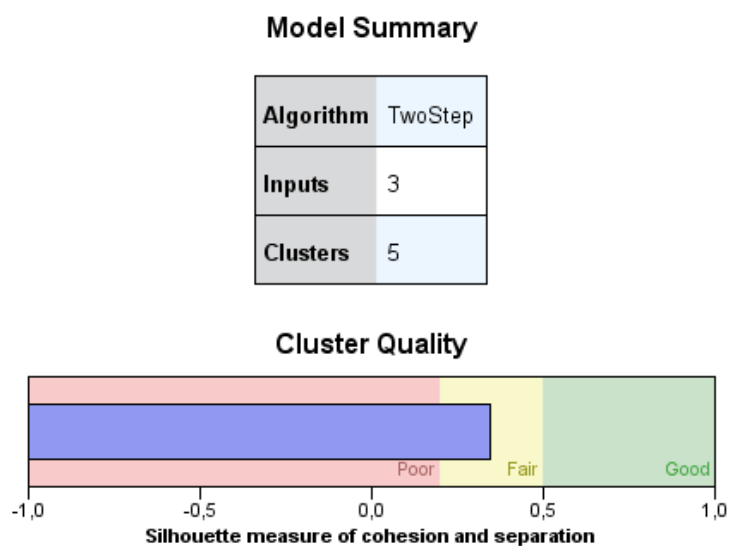


Figura. 25. Cluster Quality, ZA Pter Tavira, ano 2016, Fonte: SPSS.

Freguesia * TwoStep Cluster Number Crosstabulation

Count		TwoStep Cluster Number					Total
		União das Freguesias Conceição e Cabanas de Tavira	Cachopo e Santa Catarina Fonte do Bispo	União das Freguesias Santa Maria e Santiago	União das Freguesias Luz de Tavira e Santo Estêvão	Santa Luzia	
	Cachopo	0	6	0	0	0	6
	Santa Catarina da Fonte do Bispo	0	36	0	0	0	36
	Santa Luzia	0	0	0	0	67	67
	União das freguesias de Conceição e Cabanas de Tavira	205	0	0	0	0	205
	União das freguesias de Luz de Tavira e Santo Estêvão	0	0	0	107	0	107
	União das freguesias de Tavira (Santa Maria e Santiago)	0	0	115	0	0	115
Total		205	42	115	107	67	536

Tabela 12. Freguesia * TwoStep Cluster Number CrossTabulation, ZA Pter Tavira, ano 2016, Fonte: SPSS.

Dados Posto Territorial de Vila Real de Santo António.

Case Processing Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Freguesia * TwoStep Cluster Number	533	100,0%	0	0,0%	533	100,0%

Tabela 13. Freguesia * TwoStep Cluster, ZA Pter VRSTA, ano 2016, Fonte: SPSS.

ANOVA

TipolIncidente

	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Between Groups	9816,191	2	4908,095	2,119	,121
Within Groups	1227685,363	530	2316,387		
Total	1237501,553	532			

Tabela 14. ANOVA, ZA Pter VRSTA, ano 2016, Fonte: SPSS.

Freguesia * TwoStep Cluster Number Crosstabulation

Count

		TwoStep Cluster Number			Total
		V. Nova Cacela	VRSTA	Monte Gordo	
Freguesia	Monte Gordo	0	0	255	255
	Vila Nova de Cacela	156	0	0	156
	Vila Real de Santo António	0	122	0	122
Total		156	122	255	533

Tabela 15. Freguesia * Two Step Cluster Number Crosstabulation, ZA Pter VRSTA, ano 2016, Fonte: SPSS.

Model Summary

Algorithm	TwoStep
Inputs	3
Clusters	3

Cluster Quality

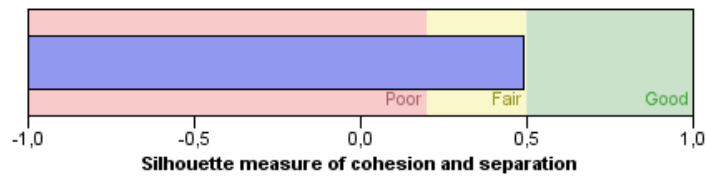


Figura. 26. Cluster Quality, ZA Pter VRSTA, ano 2016, Fonte: SPSS.

Dados Posto Territorial de Castro Marim.

Case Processing Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Freguesia * TwoStep Cluster Number	246	100,0%	0	0,0%	246	100,0%

Tabela 16. Freguesia * TwoStep Cluster, ZA Pter C.MARIM, ano 2016, Fonte: SPSS.

ANOVA

TipdeIncidente

	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Between Groups	20211,921	3	6737,307	2,633	,051
Within Groups	616632,503	241	2558,641		
Total	636844,424	244			

Tabela 17. ANOVA, ZA Pter C. MARIM, ano 2016, Fonte: SPSS.

Freguesia * TwoStep Cluster Number Crosstabulation

Count

		TwoStep Cluster Number			Total
		Altura	Azinhale Odeleite	Castro Marim	
Freguesia	Altura	79	0	0	79
	Azinhale	0	8	0	8
	Castro Marim	0	1	146	147
	Odeleite	0	12	0	12
Total		79	21	146	246

Tabela 18. Freguesia * Two Step Cluster Number Crosstabulation, ZA Pter C. MARIM, ano 2016, Fonte: SPS

Model Summary

Algorithm	TwoStep
Inputs	3
Clusters	3

Cluster Quality

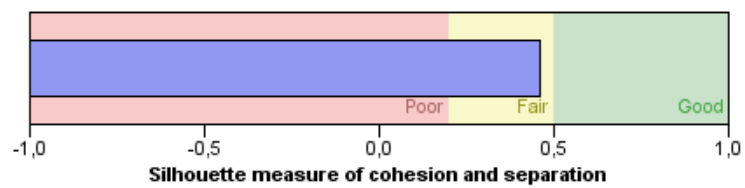


Figura. 27. Cluster Quality, ZA Pter Castro Marim, ano 2016, Fonte: SPSS.

CAPITULO 8. RESULTADOS E DISCUSSÃO.

8.1 Com os dados das ocorrências do Posto Territorial de Tavira obtiveram-se os seguintes resultados:

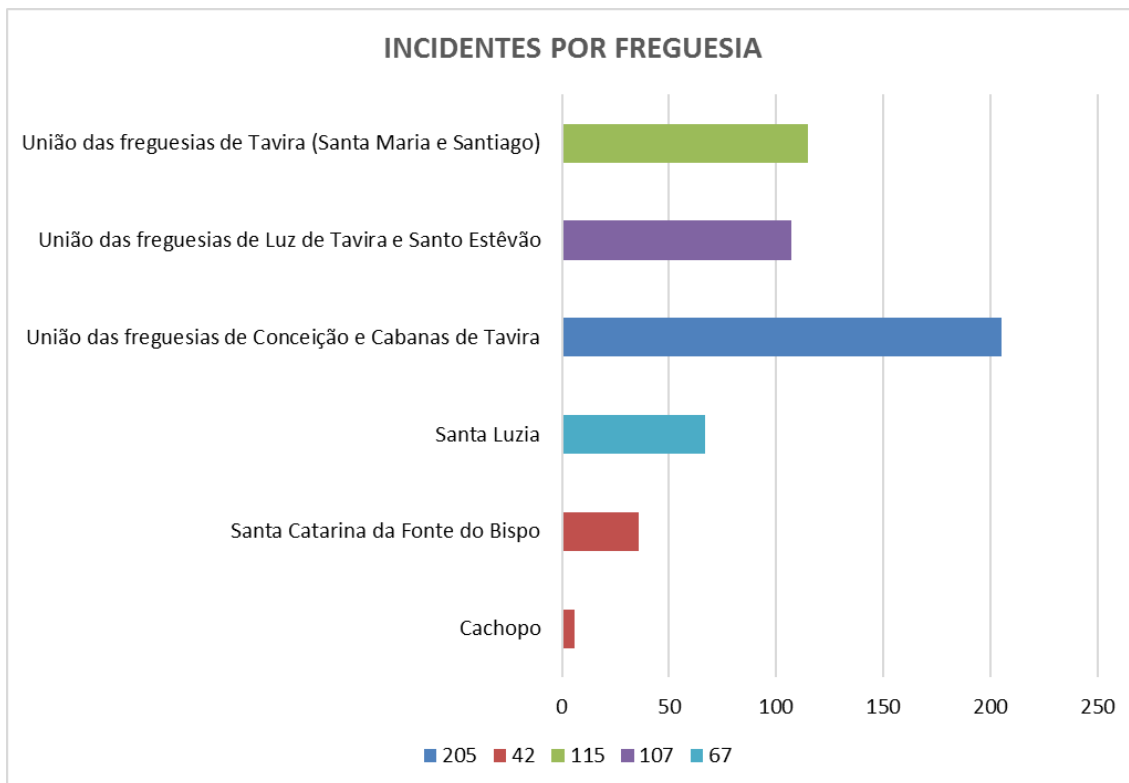


Gráfico 10. Incidentes por freguesias -Concelho de Tavira, ano 2016- Fonte: Excel.

No ano de 2016 registaram-se um total de 536 ocorrências, sendo que, o maior número (205) ocorreram na União das Freguesias de Conceição e Cabanas de Tavira classificando-se esta como a delimitação administrativa predominante no número de ocorrências registadas.

Na União de Freguesias de Santa Maria e Santiago foram registadas 115 ocorrências, na União de Freguesias Luz de Tavira e Santo Estêvão 107, na Freguesia de Santa Luzia 67 e nas Freguesias de Cachopo e Santa Catarina Fonte do Bispo 42, sendo estas duas últimas as que apresentam menor registo de ocorrências.

TIPO DE INCIDENTE POR FREGUESIAS

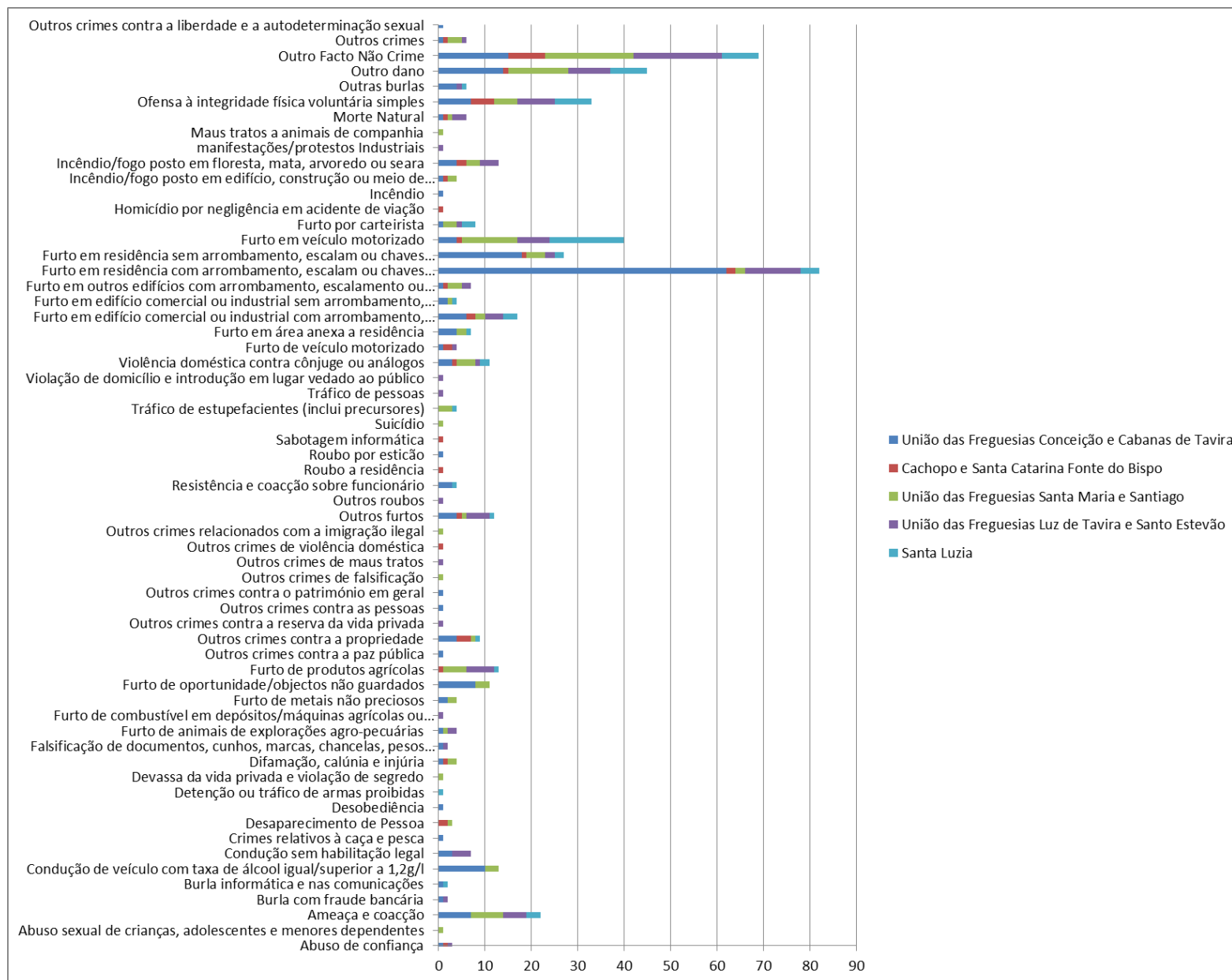


Gráfico 11, Tipo de Incidente, ZA Pter Tavira, ano 2016, Fonte: Excel.

O Posto Territorial que registou mais ocorrências no ano de 2016 foi o de Tavira com o total de 536 registos.

Neste concelho a freguesia com mais incidentes é a de União de Freguesias de Conceição e Cabanas (205), seguido da União de Freguesias de Santa Maria e Santiago (115), União de Freguesias Luz de Tavira Santo Estevão (107), Freguesia de Santa Luzia (67) e Cachopo e Santa Catarina Fonte do Bispo (42).

Na **União de Freguesias de Conceição e Cabanas** predominou o furto em residência com arrombamento, escalamento ou chaves falsas, com 62 ocorrências e o furto em residência sem arrombamento, escalamento ou chaves falsas com 18.

Nas ocorrências não criminais foram contabilizadas 15.

Na **União de Freguesias de Santa Maria e Santiago** predominaram as ocorrências classificadas como “outro facto não crime” com 19, “outro dano com 13, o furto de veículo motorizado com 12 e contabilizadas 7 ocorrências de ameaça e coação.

Na **União de Freguesias Luz de Tavira Santo Estevão** predominaram as ocorrências “outro facto não crime” com 19, seguido do furto em residência com arrombamento, escalamento ou chaves falsas com 12, outro dano com 9 e o furto de veículo motorizado totalizando 7 ocorrências.

Na Freguesia de **Santa Luzia** predominou essencialmente o furto em veículo motorizado com 16 ocorrências.

Na **Freguesia de Cachopo e Santa Catarina Fonte do Bispo** a predominância é de outros factos não crime com 8 casos.

Na **União de Freguesias de Conceição e Cabanas de Tavira** a hora em que registaram mais ocorrências foi às 11H00 com um total de 13 registos.

Hora ocorrência:

A hora em que houve maior registo de ocorrências nas Freguesias da ZA do Posto Territorial de Tavira foi às 12H00, com 24 ocorrências, no ano de 2016.

Hora ocorrência por Freguesia:

Na **União das Freguesias de Santa Maria e Santiago** a hora a que se registaram mais ocorrências foi a partir das 17H00 com 8 registos.

Na **União de Freguesias Luz de Tavira e Santo Estevão**, às 11H00 registaram –se 7 ocorrências.

Na freguesia de **Santa Luzia** a hora de maior ocorrência registou-se às 12H00 com 6 incidentes e às 15H00 com 5 incidentes.

Na freguesia de **Cachopo e Santa Catarina Fonte do Bispo** o pico de horário de maior ocorrência registou-se às 09H00 com 5 incidentes.

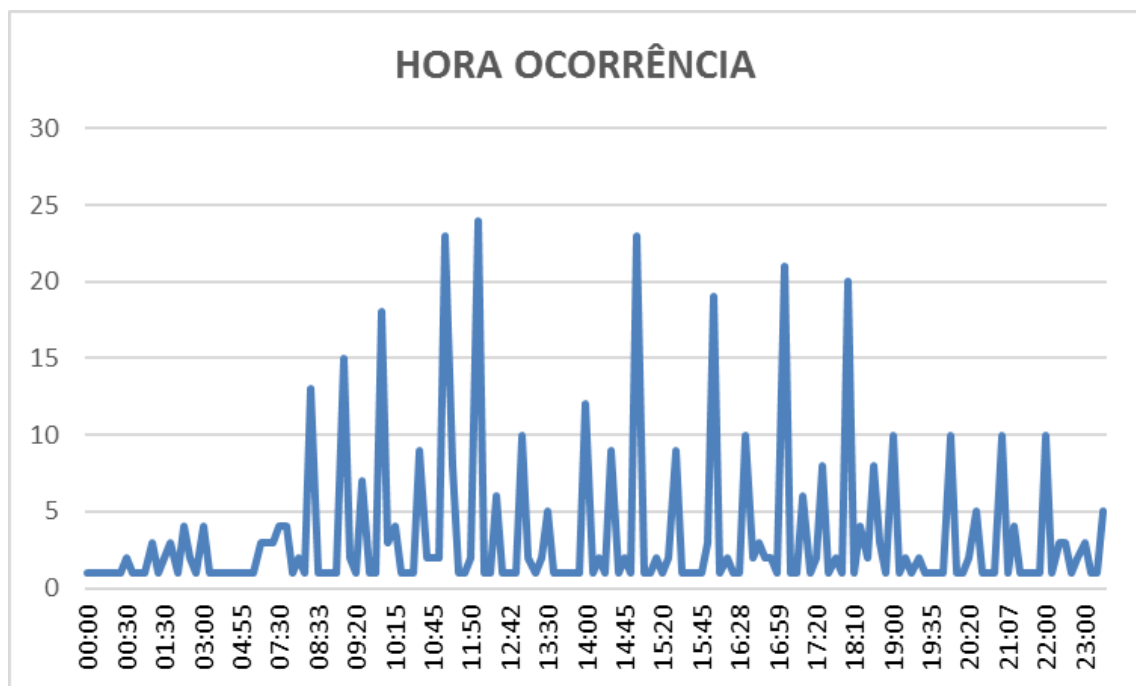


Gráfico 12, Hora ocorrência ZA Pter. Tavira, ano 2016 Fonte: Excel.

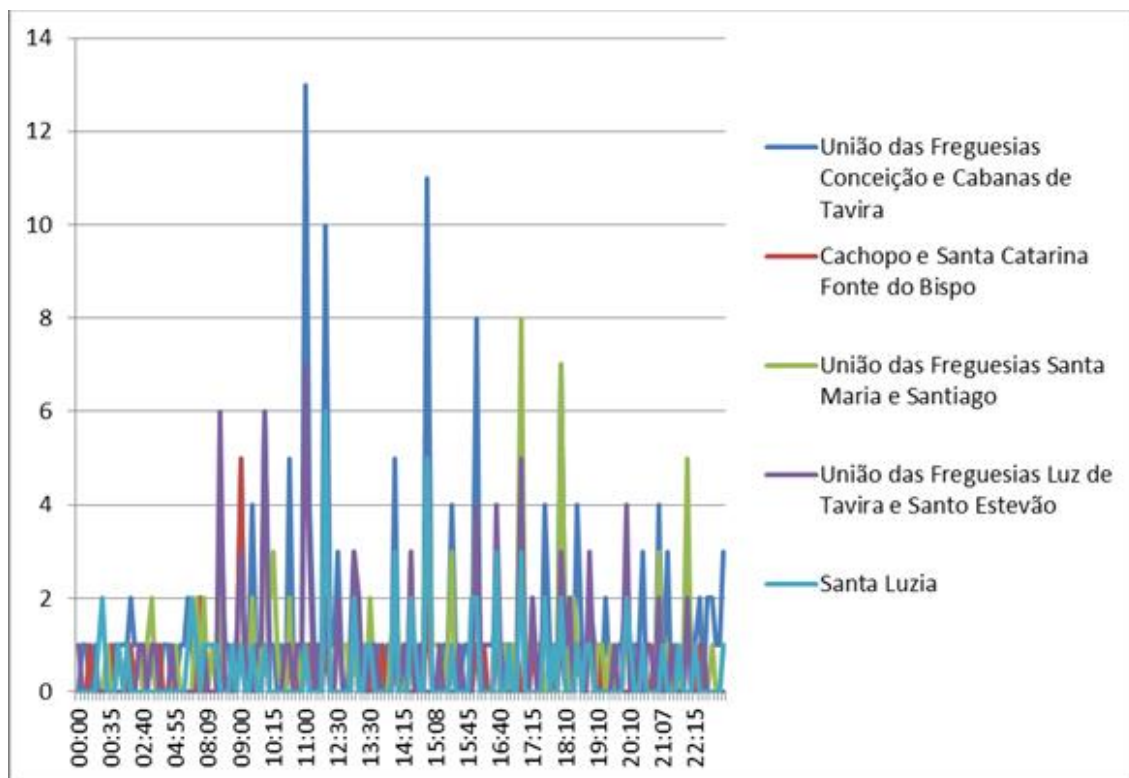


Gráfico 13, Hora ocorrência por freguesia, ano 2016 Fonte: Excel.

Data ocorrência:

A data em que se registaram mais ocorrências nas Freguesias da ZA do Posto Territorial de Tavira foi em 23 de janeiro com 7 ocorrências.

Data ocorrência por Freguesia:

O maior número de registos aconteceu na **União de Freguesias de Conceição e Cabanas de Tavira** em 21 de fevereiro e 4 de Março com 4 incidentes.

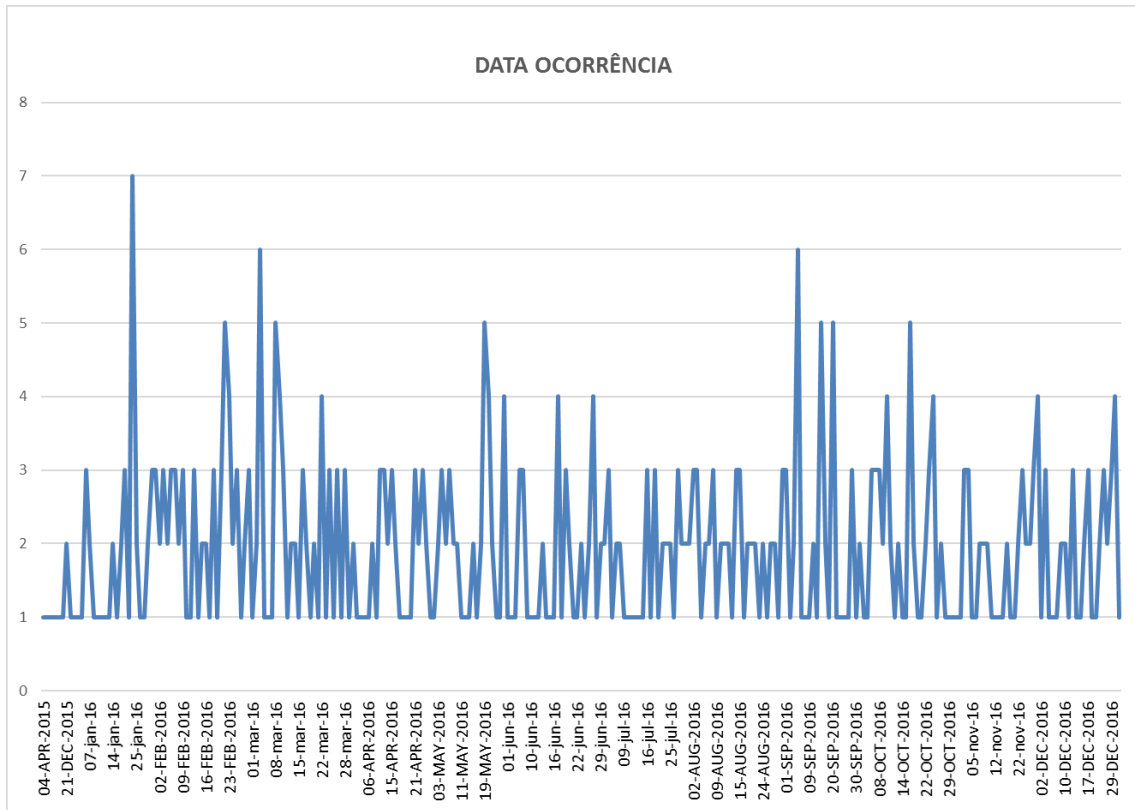


Gráfico 14. - Data Ocorrência –Concelho Tavira, ano 2016- Fonte: Excel.

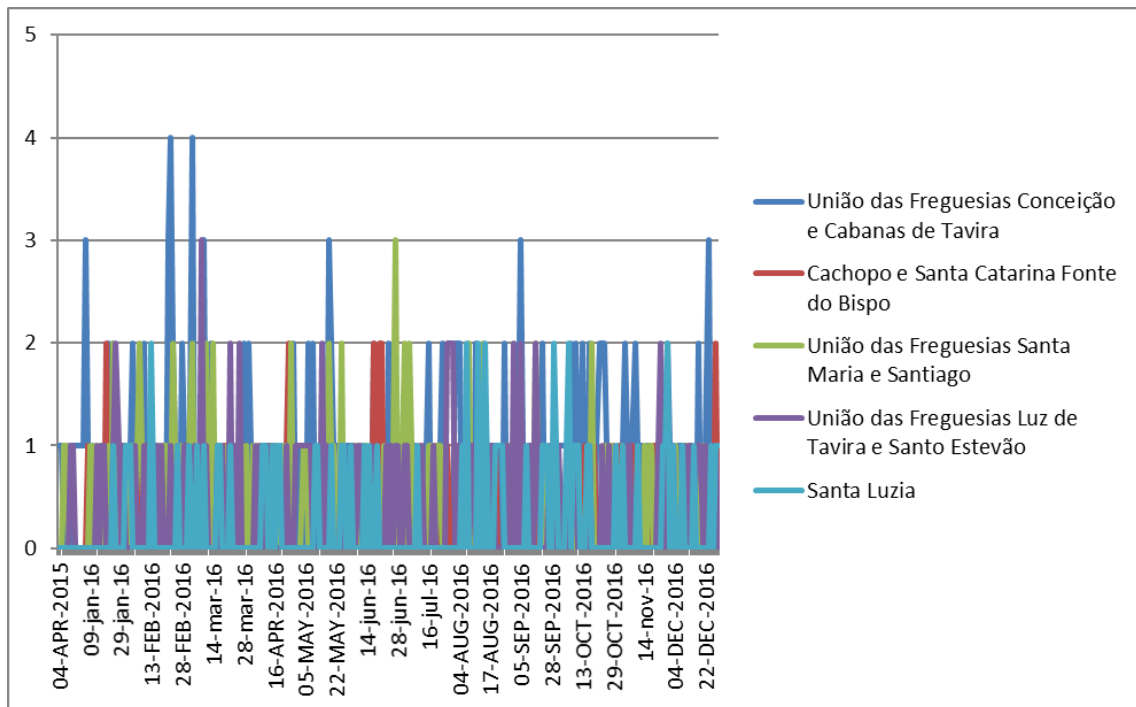


Gráfico 15. - Data Ocorrência por freguesia –ZA Pter Tavira, ano 2016, Fonte: Excel.

Caraterização das variáveis:

A nacionalidade do suspeito é maioritariamente desconhecida (282), Portuguesa (139) e do Reino Unido (9).



Gráfico 16, Nacionalidade suspeito, ZA Pter de Tavira, ano 2016 Fonte: Excel.

A idade do suspeito é maioritariamente desconhecida (305), e entre 25 e 34 anos (37).

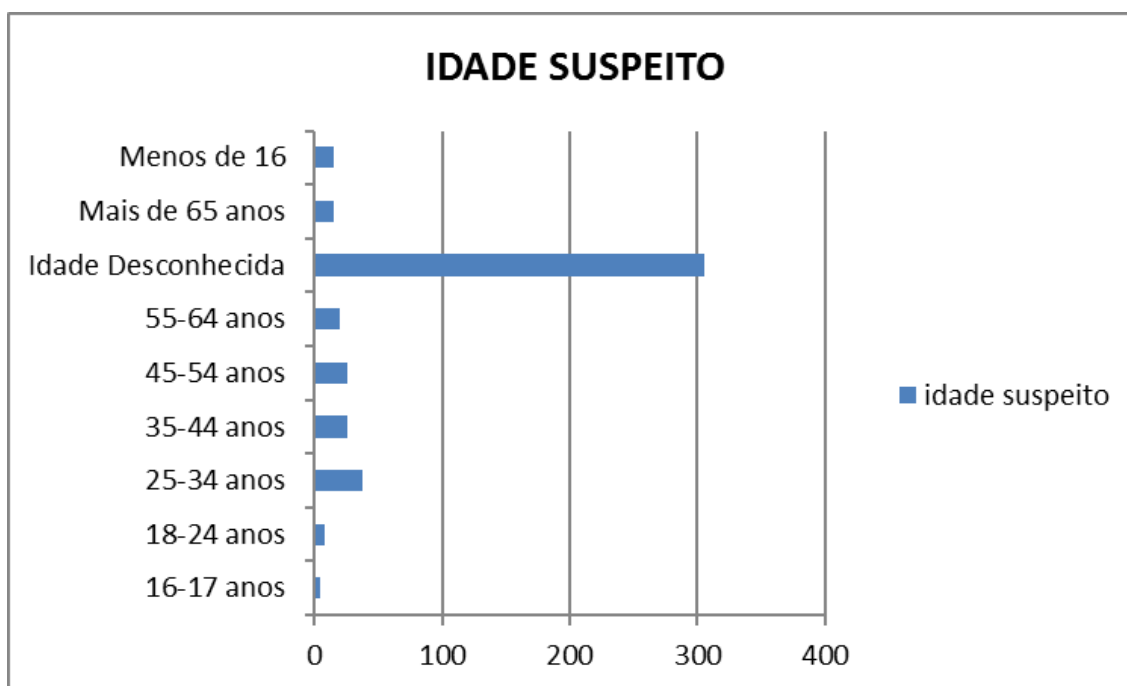


Gráfico 17. Idade suspeito - ZA Pter Tavira, ano 2016, Fonte: Excel.

O sexo do suspeito é maioritariamente desconhecido (274) e masculino (151).

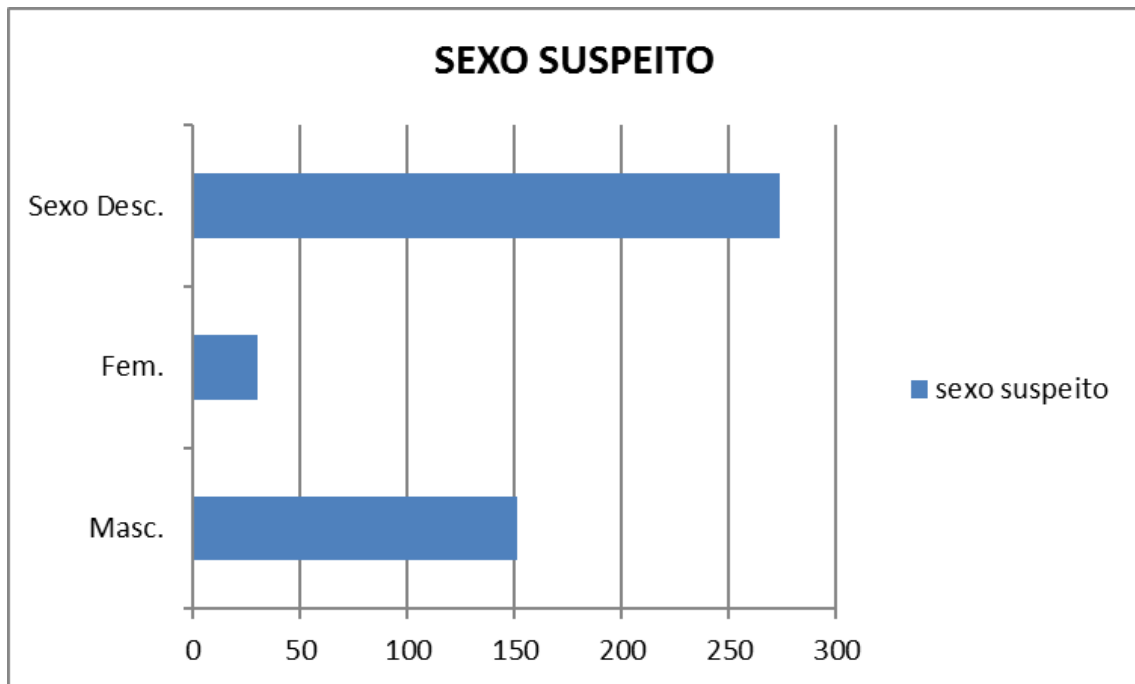


Gráfico 18, Sexo suspeito- ZA Pter Tavira, ano 2016, Fonte: Excel.

A etnia é maioritariamente desconhecida (298) e caucasiana (113).

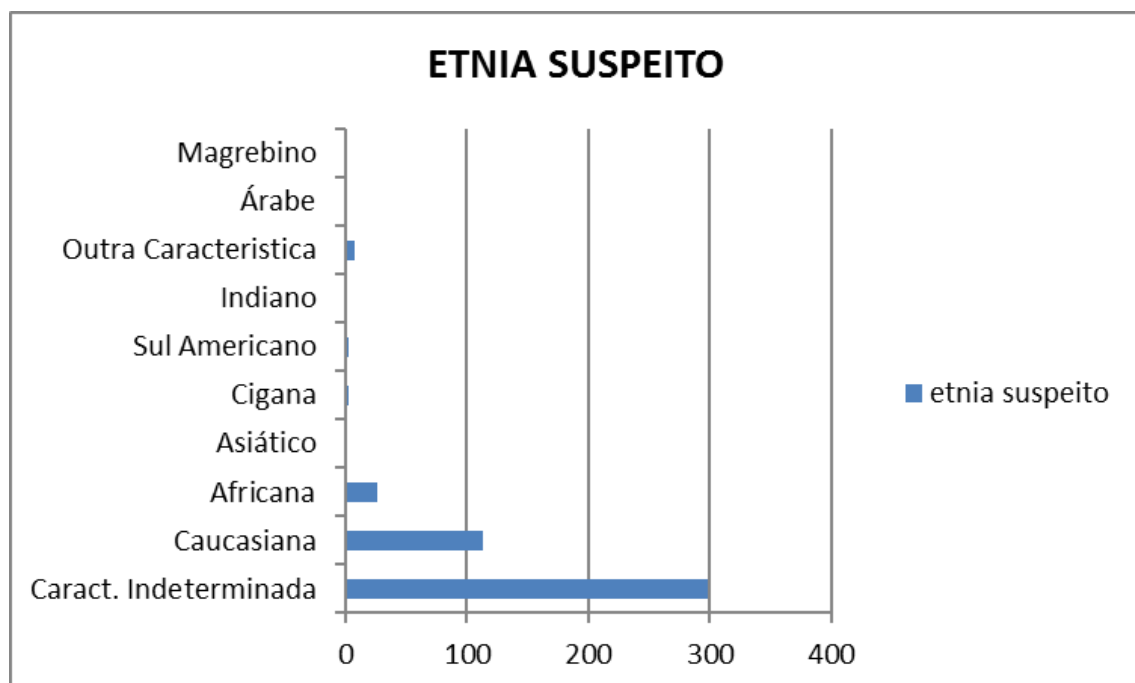


Gráfico 19, Etnia suspeito -ZA Pter Tavira, ano 2016, Fonte: Excel.

A idade da vítima é maioritariamente desconhecida (272) ou não identificada (117) e entre os 25 e 34 anos (25).

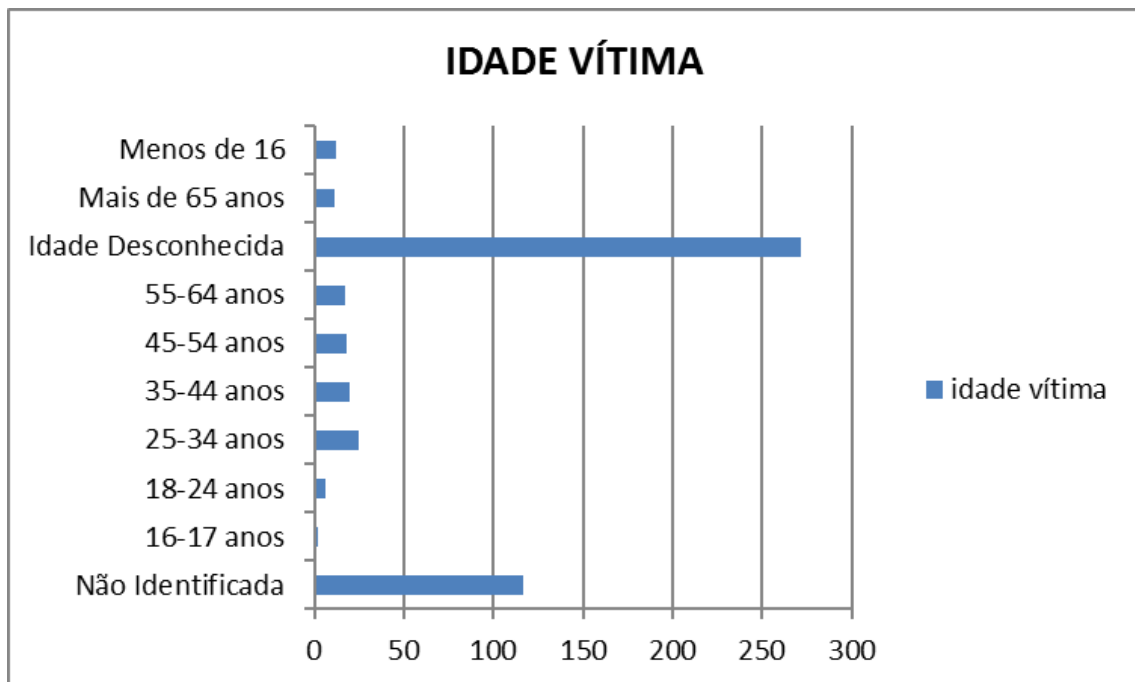


Gráfico 20, Idade vítima –ZA Pter Tavira, ano 2016, Fonte: Excel.

O sexo da vítima é maioritariamente masculino (240) e de nacionalidade portuguesa (286).

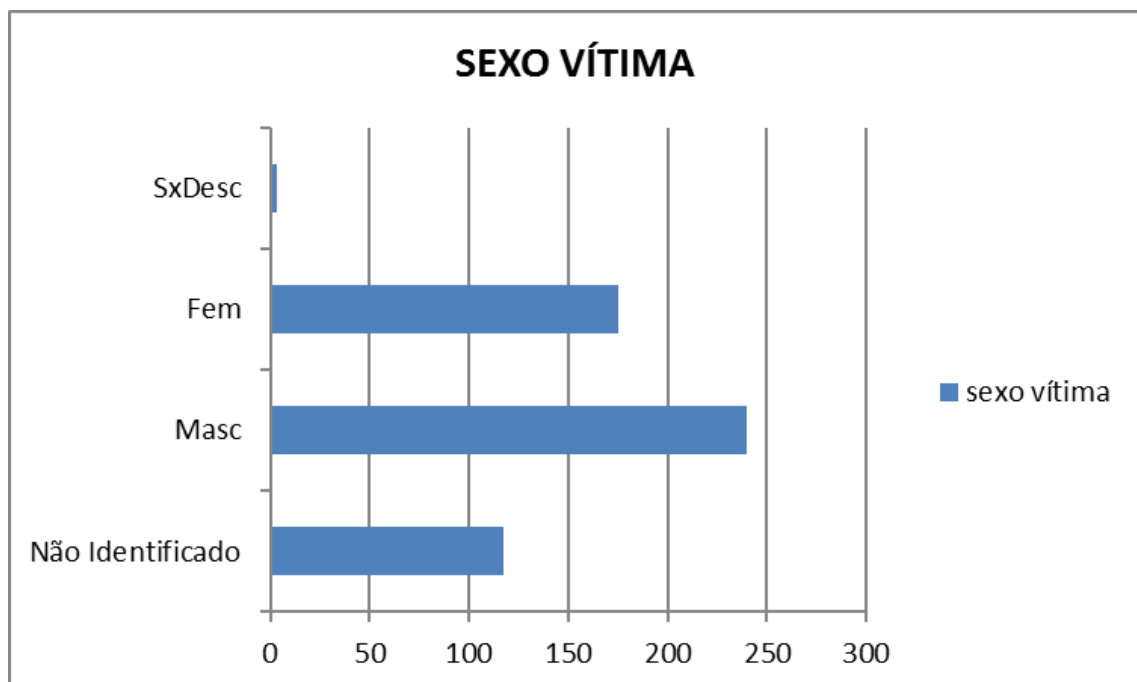


Gráfico 21, Sexo vítima –ZA Pter Tavira, ano, 2016 Fonte: Excel.

A nacionalidade da vítima é maioritariamente Portuguesa (286), do Reino Unido (44) e Não Identificada (118).

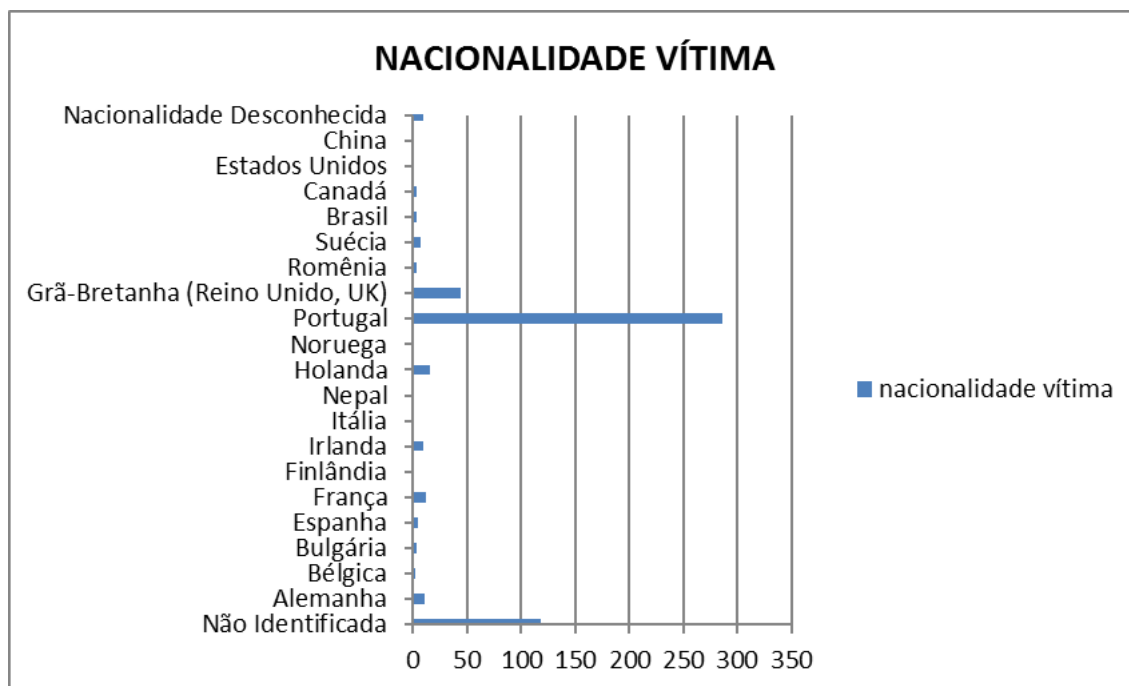


Gráfico 22. – Nacionalidade vítima- ZA Pter Tavira, ano 2016, Fonte: Excel.

Desconhece-se maioritariamente a situação hospitalar da vítima (251) seguido de ferido sem tratamento hospitalar (140).

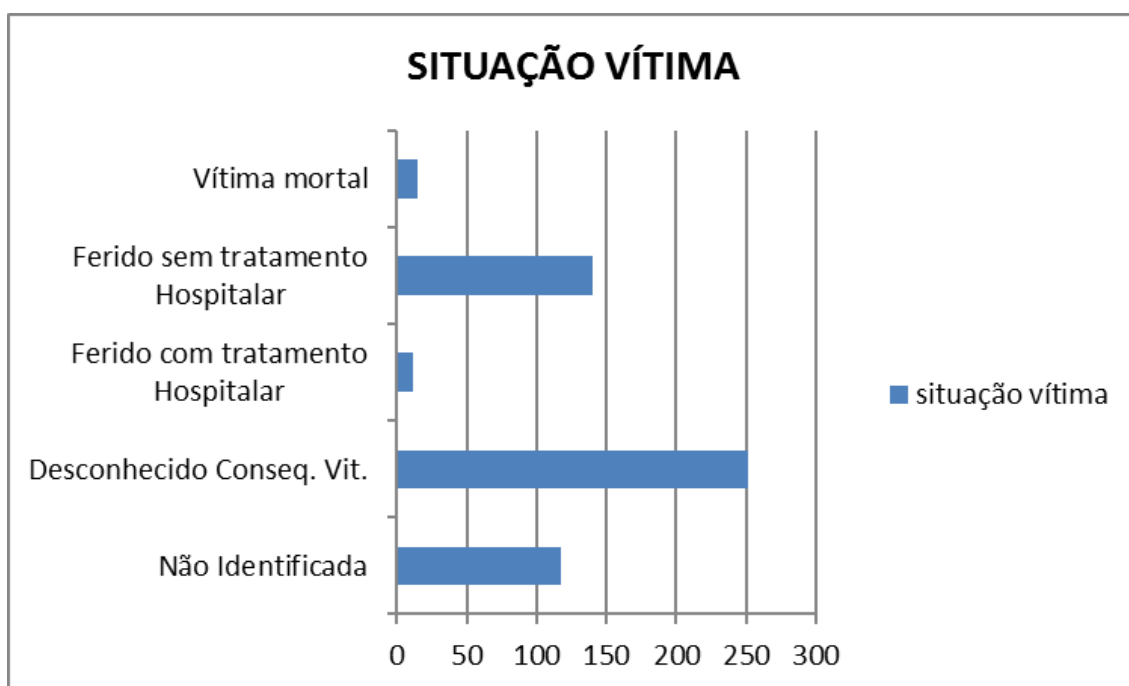


Gráfico 23 – Situação vítima- ZA Pter Tavira, ano 2016, Fonte: Excel.

8.1.2 Com os dados das ocorrências do Posto Territorial de Vila Real de Santo António obtiveram-se os seguintes resultados:

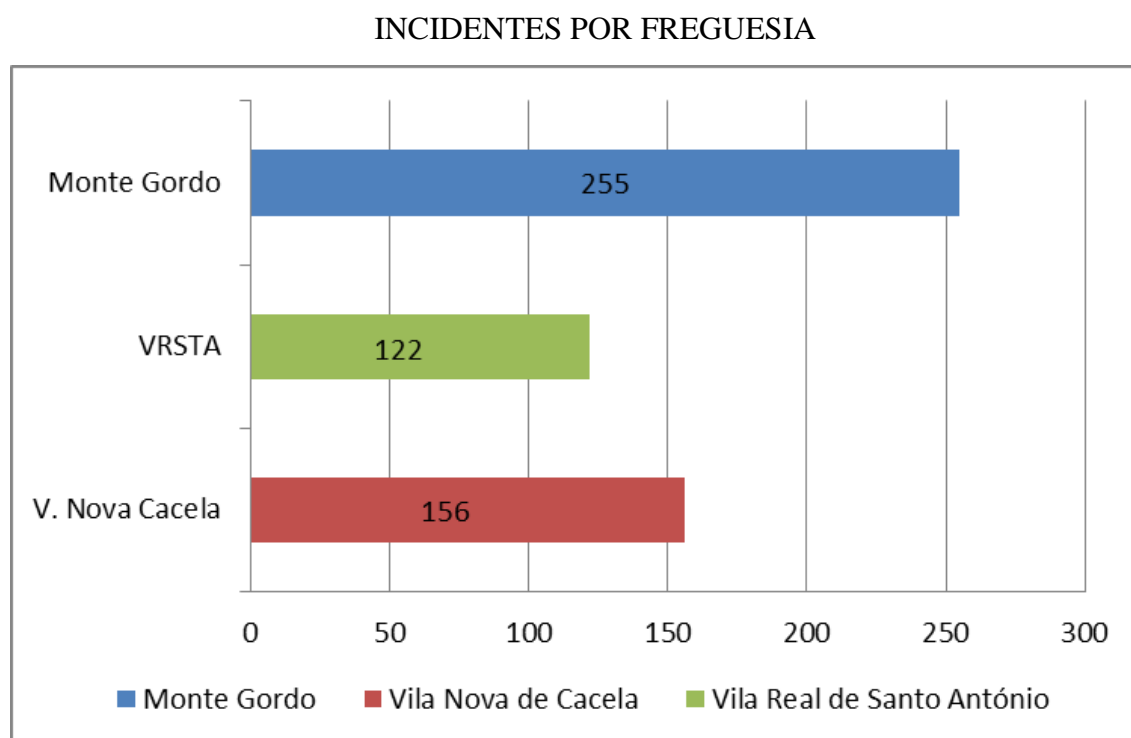


Gráfico 24. - Ocorrências por freguesia, ZA Pter VRSTA, ano 2016, Fonte Excel.

No ano de 2016, o Posto Territorial de Vila Real de Santo António registou um total de 533 ocorrências tendo o maior número ocorrido da Freguesia de Monte Gordo com 255 incidentes.

Na Freguesia de Vila Nova de Cacela registaram-se 156 ocorrências e na Freguesia de Vila Real de Santo António 122.

TIPO DE INCIDENTES POR FREGUESIAS

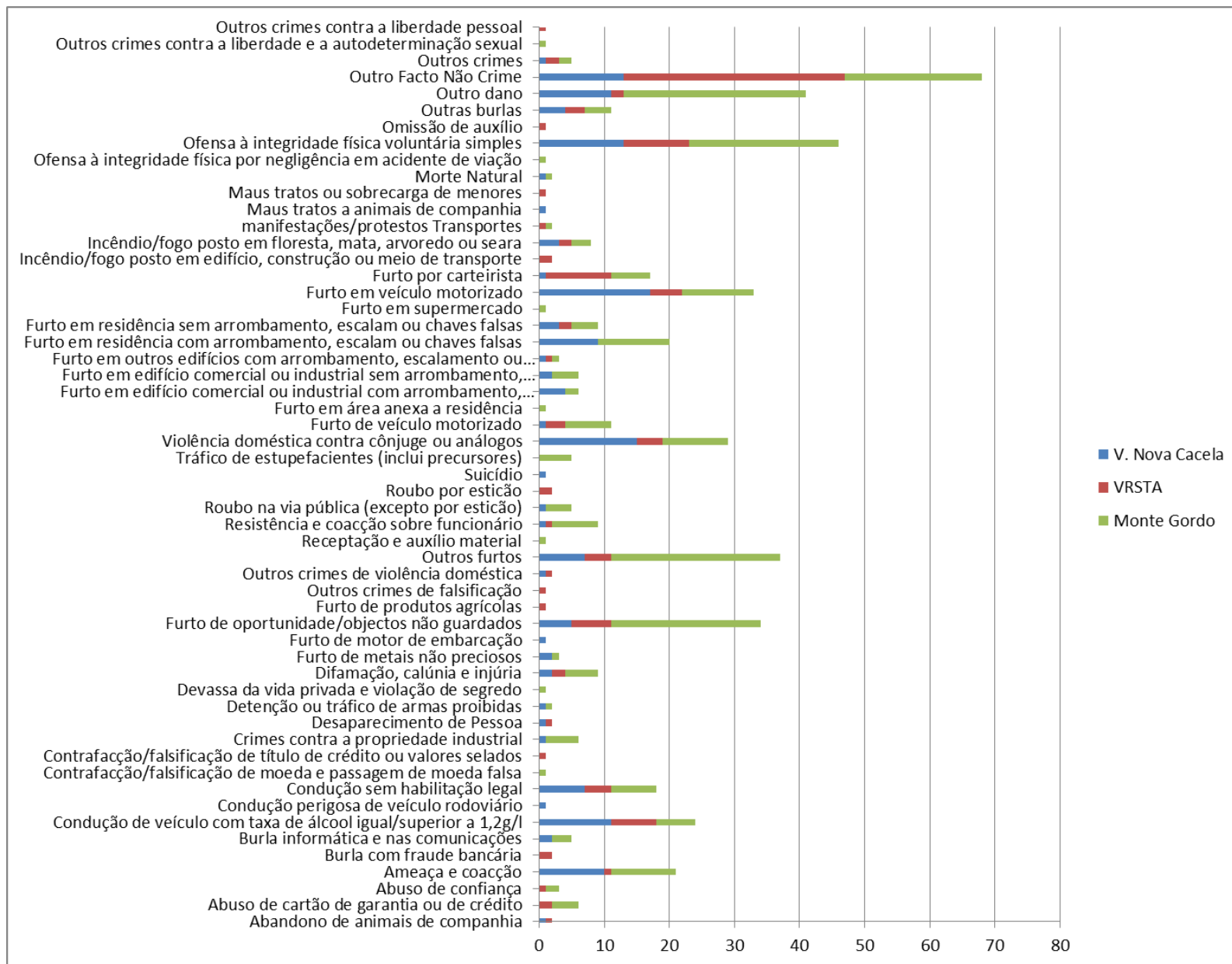


Gráfico 25. – Tipo de incidente por freguesias, ZA Pter VRSTA, ano 2016, Fonte: Excel.

Na Freguesia de **Vila Nova de Cacela** predominaram as ocorrências de “furto em veículo motorizado” com 17 casos, “violência doméstica contra cônjuge ou análogos” com 15, “ofensa à integridade voluntária simples” com 13, “outro facto não crime também com 13 registos, “condução de veículo com taxa igual ou superior a 1,2 g/l com 11 e “ameaça e coação” com 10 registos.

Na Freguesia de **Vila Real Santo António** registou-se uma predominância de ocorrências “outro facto não crime com 34 casos, “furto por carteirista” com 10 e “ofensa à integridade física voluntária simples” também com 10.

Na **Freguesia de Monte Gordo** os maiores registos foram “outro dano” com 28 casos, “outros furtos” com 26 registos, “furto de oportunidade/objetos não guardados “com 23 ocorrências e “ofensa à integridade física simples” também com 23 ocorrências.

Hora ocorrência

Ao longo de 2016, a hora em que houve maior registo de ocorrências, nas freguesias da ZA do Posto Territorial de Vila Real de Santo António foi às 10H00 com 29 registos e às 18H00 com 23.

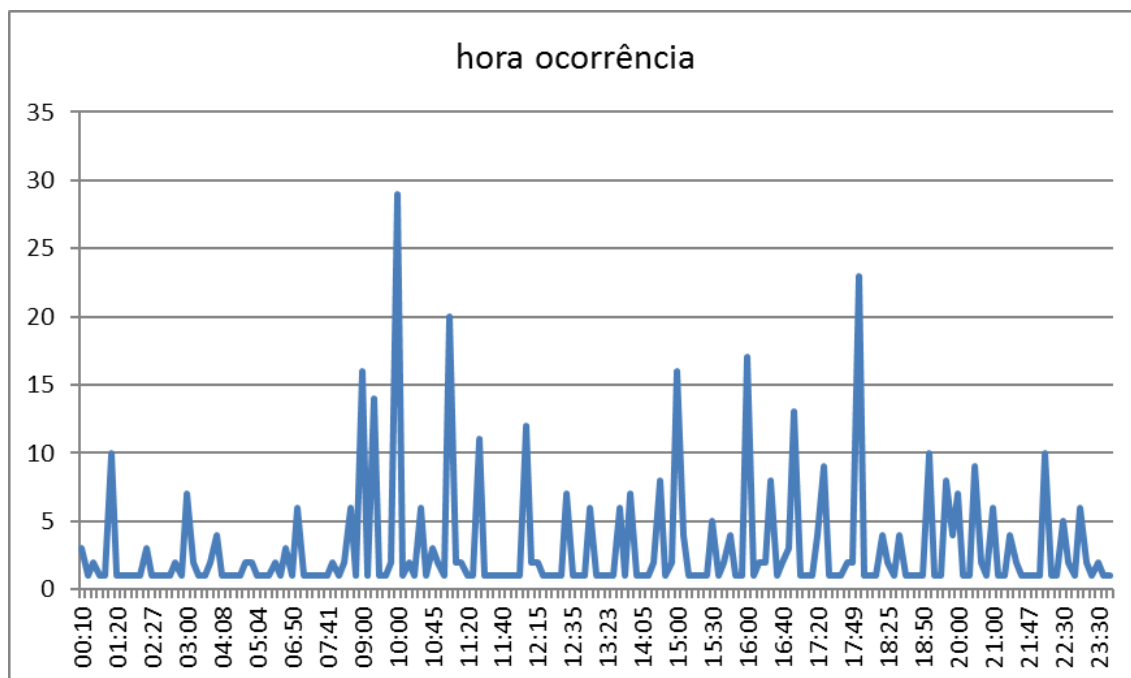


Gráfico 26- Hora ocorrência ZA Pter VRSTA, ano 2016, Fonte: Excel.

Hora ocorrência por Freguesia

Na Freguesia de **Monte Gordo** registou-se um maior volume de ocorrências pelas 10H00 com 15 registos, seguido das 15H00 com 12 e entre as 17H00 e as 18H00 com 9, sendo esta freguesia a que apresenta mais volume de ocorrências da ZA do Posto de Vila Real de Santo António.

A Freguesia de **Vila Real de Santo António** registou um maior numero de ocorrências pelas 10H00 com 10 registos e a Freguesia de **Vila Nova de Cacela** às 11H00 com 7 e às 12H00 com 6 incidentes.

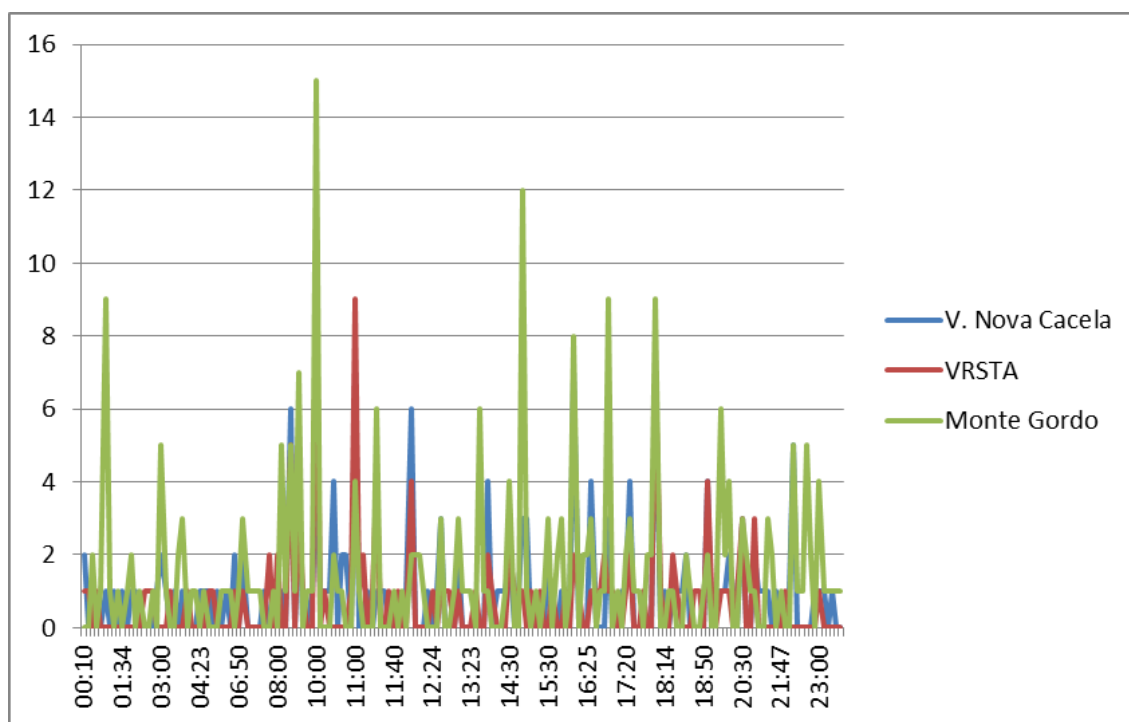


Gráfico 27- Hora ocorrência por freguesia, Pter.VRSTA, 2016, Fonte: Excel.

Data ocorrência

Ao longo do ano de 2016, a época em que se registaram mais ocorrências foi nos meses de julho e agosto com 7 registos cada.

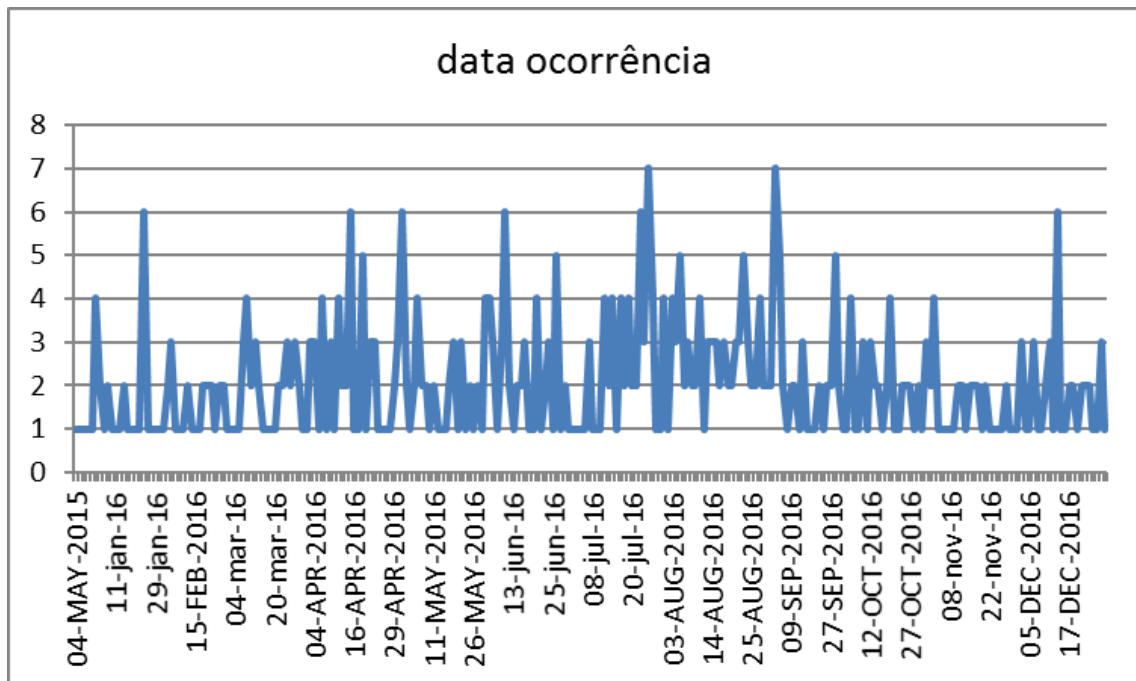


Gráfico 28. - Data ocorrência, ZA Pter VRSTA, ano 2016, Fonte: Excel.

Data ocorrência por Freguesia

A Freguesia de Monte Gordo apresenta registos de ocorrências de maior incidência em 24 de janeiro com 5, em 08 de junho de 2016 também com 5 e em 31 de agosto de 2016 igualmente com 5 registos.

A Freguesia de Vila Real Santo António apresenta um registo de maiores incidentes em 24 de julho de 2016 e a Freguesia de Vila Nova de Cacela em Vila Nova Cacela – 15 de abril, 26 de junho e 11 de agosto com 3 registo cada.

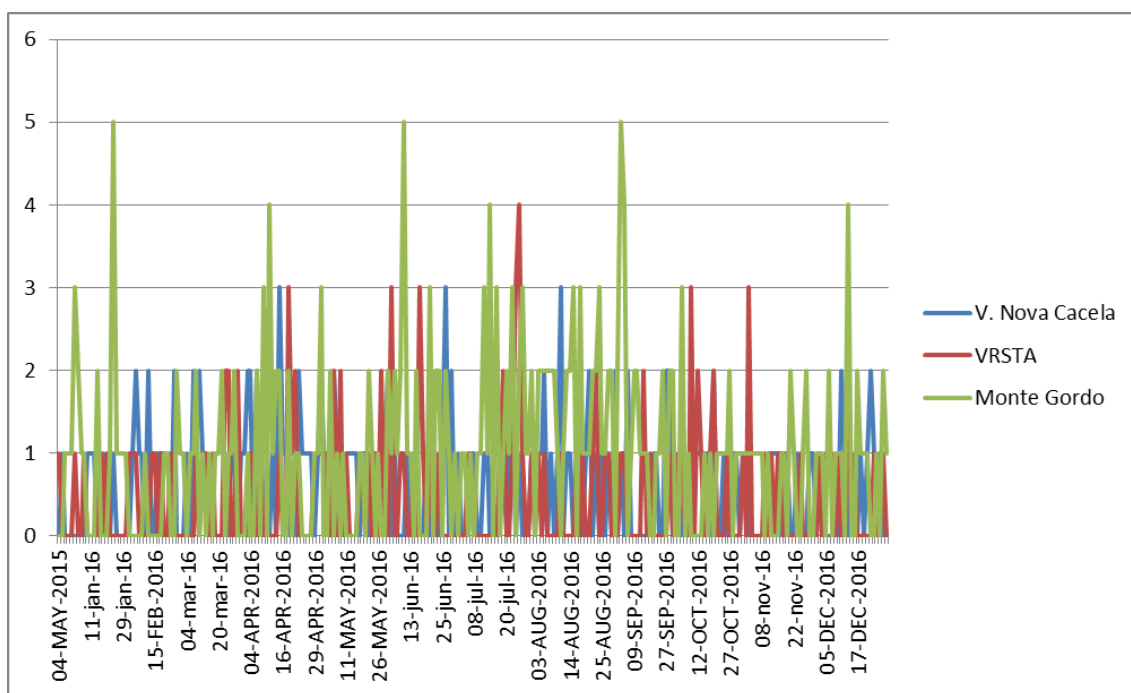


Gráfico 29 - Data ocorrência por freguesia Pter VRSTA, ano 2016 Fonte: Excel.

Caracterização das variáveis:

A nacionalidade do suspeito é maioritariamente desconhecida (231) seguido de portuguesa com 214 indivíduos e ucraniana com 8.

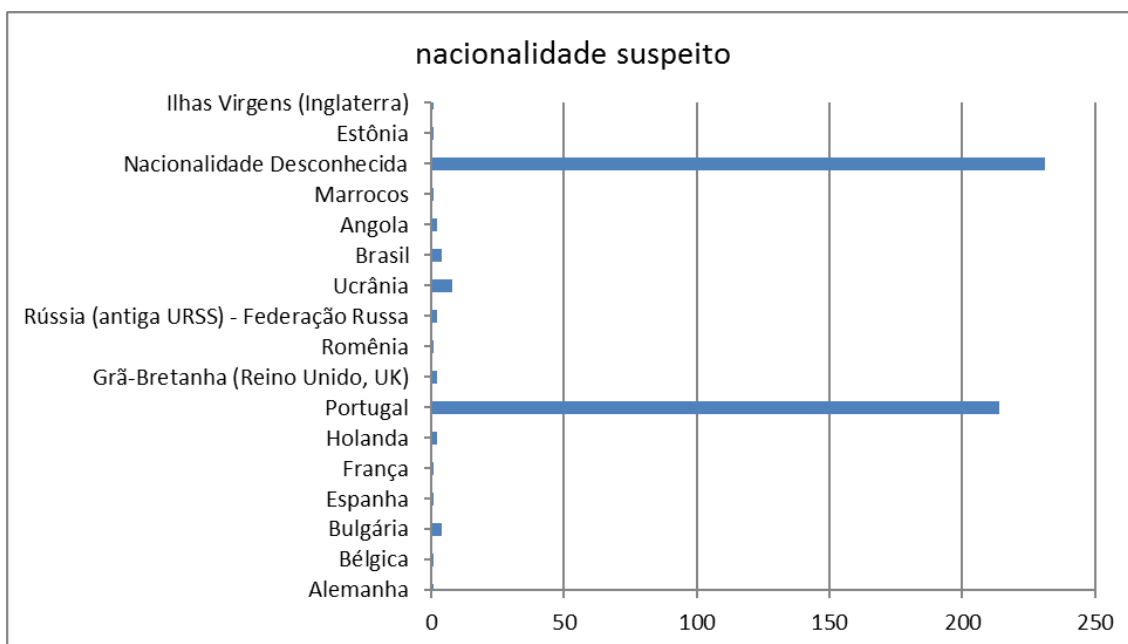


Gráfico 30. Nacionalidade suspeito ZA Pter VRSTA, ano 2016, Fonte: Excel.

A idade do suspeito é maioritariamente desconhecida (260), seguido da faixa etária dos 18 aos 24 anos (47) e dos 25 aos 34 anos também com 47 identificados.

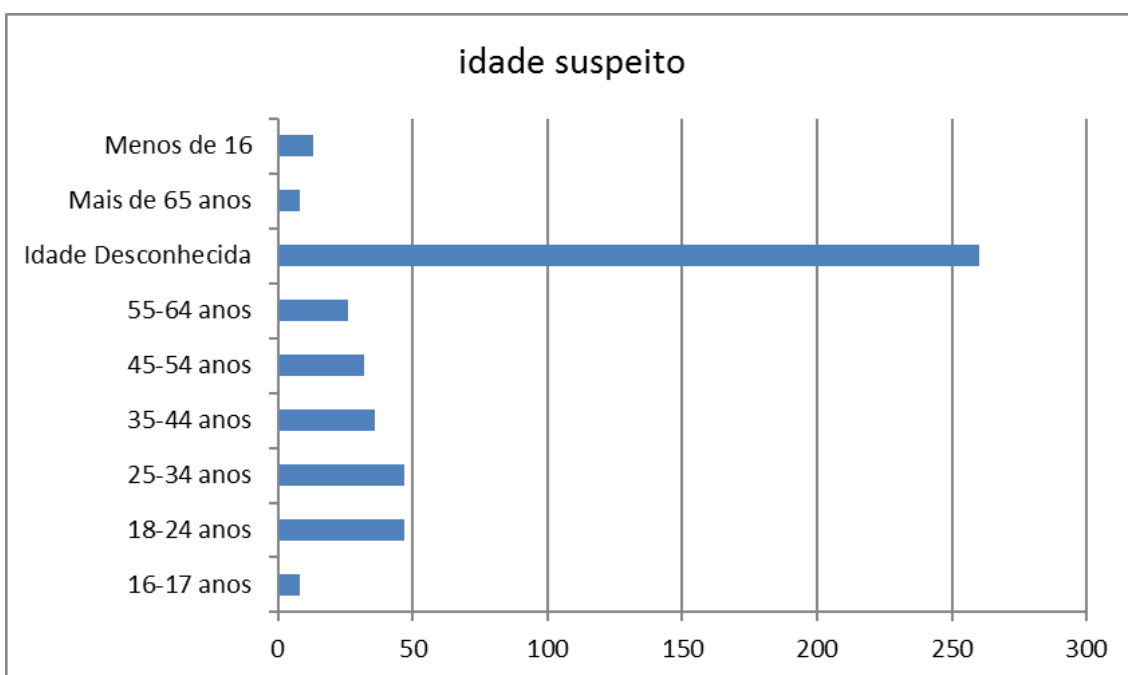


Gráfico 31. Idade suspeito, ZA Pter VRSTA, ano 2016, Fonte: Excel.

O sexo do suspeito é maioritariamente desconhecido (225), masculino (205) e feminino (47).

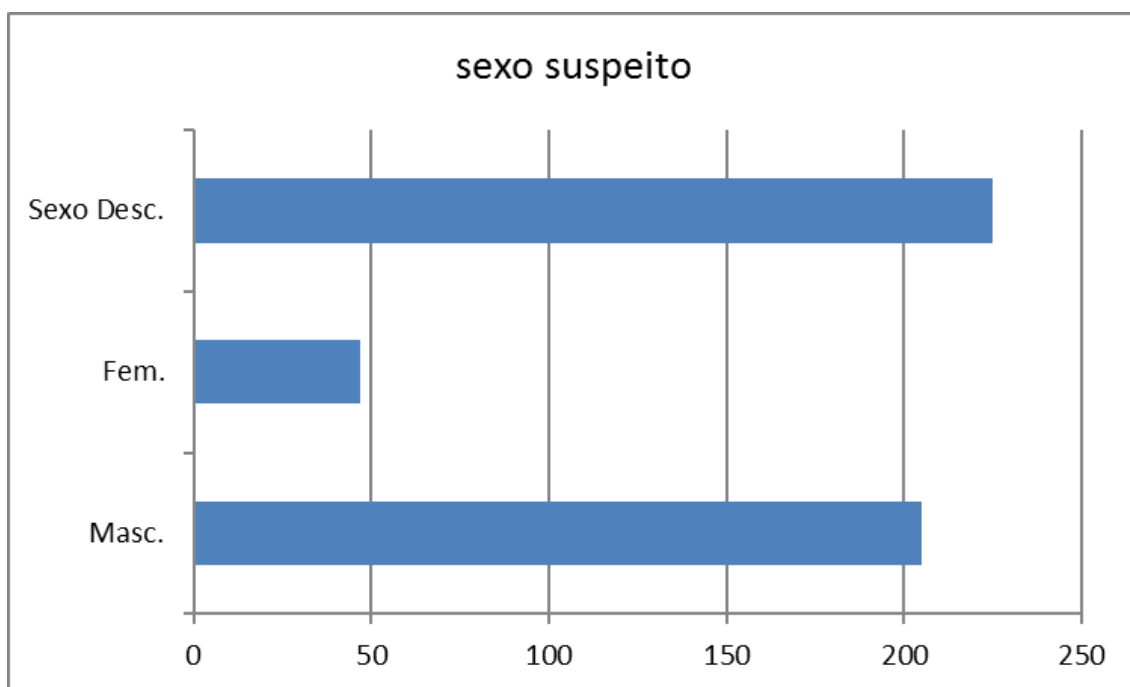


Gráfico 32. Sexo suspeito, ZA Pter VRSTA, ano 2016, Fonte: Excel.

A etnia do suspeito é maioritariamente de característica indeterminada com 265 indivíduos seguido de caucasiana com 164 e africana com 28 identificados.

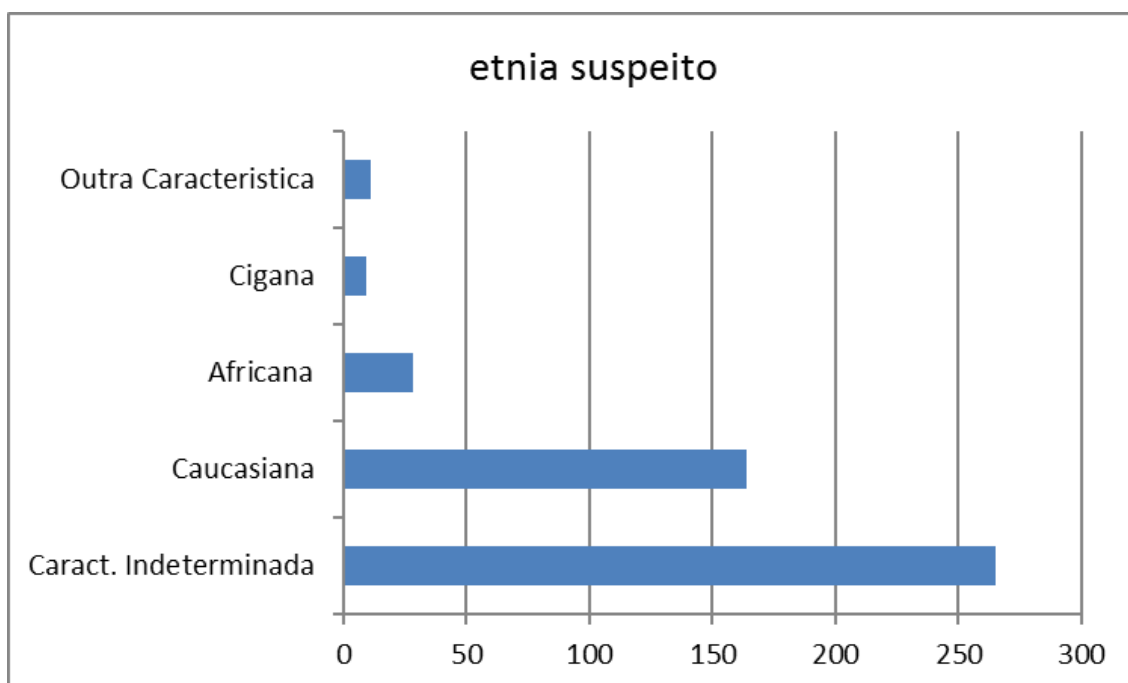


Gráfico 33. Etnia suspeito, ZA Pter VRSTA, ano 2016 Fonte: Excel.

A idade da vítima é maioritariamente desconhecida com 223 casos, seguido de não identificada com 163 e 30 casos na faixa etária dos 25 aos 34 anos.

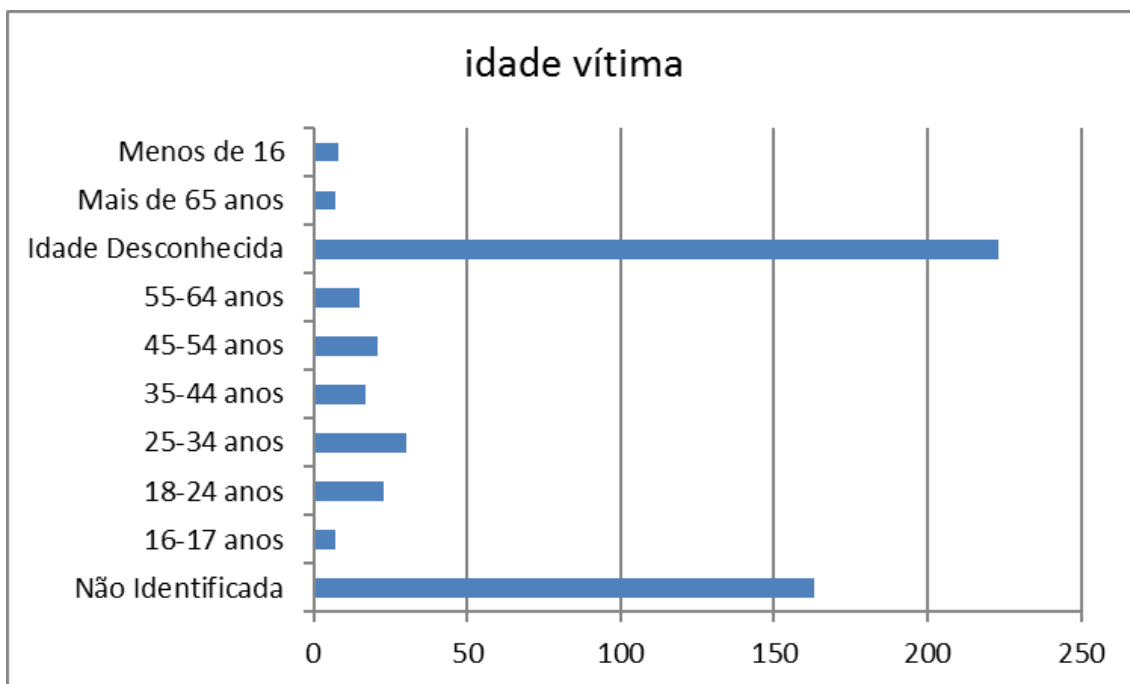


Gráfico 34. Idade vítima, Pter VRSTA, ano 2016, Fonte: Excel.

O sexo da vítima é maioritariamente masculino com 215 indivíduos, não identificado com 163 e feminino com 155.

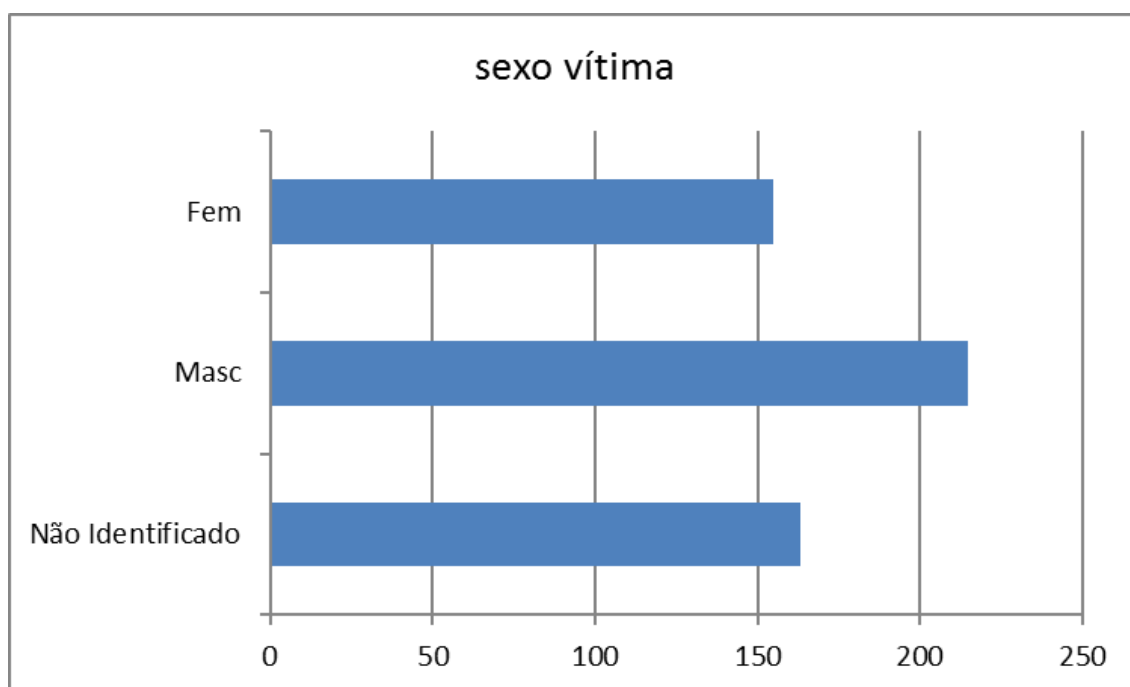


Gráfico 35. Sexo vítima, Pter VRSTA ano 2016, Fonte: Excel.

A nacionalidade da vítima é maioritariamente portuguesa (289) seguido de não identificada (162) e holandesa com 16 registos.

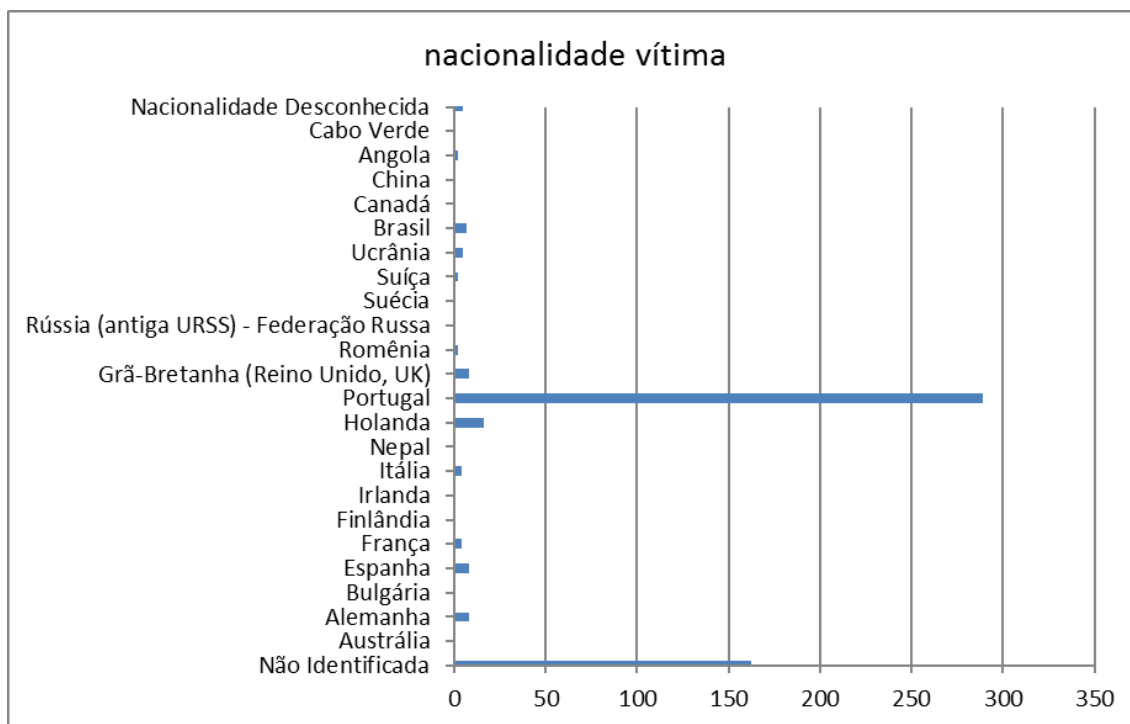


Gráfico 36. Nacionalidade vítima, Pter VRSTA, ano 2016 Fonte: Excel.

Desconhece-se maioritariamente a situação de consequências para a vítima (182), Não Identificada (163), 157 caso de feridos sem tratamento hospitalar e 29 feridos com tratamento hospitalar e 2 vítimas mortais.

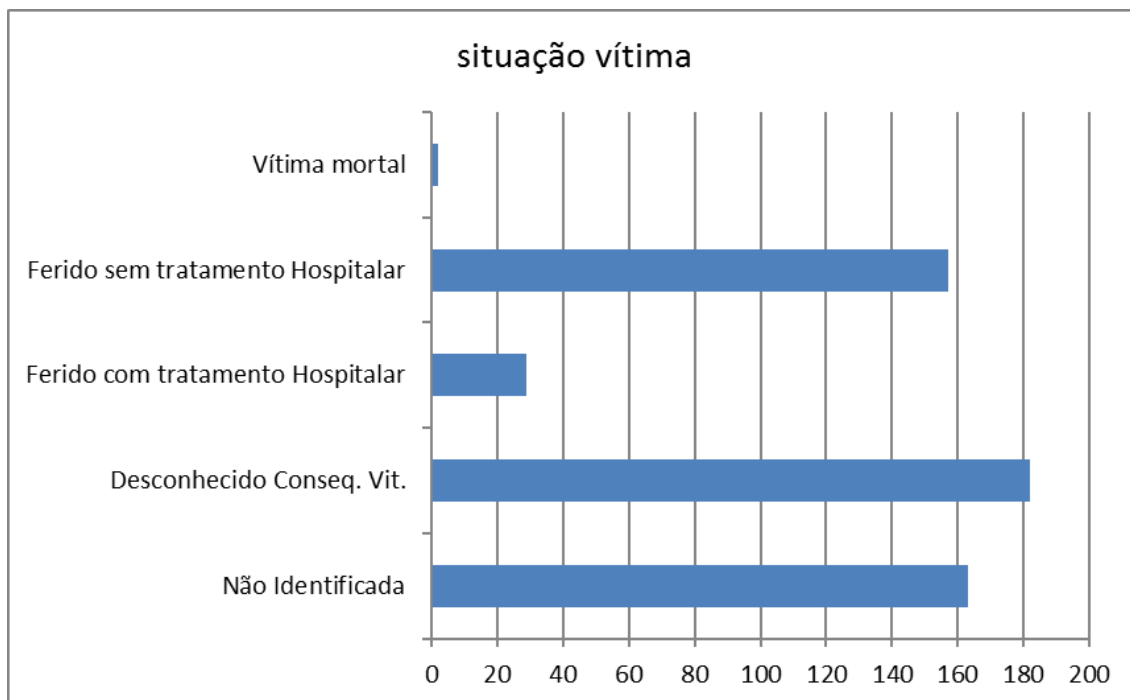


Gráfico 37. Situação vítima, Pter VRSTA ano 2016. Fonte: Excel.

8.1.3 Com os dados das ocorrências do Posto Territorial de Castro Marim obtiveram-se os seguintes resultados:

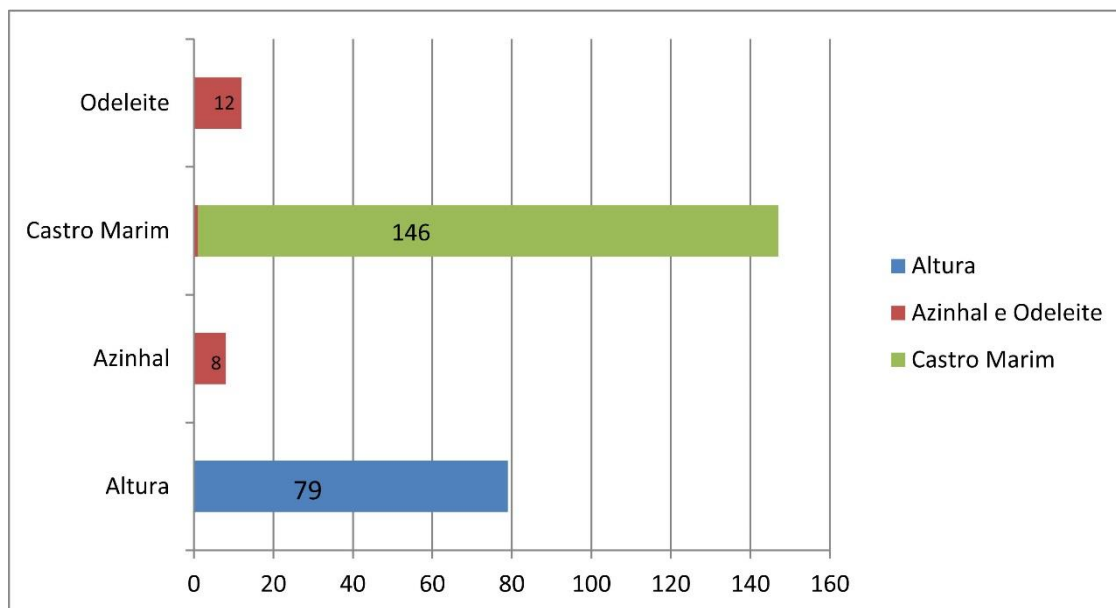


Gráfico 38. Ocorrências por freguesia, ZA Pter Castro Marim, ano 2016, Fonte: Excel.

No ano de 2016 registaram-se um total de 245 ocorrências tendo o maior número destas ocorrido na Freguesia de Castro Marim (146) seguido da Freguesia de Altura com 79 e Odeleite e Azinhal com 12 e 8 respetivamente.

TIPO DE INCIDENTE POR FREGUESIAS

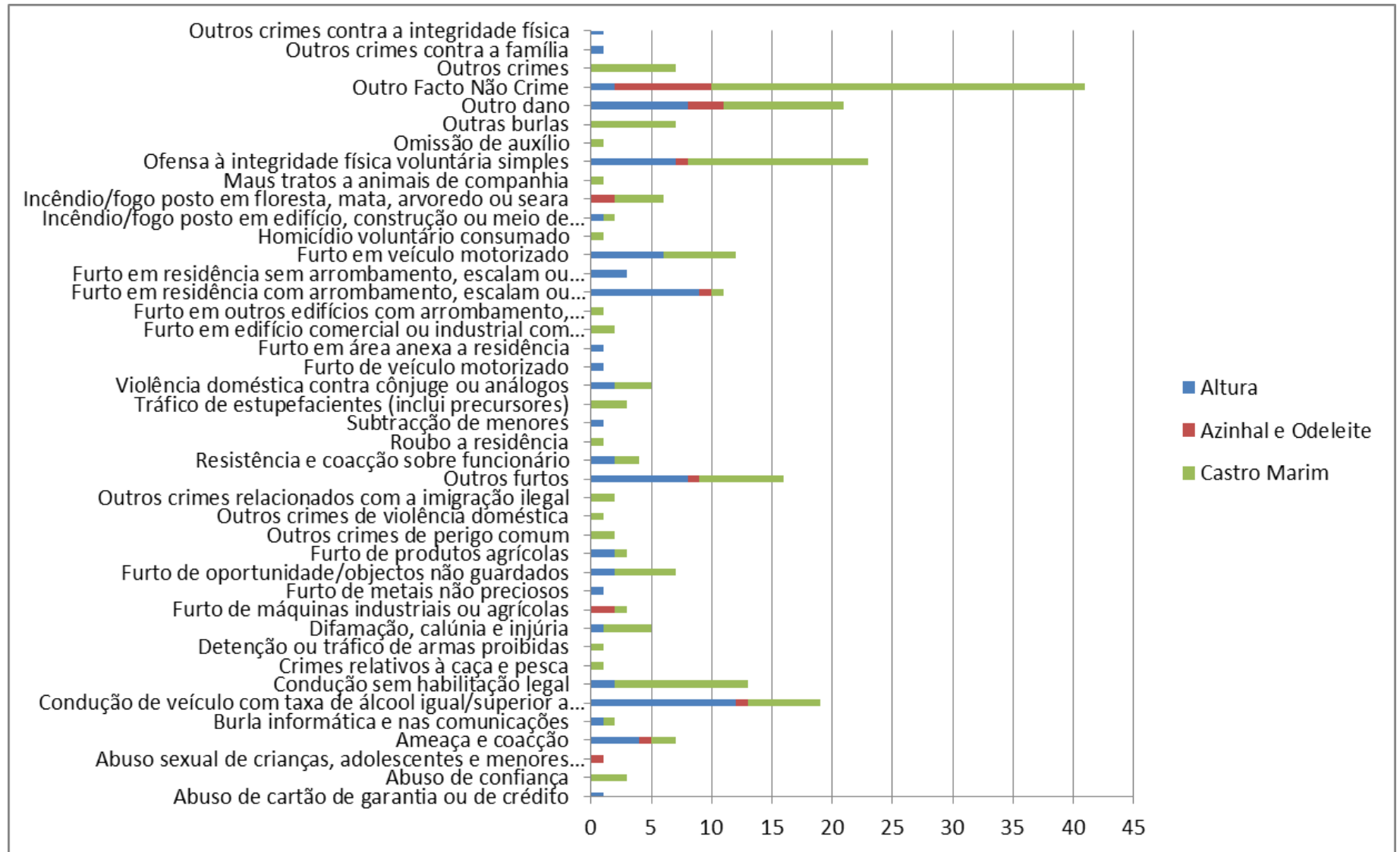


Gráfico 39 Tipo de incidente, Pter Castro Marim, ano 2016, Fonte: Excel.

Na área policiada pelo Posto Territorial de Castro Marim predominaram as ocorrências “outro facto não crime” com 31 registos, seguido da “ofensa à integridade física simples” (15), a “condução sem habilitação legal (11) registos, “outro dano” (10), “outras burlas” (7) e “furto em veículo motorizado” (6).

Na Freguesia de Castro Marim predominaram as ocorrências “outro facto não crime” (31).

Na **Freguesia de Castro Marim** predominaram as ocorrências de “outro facto não crime” com 31 registo, “ofensa à integridade física simples” com 15 e “condução sem habilitação legal (11).

Na **Freguesia de Altura** predominaram as ocorrências de “condução de veículo com taxa de álcool igual/superior a 1,2 g/l com 12 registos e “furto em residência com arrombamento, escalamento ou chaves falsas com 9 ocorrências.

Na **Freguesia de Azinhal e Odeleite** não existem registos que tenham expressão para a análise deste estudo.

Hora ocorrência

Durante o ano de 2016 a hora em que houve maior registo de ocorrências no ZA do Posto Territorial de Castro Marim foi às 10H00 e às 12H00, ambas com 11 registos e às 17H00 com 10 ocorrências.

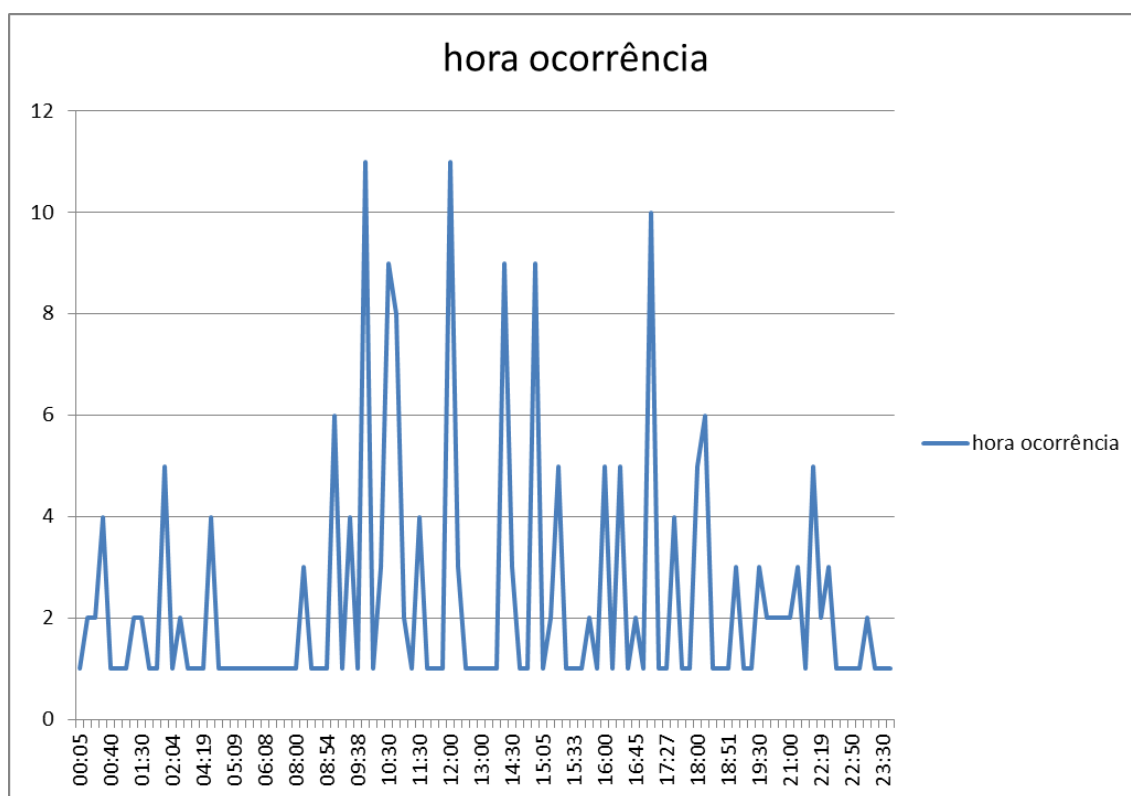


Gráfico 40. Hora ocorrência, ZA Pter Castro Marim, ano 2016Fonte: Excel.

Hora ocorrência por Freguesia:

Na área da **Freguesia de Castro Marim** a hora a que se registou maior numero de ocorrências foi às 12H00 com 9 registos, às 10H00 e às 10H30 com 8.

Na **Freguesia de Altura** registou-se maior número de ocorrências às 17H00 com 6 registos e às 15H00 com 5.

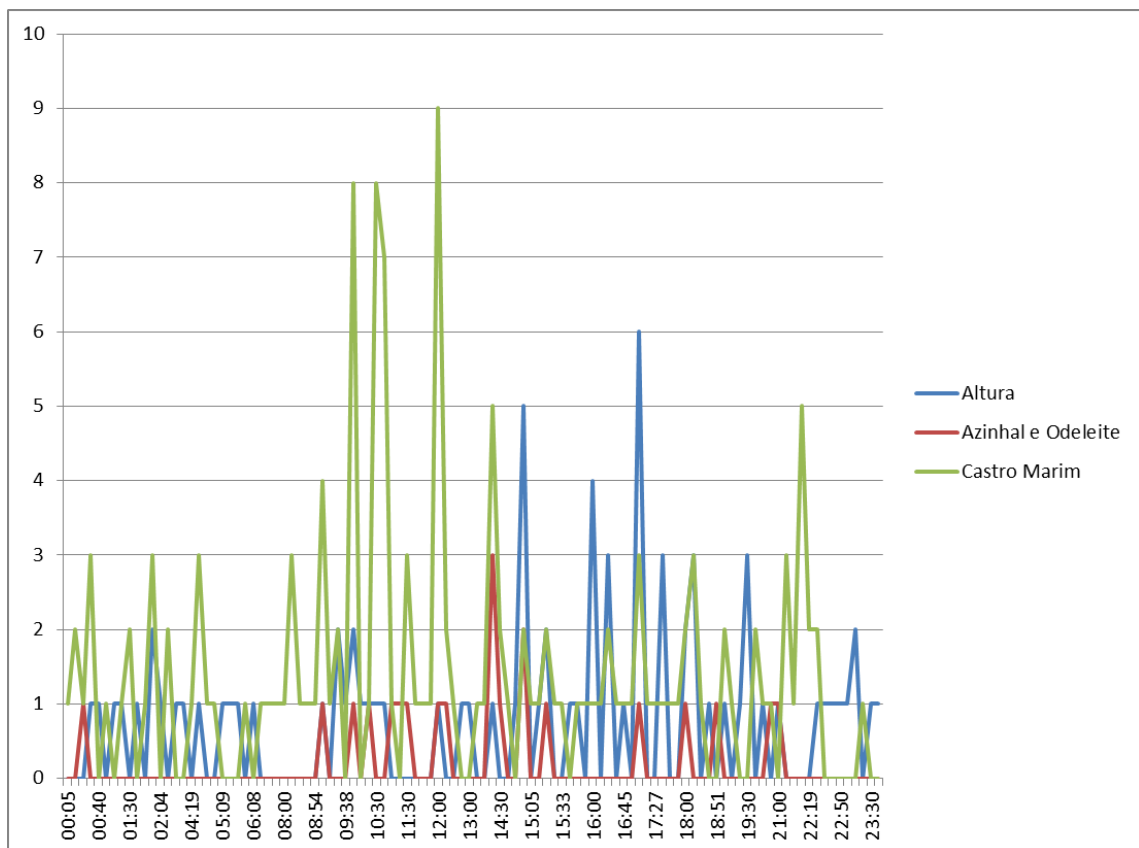


Gráfico 41. Hora ocorrência por Freguesia, ZA Pter Castro Marim, ano 2016, Fonte: Excel.

Data ocorrência:

A data em que se registaram mais ocorrências na ZA do Posto Territorial de Castro Marim foi em 12 de agosto com 5 registos.

Data ocorrência por Freguesia:

O maior número de registos ocorridos foi na Freguesia de Castro Marim com 4 incidentes a 11 de janeiro, 4 incidentes a 20 de maio e 4 a 23 de novembro.

Na Freguesia de Altura 3 incidentes em 30 de abril, 1 de julho, 5 de agosto e 12 de agosto.

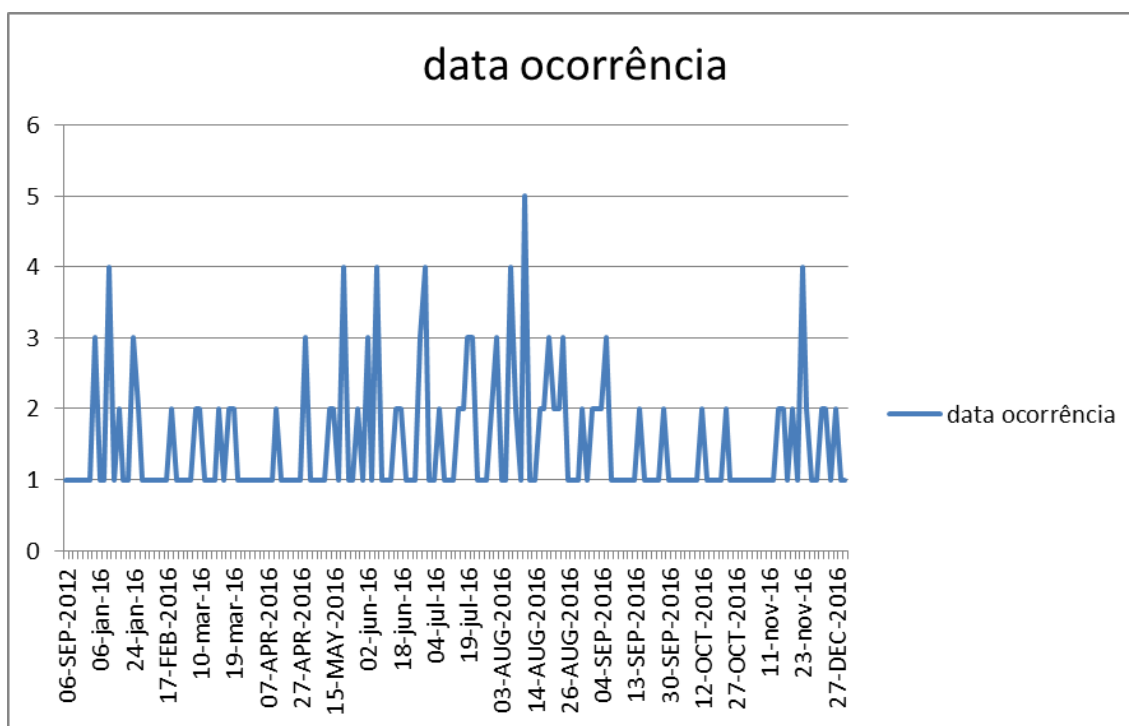


Gráfico 42. Data ocorrência, ZA Pter Castro Marim, ano de 2016, Fonte: Excel.

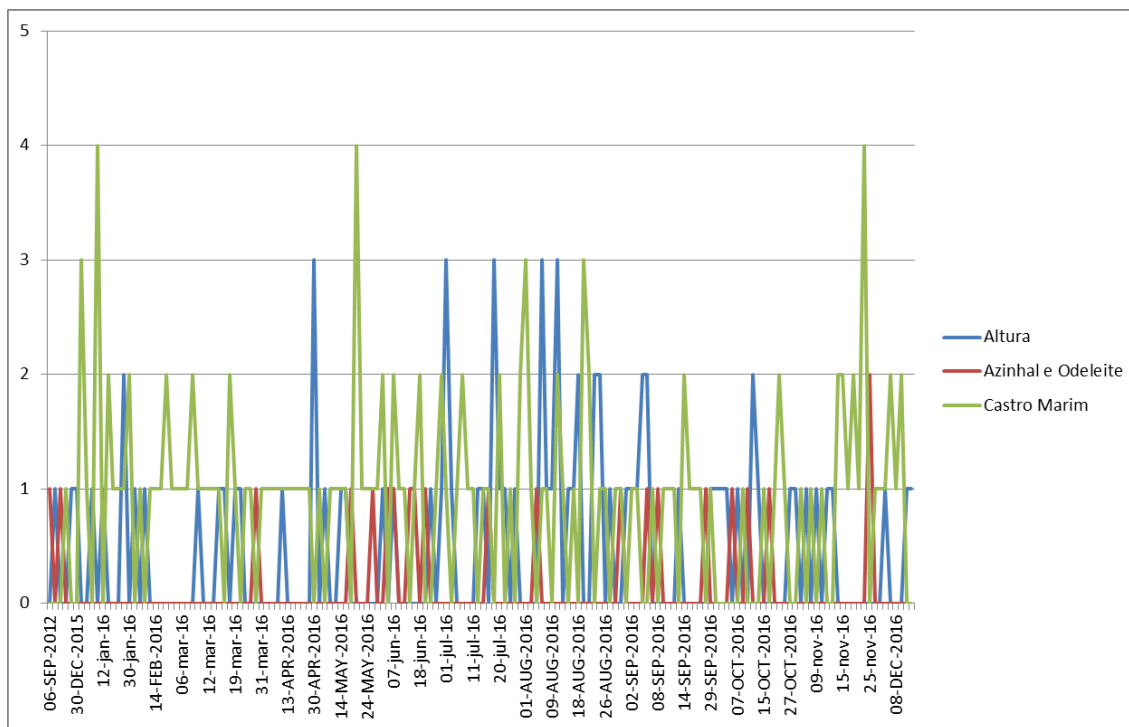


Gráfico 43. Data ocorrência por Freguesia, ZA Pter Castro Marim, ano de 2016, Fonte: Excel.

A nacionalidade do suspeito é maioritariamente portuguesa (106) e de nacionalidade desconhecida (77).

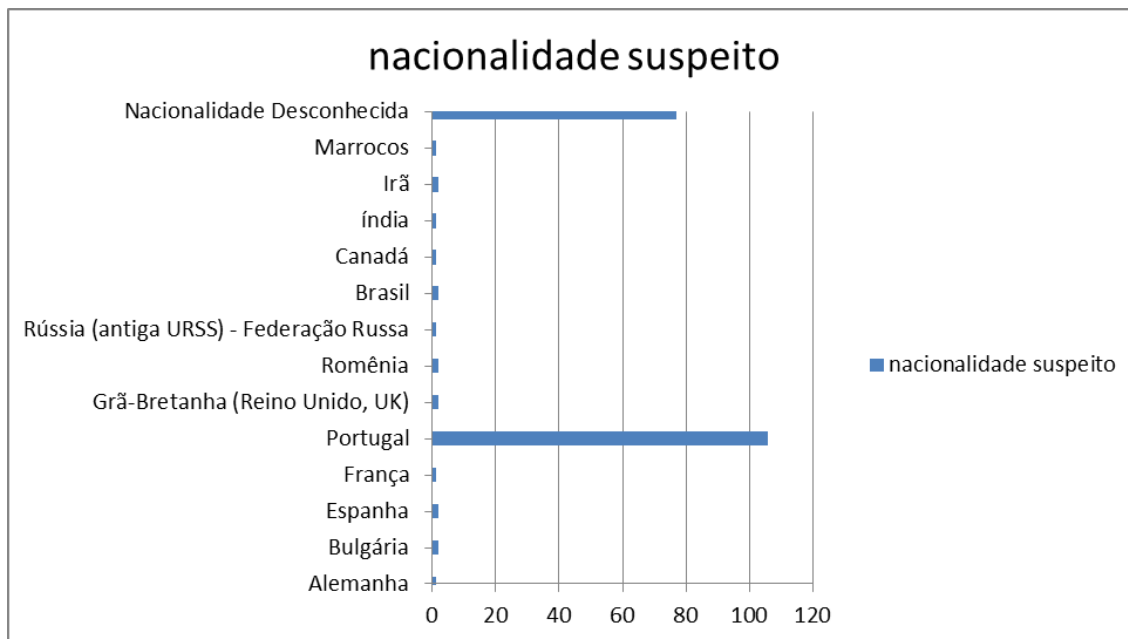


Gráfico 44. Nacionalidade suspeito, ZA Pter Castro Marim, ano 2016, Fonte: Excel.

A idade do suspeito é maioritariamente desconhecida (92) e de faixa etária dos 25 aos 34 anos (32).

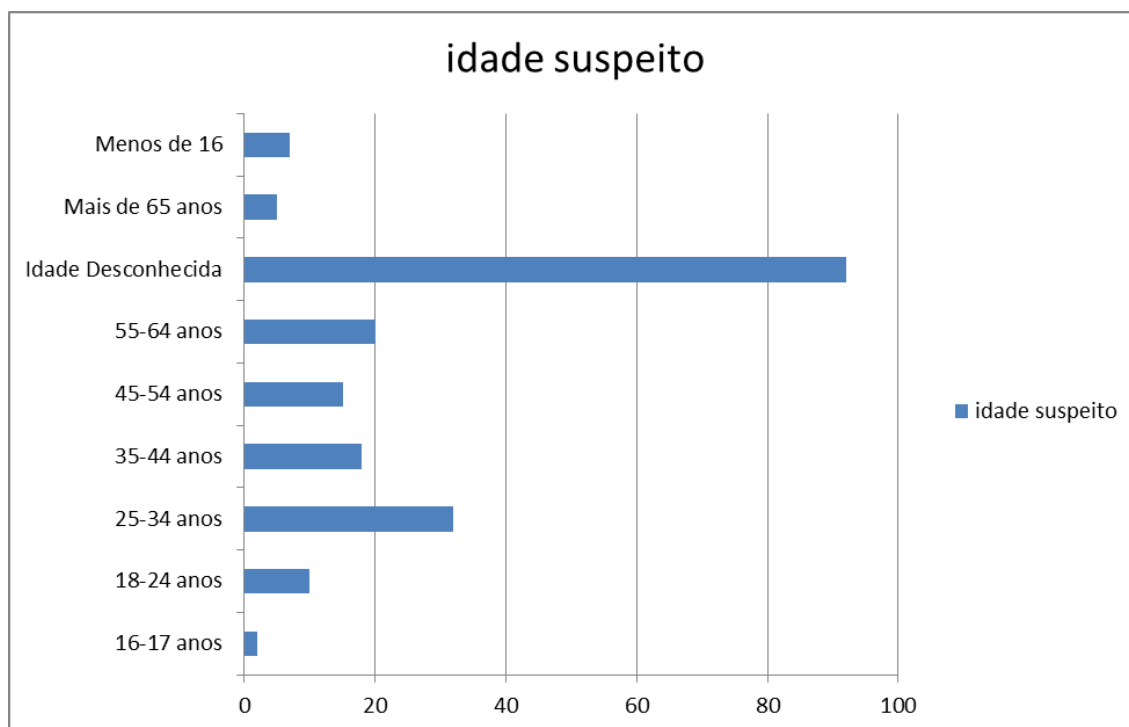


Gráfico 45. Idade suspeito, Za Pter Castro Marim, ano 2016, Fonte: Excel.

O sexo do suspeito é maioritariamente masculino (106) seguido de sexo desconhecido (80) e feminino (15).

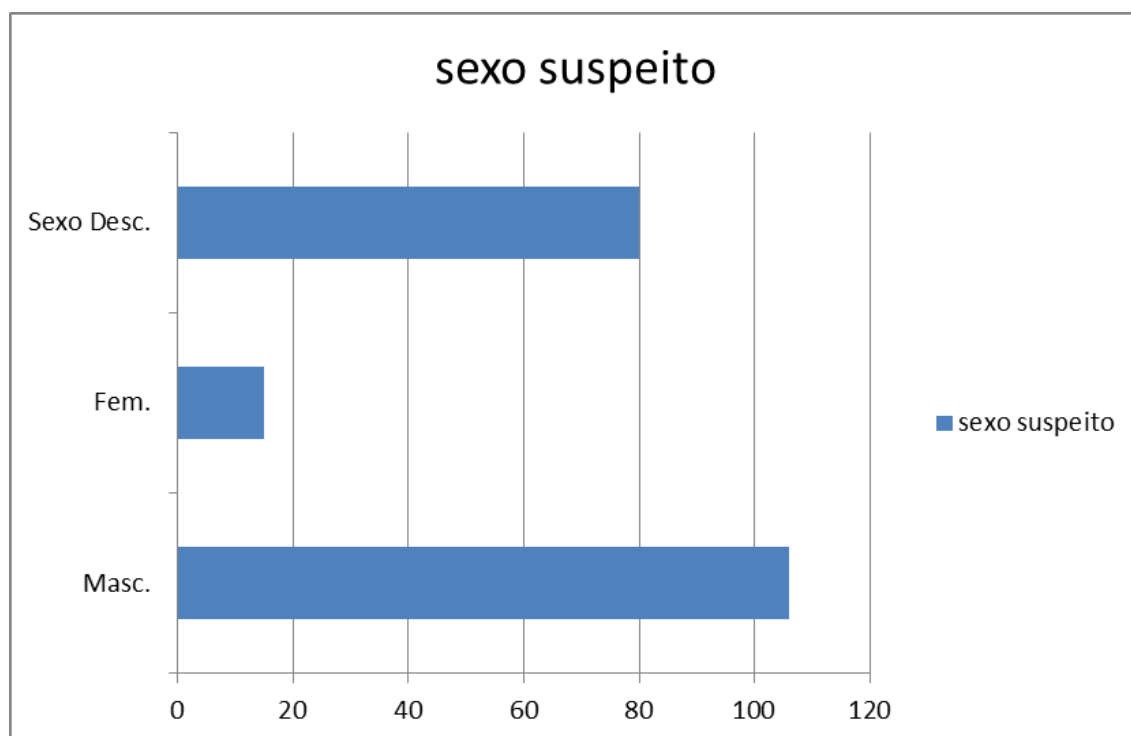


Gráfico 46- Sexo suspeito, ZA Pter Castro Marim, ano 2016, Fonte: Excel.

A etnia do suspeito é maioritariamente de característica indeterminada (95), seguido de caucasiana (71) e africana (33).

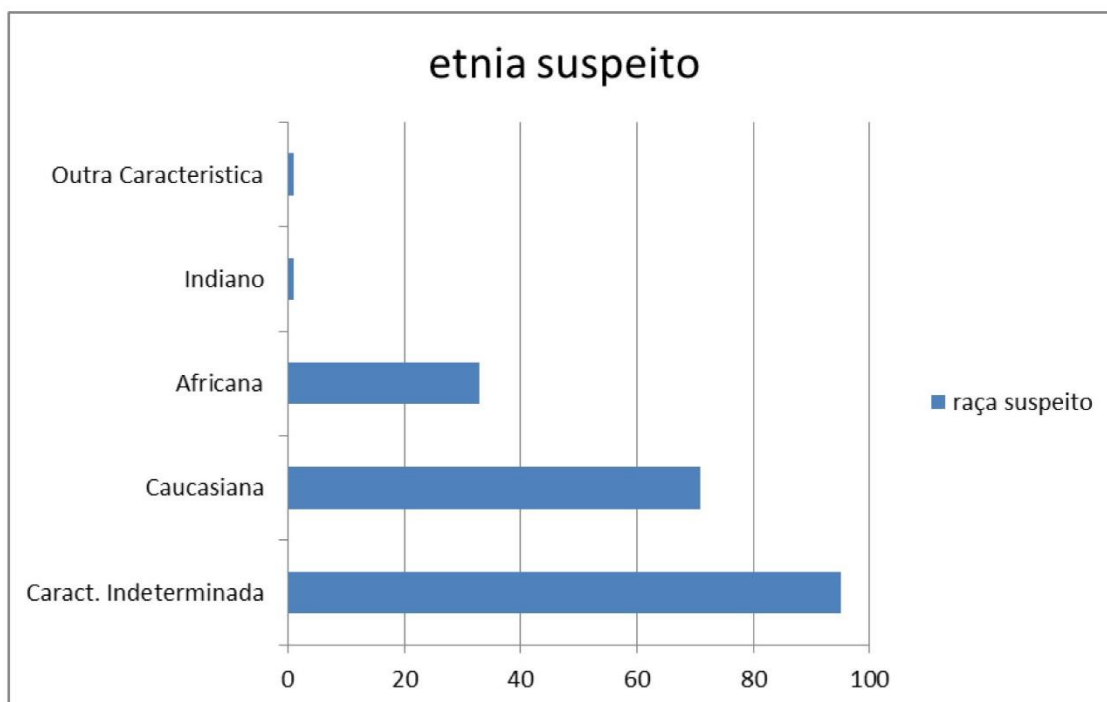


Gráfico 47. Etnia suspeito, ZA Pter Castro Marim, ano 2016 Fonte: Excel.

A idade da vítima é maioritariamente não identificada (103), de idade desconhecida (71) e entre os 45 e os 54 anos (14).

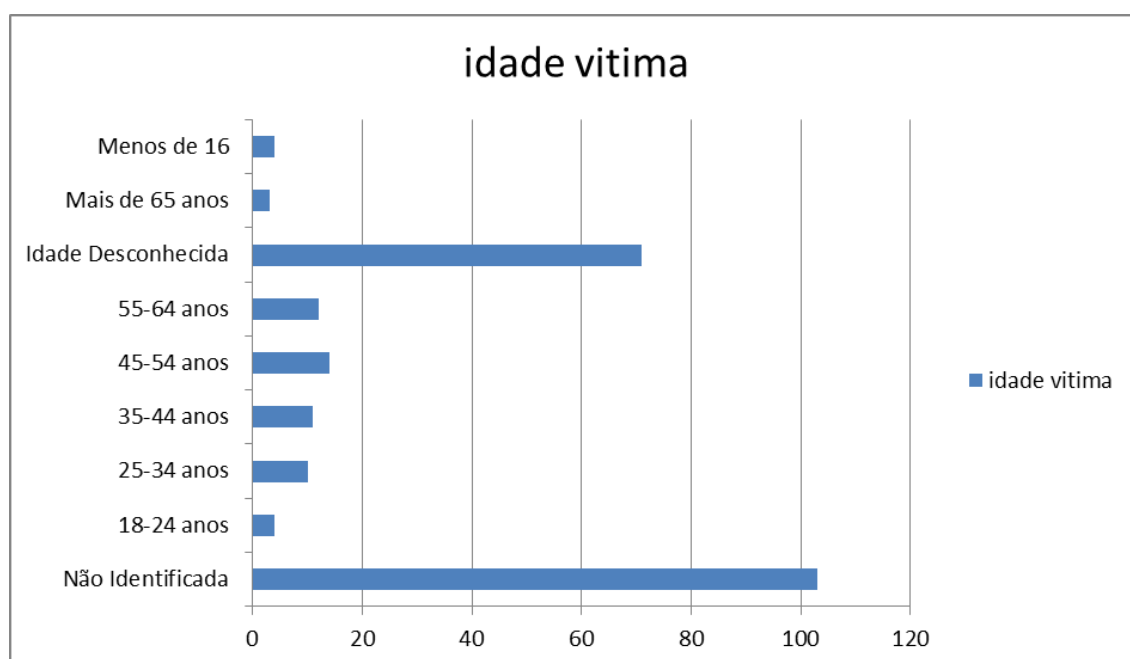


Gráfico 48. Idade vítima, ZA Pter Castro Marim, ano 2016 Fonte: Excel.

O sexo da vítima é maioritariamente não identificado (103), masculino (93) e feminino (50).

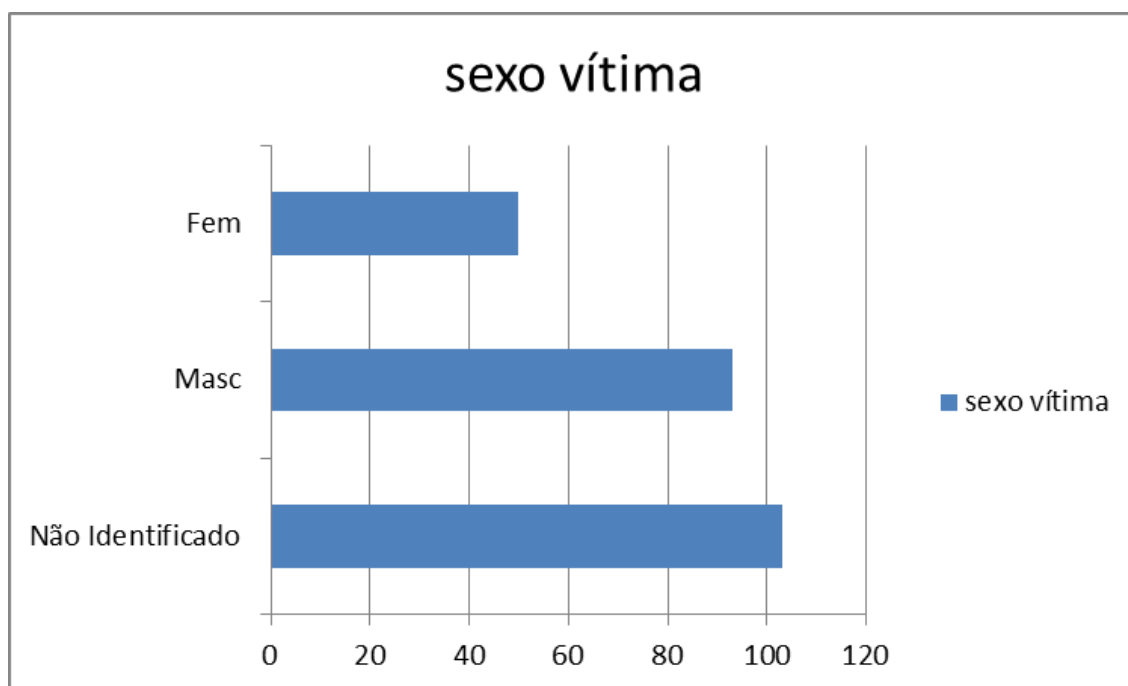


Gráfico 49. Sexo vítima, ZA Pter Castro Marim, ano 2016 Fonte: Excel.

A nacionalidade da vítima é maioritariamente portuguesa (114), não identificada (103), holandesa (5) e de nacionalidade desconhecida (6).

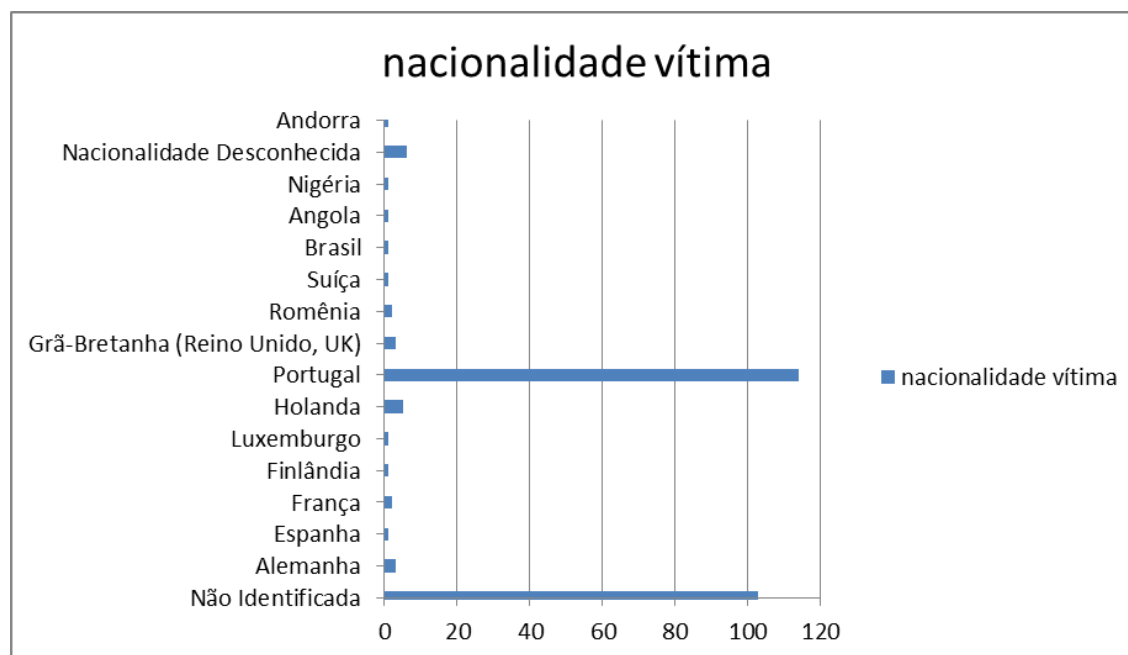


Gráfico 50. Nacionalidade vítima, Pter Castro Marim, ano 2016 Fonte: Excel.

A situação hospitalar da vítima é maioritariamente não identificada (103) seguido de ferido sem tratamento hospitalar (75) desconhecido consequência para a vítima (53), ferido com tratamento hospitalar (14) e vítima mortal (1).

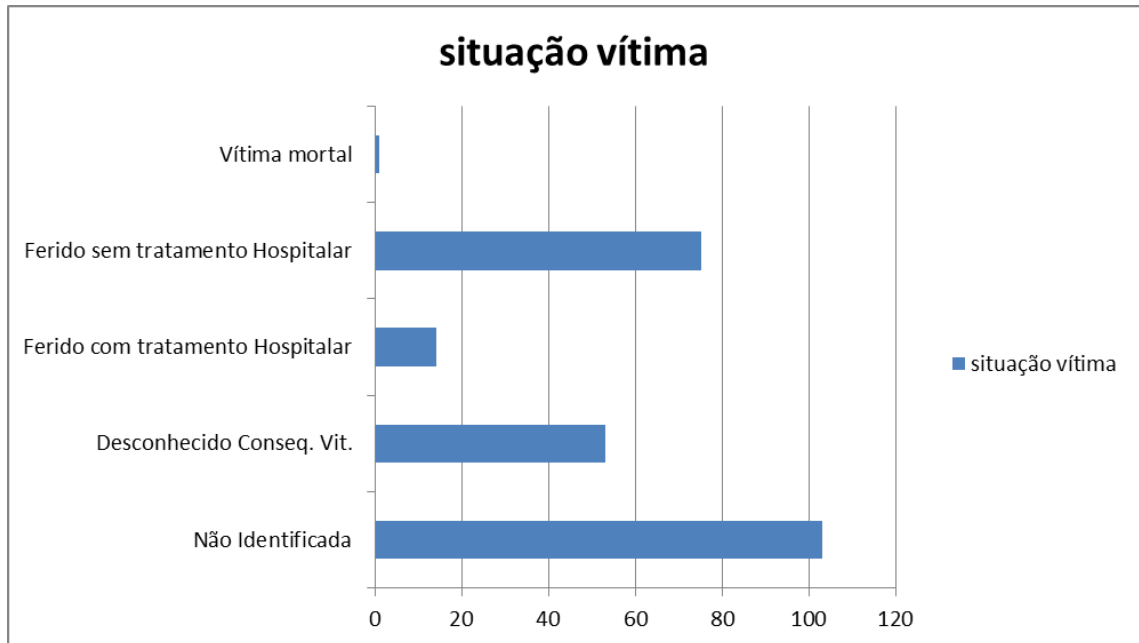


Gráfico 51 – Situação vítima, ZA Pter Castro Marim, ano 2016 Fonte: Excel.

Capítulo 9. CONCLUSÕES, PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES.

As conclusões do estudo pretendem abordar propostas, que podem ser tidas em conta pelo Comandante de Destacamento, ou escalão de comando superior, na abordagem de medidas de prevenção criminal e na gestão eficiente de meios ao dispor da Guarda.

Não é, de todo, o objetivo do autor, corrigir quem tem poder de decisão hierárquico, mas sim dar um contributo válido no apoio e aconselhamento ao Comando da atividade operacional, recorrendo à metodologia científica.

Nas variáveis analisadas às ocorrências dos Posto Territoriais, parece não haver grande relação direta entre elas, sendo os casos ocorridos decorrentes da tipicidade social, económica e conjuntural que se vive em cada localidade e no país.

Não é seguro à partida, num curto período de tempo (1 ano) aferir grandes relações, entre causa e efeito de variáveis, ou que uma possa ser decorrente de outra.

Notoriamente a frequência de delitos aumenta na época de veraneio, fruto da grande afluência de população à região.

Quanto aos indicadores de vitimização este são definidos como medidas-síntese que contêm informação relevante sobre determinados atributos em conjunto que podem refletir a situação de uma população.

Jannuzzi (2001,) afirma que o indicador social é um instrumento operacional para o monitoramento da realidade social.

Este mesmo autor também classifica os indicadores segundo a área temática, a objetividade e subjetividade, os aspetos descritivos e normativos, a complexidade na construção, os fatores relevantes para análise e os critérios de avaliação.

Portanto, a construção de indicadores é necessária para a avaliação de desempenho e da gestão, mas essa construção deve ser pautada em critérios que impactam

diretamente na qualidade desses indicadores.

Na ZA do Posto Territorial de Tavira o tipo de incidente mais frequente é o furto em residência com arrombamento, escalamento ou chaves falsas.

Esta frequência de delitos pode-se atribuir ao elevado número de residências de população estrangeira que somente as ocupa em curtos períodos de tempo anual, ficando estas sem habitantes a maior parte do ano.

Na ZA do Posto de Vila Real de Santo António os tipos de incidentes mais frequentes são a ofensa à integridade física voluntária simples e outros furtos.

Na ZA do Posto Territorial de Castro Marim os tipos de incidentes mais frequentes são ofensa à integridade física voluntária simples, condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1.20 g/l e outros furtos.

Reportando aos indicadores do estudo e às respetivas zonas de ação, a definição dos giros e patrulhas com base nas ocorrências registadas, criminais ou não criminais requer um direcionamento específico de meios humanos e materiais que visam a máxima eficiência da capacidade de resposta das forças de segurança e boas práticas na utilização dos recursos existentes.

A prática do patrulhamento de giro livre não deve ser adotada, ou quando circunstancialmente utilizada, deve ser sempre acompanhada de uma cultura de prevenção criminal, sendo um procedimento a adotar pela estrutura de Comando, supervisão e agentes de autoridade.

A capacidade de análise criminal e indicadores de vitimização tornaram-se um imperativo na nova geração de forças de segurança.

Ao nível de Destacamento e Posto propõe-se que sejam feitos investimentos em ferramentas tecnológicas de interpretação de dados para rastrear e analisar as ocorrências no terreno, munindo os escalões de comando com a informação necessária, em tempo real, e com a finalidade de ser o mais precoce possível na capacidade de resposta.

Utilização de software como o “CompSTaT”, “SIG”, “GEODA” ou “CrimeMapping” seriam de extrema utilidade para o escalão de comando mais próximo das populações, assim como para o patrulheiro, que estaria munido de mais informação imediata e on-line, da realidade onde atua.

O resultado das observações da análise estatística multivariada sugere que o concelho de Tavira e o Posto Territorial de Tavira é o que regista maior número de incidentes registados e essa mesma análise definiu um “hotspot” na União de Freguesias de Conceição e Cabanas de Tavira de criminalidade de furtos a residências com escalamento e chaves falsas e furto a residências sem arrombamento, escalamento e chaves falsas.

O número de furtos desta tipologia é elevado ao longo do ano de 2016, e a verificar-se a continuidade destes incidentes o seu combate terá que ser insidioso.

O modelo de Koper Curve sugere que o patrulhamento focado e intermitente dos hotspots que reduzem a taxa de criminalidade, substancialmente.

Este patrulhamento poderá ser efetuado por uma patrulha focada para este tipo de combate à criminalidade na Zona de Ação e também ser patrulhada por militares de serviço às ocorrências, a fim de aumentar a visibilidade, mesmo que por curtos períodos de visita, especialmente em intervalos de tempo de chamadas.

Uma outra forma de aumentar a eficiência na redução da criminalidade poderá ser a criação de equipas, para o policiamento orientado para os problemas, neste caso para o combate ao furto em residência (programa residência segura já existente, mas com reforço de efetivo).

Também na área policiada pelo Posto Territorial de Tavira, na Freguesia de Santa Luzia, ocorreu um elevado número de furto em veículo motorizado (16).

Fundamentado pela elevada afluência turística às praias do Barril e Terra Estreita, os veraneantes tendem a negligenciar o estacionamento de veículos, não precavendo a sua segurança proactiva, origina-se a oportunidade de furto enquanto o veículo está estacionado longe da vigia dos proprietários que gozam a época de veraneio na praia.

O patrulhamento a adotar poderá ser o de visibilidade e foco em hotspot, principalmente na época de veraneio e sensibilização dos turistas visitantes para proatividade e prevenção ao furto de e em veículo.

Poderá recorrer-se a cartazes, sinalética e câmaras de vigilância nas áreas mais propensas a furtos como parques de estacionamento, locais de restauração e transportes públicos.

O concelho de Vila Real de Santo António regista o segundo concelho com mais ocorrências registadas (533), sendo a freguesia de Monte Gordo a mais afetada com crimes de danos, furtos de oportunidade de objetos não guardados e outros furtos.

A implementação do sistema de “crime mapping” poderá ser muito útil para a informação e prevenção da comunidade em relação a esta tipologia criminal.

O modelo de patrulhamento poderá incidir sobretudo na visibilidade auxiliado por um modelo de “intelligence led policing”, que desta forma facilitará a identificação dos infratores que estão na origem dos delitos.

A freguesia de Vila Nova de Cacela também apresenta números de veículos furtados elevados (17), pelo que o tipo de patrulhamento a adotar poderá ser o de visibilidade e foco em “hotspot”, principalmente na época de veraneio, publicitando por meio de sinalética a advertência à precaução de furtos.

A violência doméstica também se revela uma preocupação elevada com um número de 15 incidentes registados. A prevenção e ação de sensibilização para esta temática poderá ser direcionada para esta área com recurso à intervenção de associações especializadas

como a APAV (Associação de Apoio à Vítima) e militares que estejam aptos com formação nesta área.

Na freguesia de Vila Real de Santo António existem incidentes registados de furto por carteiristas, pelo que o patrulhamento de visibilidade em “hotspots” poderá contribuir para uma significativa redução deste delito.

A freguesia de Castro Marim não apresenta índices preocupantes de criminalidade, mas não deixa de ter toda a importância a adoção do modelo de policiamento Koper Curve.

O patrulhamento do litoral na freguesia de Altura poderá priorizar o combate ao crime de furto em residência através de patrulhamento de visibilidade e foco em hotspots no litoral onde estão localizadas as praias de maior afluência turística, em época de veraneio.

Para esta freguesia poderá ser direcionada equipas de policiamento orientado para os problemas, neste caso para o combate ao furto em residência.

9.1 VIATURAS INSTITUCIONAIS.

A área dos concelhos de Tavira, Castro Marim e Vila Real de Santo António, é caracterizada pelo litoral e barrocal, sendo o concelho de Alcoutim caracterizado pela zona serrana.

Conforme a distribuição de efetivo de patrulhamento para cada local, este deve ser apoiado com os meios adequados à eficiência de recursos e operacionalidade.

O parque automóvel existente acusa uma média de idade igual ou superior a 10 anos, pelo que os gastos despendidos em combustível e manutenção destes veículos representa um enorme dispêndio de recursos financeiros, quer na aquisição de combustível para consumo, quer na reparação mecânica.

Pelas suas características morfológicas, o patrulhamento da zona da serra é patrulhado e realizado em veículo todo o terreno.

O investimento em ciclomotores para patrulhamento da zona da serra deverá ser equacionado pelas suas características de fácil mobilidade e consumo reduzido.

A utilização deste tipo de veículo é viável durante um longo período anual (+ de 6 meses por ano) devido às boas condições climáticas existentes.

Nas zonas do barrocal, a utilização de veículos ligeiros ou moto poderá ser adequada, mais ainda se se optar por uma solução de aquisição de veículos de baixo consumo ou híbrido.

No litoral é viável a aquisição de veículos elétricos para o patrulhamento das zonas turísticas. O investimento em veículos de propulsão elétrica poderá ser uma forma de eficiência para o patrulhamento do litoral, visto que a zona é plana e a área a patrulhar durante um serviço de 8 horas, está dentro da autonomia de um veículo destas características (autonomia de + de 300kms), além de serem substancialmente ecológicos.

A aquisição e utilização bicicletas para o patrulhamento das zonas litorais em épocas de veraneio também pode ser equacionada devido ao baixo custo que representa e elevada mobilidade.

9.1.2 RECURSOS HUMANOS E TECNOLÓGICOS.

Por o litoral ser uma zona de forte atividade turística, os agentes de autoridade deveriam frequentar formações ou especializações de línguas estrangeiras e diversas formações no âmbito do turismo, como a especialização no atendimento a turistas e a estrangeiros vítimas de crime.

A criação de uma aplicação móvel que indique o atendimento policial mais próximo do visitante, que inclua contatos dos Postos da GNR mais próximos, “hotspots”, vulnerabilidades, horas críticas, indique conselhos de segurança para a comunidade local e para turistas e chamadas de emergência.

Existem um elevado número de vítimas no escalão etário entre os 25 e os 34 anos e os agentes de autoridade deverão sensibilizar e estar sensibilizados para com esta faixa etária de vítimas, especialmente no apoio pós- crime.

Investimento em plataformas “crime-mapping” como meio de informação à sociedade civil acerca do ambiente criminal na ZA de ação do Destacamento Territorial de Tavira, e que desta forma seja incentivada a comunidade local a colaborar com as autoridades na prevenção de crimes, mais propriamente em tomarem medidas de proteção que ajudem a diminuir a ocorrência de delitos.

Formação de elementos em pesquisa e análise de informação e dados, ao nível de destacamento e posto territorial para utilização de plataformas “Crime Mapping”, “Compstat”, “SIG”, “CrimeStat III” e “GeoDA”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, Armando Carlos (2008), *Em Busca de uma Sociologia da Polícia*, Edição Revista Guarda Nacional Republicana, Sociedade Industrial Gráfica, Lisboa.

Atallah, Álvaro Nagib, *Medicina Baseada em Evidências: O elo entre a boa ciência e a boa prática* (Paper).

Azevedo (2017), Ana Margarida, *A gestão estratégica de recursos humanos e a estratégia competitiva – estudo de caso*, Dissertação de Mestrado em Economia e Administração de Empresas, Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Bayley H. David (2006), *Padrões de policiamento, uma análise comparativa internacional*, tradução René Alexander Belmonte, 2ª edição, Universidade de São Paulo, Brasil.

Bonnet, Bernard (1993), *L'Adaptation du Modele Français de Police aux Demandes Locales de Sécurité*, In Les Cahiers de la Sécurité Intérieure, nº 13 Paris: La Documentation Française, Paris.

Bovaird, Tony (2003). *Public Management and Governance*. England: Routledge

.

Brito, João Miguel Ribeiro de (2010), *O modelo de polícia dos postos da Guarda*, dissertação de mestrado, Faculdade de Direito da Universidade Nova, Lisboa.

Bureau of Justice Assistance, Police Executive Research Forum (2013) *COMPSTAT: Its origins, evolution and future in law enforcement agencies*, Washington DC.

Burgess, G. Robert (1997) *A pesquisa no terreno-uma introdução*, Celta Editora, Oeiras.

CashMore; Carol; Richard; Lyall (1991) *Business Information: systems and strategies*, Prentice Hall. EUA.

Cochrane, Archie (1972) *Effectiveness and Efficiency: random reflections on health services*, Nuffield Provincial Hospitals Trust, London.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (2013) *Algarve preparar o futuro - Diagnóstico prospetivo 2014-2020*, Versão Aprovada pelo Conselho Regional a 22 de março de 2013.

Crompton, John L (2003) *Adapting Herzberg: A Conceptualization of the Effects of Hygiene and Motivator Attributes on Perception of Event Quality*. *Journal of Travel Research*, vol. 41, pp. 305-310, First Published Feb 1.

Crompton, John L, McKay Stacey L. (1997), *Motives of visitors attending festival events*, *Annals of Tourism Research*, Vol. 24, nº2.

Crompton, John L. (1979), *Motivations for pleasure vacation*, *Annals of Tourism Research*.

Cunha, Licínio (2006) *Economia e Política do Turismo*, Editorial Verbo, Lisboa.
em Perspetiva, Vol. 12, Nº 22, 1º Semestre. estratégias competitivas e práticas de gestão de pessoas, *Revista Ciências Sociais*.

Domingues, C. (1990): *Dicionário Técnico de Turismo*, Editorial Verbo, Lisboa.

Evidence Based Policing: the basics study guide, (2012) *Matrix Demonstration Project*, *Center for Evidence-Based Crime Polycy*, Universidade de George Manson, EUA

Fernandes, José António Vaz (2011) *Importância da gestão estratégica nas empresas publicas – estudo de caso*, *Dissertação de Mestrado em Gestão de Empresas*, *ISCTE Business School*, Instituto Universitário de Lisboa.

Forum, World Economic (1997) *The Travel & Tourism Competitiveness Report 2017* (paper).

Goldstein, H (1990) *Problem-Oriented Policing*, McGraw-Hill, Nova York, USA.

Goldstein, H (1995) *Problem Oriented Policing: the rationale, the concept and reflections on its implementation*, Paper of the Conference on Crime Control in Theory and Practice, England.

Goldstein, H (2003) *On Further Developing Problem-Oriented Policing: The Most Critical Need, The Major Impediments, and a Proposal*, University of Wisconsin, USA.

Guarda Nacional Republicana (2016) *Relatório Anual de Atividades 2016*, Lisboa.

João, Paulo Abel de Almeida (2009) *Modelo Preditivo da Criminalidade – Georreferenciação ao Concelho de Lisboa, Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em estatística e gestão da informação*, Universidade Nova de Lisboa.

Koper, C. (2006) *Just enough police presence: Reducing crime and disorderly behavior by optimizing patrol time in crime hot spot*, George Mason University, USA.

Jannuzzi, (2001) P de M. *Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. Campinas, SP: Editora Aliana.

Leal, Beatriz Dias (2015), *O Planeamento Estratégico na Administração Pública - A importância da sua implementação, Dissertação de Mestrado em Gestão, Instituto Superior de Gestão, LISBOA*.

Maguire, M. (2000) *Policing by risks and targets: Some dimensions and implications of intelligence-led crime control*, Policing and Society, vol. 9, pp. 315–36.

Marilyn (2005) Peterson, Bureau of Justice Assistance, *Intelligence-Led Policing: The New Intelligence Architecture*, Washington DC.

Neumann, Seev, (1994) *Strategic Information Systems*, Editora Macmillan College Publishing Company, Inc, New York.

Pawson, R. & Tilley (1997) *Realistic Evaluation*, Sage, Londres.

Pereira, Alexandre (2011) *Análise de dados para as ciências sociais e psicologia – Guia prático de utilização*, Edições Sílabo, Lisboa.

Plano Inter Municipal Algarve (2015) Amal-Comunidade intermunicipal do Algarve.

Pocinho, Margarida (2009) *Estatística Volume I e Volume II- Teoria e exercícios passo a passo*, Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra.

Rascão, José Poças (2001) *Análise Estratégica, Sistemas de Informação para a tomada de decisão*, Editora Sílabo, Lisboa.

Ribeiro, I. et al. (2013), *Instrumento para identificação das relações entre estratégias competitivas e práticas de gestão de pessoas*”, Revista Ciências Sociais em Perspectiva, Vol. 12, Nº 22, 1º Semestre;

Ritchie, J.R.B., e Crouch, G.I (2003) *The competitiveness destination: A Sustainable Tourism Perspective*, CABI Publishing, Wallingford, UK, cap. 1: cap. 2: p.p. 9-50.

Sherman, W (1998) *Ideas in American Policing, Evidence-Based Policing*, Police Foundation, Washington, DC, USA.

Silva, João Albino Matos (2003) *Aspectos de Dinamismo Regional no Algarve*, Fundação para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, Algarve.

Skogan, Wesley G.(1993) *La Police Communautaire aux États Unis. In Les Cahiers de la Sécurité Intérieure*, nº 13, La documentaion Française, Paris.

Sun Tzu, *L'Art de la Guerre*, (1978) L'Impesé Radical, Paris, Tradução portuguesa: *a Arte da Guerra* (1994) Publicações Europa-América, coleção “Economia e Gestão”, Mem Martins.

Tarlow, Peter (2014) *International Journal of Event Management Research* Volume 8, Number 1, Special Edition: Risk Management (paper).

Teixeira, Sebastião (2017) *Gestão das Organizações*, Escolar Editora, Lisboa.

Varela, Bartolomeu (2004) - *Planeamento e Gestão de Instituições Educativas*. Cabo Verde.

Vasconcellos, Silva et al (2005) *Proliferação das rupturas paradigmáticas: o caso da medicina baseada em evidências*, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro.

Weisburd, David, and Lorraine Green Mazerolle, (2000) *Crime and Disorder in Drug Hot Spots: Implications for Theory and Practice in Policing*, *Police Quarterly* 3: pág.331-34.

LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei n.º 145/2007 de 27 de Abril.

Decreto-Lei n.º 252/2000 de 16 de Outubro.

Decreto-Lei n.º 290-A/2001, de 17 de Novembro.

Decreto-Lei n.º 322/98 de 28 de Outubro.

Decreto-Lei n.º 43/2002, de 2 de Março.

Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de Março).

Lei de Segurança Interna - Lei 53/2008 de 29 de Agosto.

Lei n.º 15/96, de 30 de Abril.

Lei n.º 30/84 de 5 de Setembro.

Lei n.º 37/2008 de 6 de Agosto.

Lei n.º 4/95 de 21 de Fevereiro.

Lei n.º 75-A/97 de 22 de Julho .

Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas - Lei Orgânica n.º 1-A/2009.

Lei Orgânica n.º 4/2004 de 6 de Novembro.

Lei orgânica n.º 53/2007 de 31 de Agosto.

Lei orgânica n.º 63/2007 de 6 de Novembro.

Leis de Defesa Nacional - Lei n.º 31-A/2009.

Norma de Execução Permanente (NEP) /GNR 2.20 de 15 de fevereiro, p. 1.

Norma de Execução Permanente (NEP) da GNR 3.58 de 17 de Dezembro de 2017..

Norma de Execução Permanente (NEP) da GNR N.º 3.01.03, alínea a. .2 de 26 de fevereiro de 2016, do Comado Operacional.

Norma de Execução Permanente (NEP) da GNR N.º 3.01.03, alínea a. .2 de 26 de Fevereiro de 2016, do Comado Operacional.

Ordem à Guarda ° 5-1ª série de 15 de Março de 2010.

Orgânica da Guarda Nacional Republicana - Lei n.º 63/2007, de 6 de Novembro.

Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana (RGSGNR) aprovado pelo Despacho n.º 10393/2010. (na sequência da entrada em vigor da Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, e através da Portaria n.º 96/2009, de 29 de janeiro, é mantido o Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana, aprovado pela Portaria n.º 722/85, de 25 de setembro).

WEBGRAFIA

- <http://www.gnr.pt> [Guarda Nacional Republicana - consultado em 7 de Outubro 2017]
- <http://intranet.gnr.local/> [GNR- Intranet – consultado em 7 de Outubro de 2017]
- <http://www.psp.pt> [Polícia de Segurança Pública - consultado em 7 de Outubro 2017]
- <https://www.policiajudiciaria.pt/> [Polícia Judiciária - consultado em 7 de Outubro 2017]
- <https://www.sis.pt> [Serviço de Informações e Segurança - consultado em 7 de Outubro 2017]
- <https://dre.pt/> [Diário da Republica Eletrónico - consultado em 7 de Outubro 2017]
- <https://www.ccdr-alg.pt> [Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve - consultado em 7 de Outubro]
- <http://www.visitalgarve.pt> [visitalgarve – Turismo de Portugal - consultado em 7 de Outubro 2017]
- <http://www.turismodeportugal.pt> [Turismo de Portugal - consultado em 5 de Novembro 2017]
- <https://www.pordata.pt> [Pordata - consultado em 5 de Novembro 2017]
- <http://www.dgterritorio.pt> [Direção Geral do Território - consultado em 5 de Novembro 2017]
- <http://www.freguesias.pt> [Freguesias de Portugal - consultado em 15 de Novembro 2017]
- <https://ict.police.uk> [Police ICT Company - consultado em 15 de Novembro 2017]
- <http://www.nationalcrimeagency.gov.uk> [National Crime Agency- consultado em 15 de Novembro 2017]
- <http://visionofhumanity.org> [Vision of Humanity - consultado em 15 de Novembro 2017]
- <https://www.gov.uk> [Informações governamentais- consultado em 15 de Novembro 2017]
- <https://www.crimemapping.com> [crimemapping- consultado em 15 de Novembro 2017]
- <http://cebcp.org> [center for evidence based crime policy - consultado em 03 de Dezembro 2017]
- <https://www.ine.pt> [instituto nacional de estatística - consultado em 03 de Dezembro 2017]
- <https://www.emgfa.pt/> [estado maior general das forças armadas – consultado em 05 de dezembro de 2017]
- <https://www.igeoe.pt> [centro de informação geoespacial do exército – consultado em 05 de dezembro de 2017]
- <https://www.bjs.gov/> [bureau of justice statistics – consultado em 05 de dezembro de 2017]
- <https://www.booking.com> [consultado em 05 de dezembro de 2017]
- <https://www.kent.police.uk> [Kent Police - consultado em 07 de dezembro de 2017]
- <https://www.policefoundation.org> [police foudation - consultado em 07 de dezembro de 2017]
- <http://www.mcmaster.ca> [mcmaster university - consultado em 07 de dezembro de 2017]
- <https://www2.gmu.edu> [george mason university - consultado em 08 de dezembro de 2017]
- <https://hms.harvard.edu> [harvard medical school - consultado em 08 de dezembro de 2017]

